

# **MULHERES E TERRA: FAZ A MATRILINEARIDADE DIFERENÇA? UMA LEITURA DA SITUAÇÃO NO DISTRITO DE BOBONARO EM TIMOR-LESTE**

**Vanda Margarida de Jesus dos Santos Narciso**

**Dissertação  
de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, As Mulheres na  
Sociedade e na Cultura**

**Setembro, 2013**

**MULHERES E TERRA: FAZ A MATRILINEARIDADE DIFERENÇA? UMA  
LEITURA DA SITUAÇÃO NO DISTRITO DE BOBONARO EM TIMOR-LESTE**

**Vanda Margarida de Jesus dos Santos Narciso**

**Dissertação  
de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, As Mulheres na  
Sociedade e na Cultura**

**Setembro, 2013**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em *Estudos sobre as Mulheres, As Mulheres na Sociedade e na Cultura*, realizada sob a orientação científica de Manuel Gaspar da Silva Lisboa

**Aos meus pais, onde quer que eles estejam lá no azul do céu,**

**Às meninas Búnaque com quem brinquei em Tapo.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor Manuel Lisboa, por ter aceitado a orientação científica deste trabalho de dissertação;

À Universidade de Évora e à Universidade Nacional de Timor-Leste pela oportunidade e apoio;

Ao Henrique Pereira e ao Mário Tilman, homens Búnaque matrilineares, os meus primeiros informantes sobre a realidade da matrilinearidade em Timor-Leste;

À Dália Rodrigues e ao Pedro Nogueira, pelo apoio e leitura das várias versões;

Ao Rúben Menezes pela revisão final do texto;

Ao Pedro Damião, pelo incentivo e entusiasmo, pelo apoio em várias fases da realização deste trabalho, pela troca de ideias e pelo sentido crítico sempre presente;

Por fim, um agradecimento muito especial às populações de Aidabaleten, Tapo e Tapo Memo, que partilharam connosco um pouco das suas vidas.

**MULHERES E TERRA: FAZ A MATRILINEARIDADE DIFERENÇA?  
UMA LEITURA DA SITUAÇÃO NO DISTRITO DE BOBONARO EM TIMOR-  
LESTE**

**Vanda Margarida de Jesus dos Santos Narciso**

**RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Género, Terra, Empoderamento, Matrilinearidade, Timor-Leste

A grande questão orientadora deste trabalho é o papel que a matrilinearidade desempenha no empoderamento das mulheres rurais do distrito de Bobonaro em Timor-Leste. Escolhemos dar especial ênfase à situação das mulheres face à terra, dada a grande importância da terra para populações rurais e por poder desempenhar um papel importante no empoderamento das mulheres. As relações com a terra são igualmente importantes para perceber as comunidades matrilineares e as relações de género. As normas de parentesco são pilares fundamentais da organização social, nomeadamente nas comunidades rurais, e influenciam significativamente o sistema consuetudinário de gestão e posse da terra que é o dominante em Timor-Leste. Dois sistemas diferentes de parentesco coexistem em Timor-Leste, um patrilinear em vigor na maioria do território e um matrilinear nas regiões com predominância dos grupos etnolinguísticos Tétum-Terik, Búnaque e Galoli. Com o objectivo de comparar os aspectos referentes à posse, acesso e decisões sobre a terra e outras da esfera doméstica, elaborámos um estudo de caso comparando uma comunidade matrilinear harmónica, uma matrilinear e uma patrilinear, do distrito de Bobonaro em Timor-Leste. O principal instrumento de recolha de informação foi um inquérito por questionário a 102 agregados familiares em três sucos do distrito de Bobonaro e para a análise estatística dos dados usámos o programa SPSS. Em paralelo, foi feita uma recolha adicional de informação, principalmente de carácter qualitativo, através de diálogos, conversas e observações. Os dados apresentados apontam para que: i) As mulheres têm mais direitos à terra nas comunidades matrilineares, no entanto a magnitude dos dois direitos considerados (posse e controlo) é muito diferente, sendo muito maior a posse que o controlo; ii) As mulheres nas comunidades matrilineares têm mais empoderamento na esfera doméstica, medido pela participação e autonomia na tomada de decisões; iii) Exista

uma associação tendencialmente positiva da componente controlo dos direitos à terra e o empoderamento, nos grupos matrilinear harmónico e patrilinear, mas não evidencia a mesma tendência no grupo matrilinear, já que para esse grupo a associação nunca é significativa, também a associação entre a posse da terra e o empoderamento não é significativa em nenhum grupo de parentesco. Os dados revelam que o papel dos direitos das mulheres à terra não é sempre igual, dependendo do contexto, e que o controlo da terra é mais importante para o empoderamento das mulheres que a posse. Nesta perspectiva será necessário aprofundar os estudos para entender: 1) que condições favorecem o controlo da terra pelas mulheres e o que é que isso garante em termos de igualdade na relação com o homem na sociedade; e 2) como se constrói no quotidiano as relações de género, que significado teórico e prático tem o acesso e o controlo da terra e que possibilidades esse fato oferece para uma construção de relações de género mais igualitárias e equitativas. Será um enorme desafio pensar e operacionalizar o acesso e controlo da terra como fator de mudança e usar criativamente as normas culturais para promover a posição e condição da mulher na sociedade rural timorense.

**WOMEN AND LAND: MAKES MATRILINALITY ANY DIFFERENCE?  
READING THE SITUATION IN THE BOBONARO DISTRICT OF TIMOR-LESTE**

**Vanda Margarida de Jesus dos Santos Narciso**

**ABSTRACT**

**KEYWORDS:** Gender, Land, Empowerment, Matrilineal, Timor-Leste

The main question guiding this study is the role that matrilineality could play in empowering rural women in Bobonaro district, Timor-Leste. Special attention is paid to the relation of women with land, given the great importance of land for rural populations and its potential role in empowering women. Furthermore, the relations with land are important to understand matrilineal communities and gender relations. The rules of kinship are fundamental pillars of social organization, particularly in rural communities, and have been shaping the customary land tenure rules and management, which are dominant in Timor-Leste. Two different systems of kinship coexist in Timor-Leste, one patrilineal dominant in most of the territory, and the matrilineal restricted to the ethno linguistic groups Tetun-Terik, Bunak and Galoli. In order to compare aspects relating to ownership, access and decision-making regarding land and other issues in the domestic sphere, a case study comparing matrilineal harmonic, matrilineal and patrilineal communities in Bobonaro district in East Timor was elaborated. The main instrument to collect information was a survey of 102 households in three sucos of Bobonaro district and the SPSS software was used for analyzing data. Additional information, mainly of a qualitative nature, was collected through dialogues, meetings and observations. The data collected shows that: i) Women have more land rights in matrilineal communities, although the magnitude of the two rights considered ( ownership and control ) was very different, being much larger the ownership than the control; ii) Women in matrilineal communities have more empowerment in the domestic sphere, as measured by participation and autonomy in decision-making; iii) There is a positive association between the component control of land rights and women empowerment in the harmonic matrilineal and patrilineal groups, but this association is not significant in matrilineal group, and there is no significant association between land ownership and empowerment in any kinship group. In other words, the data

show that the role of women's land rights is not always the same, depending on the context, and that control is more important for women's empowerment than ownership. Thus, it is necessary to understand which conditions favor the control over land by women and what it provides in terms of equality in the relationship with the man in the society. The understanding about how gender relations are built, which are the theoretical and practical meanings of ownership of, and control over, land and which possibilities these facts offer to construction of more equitable and fair gender relations, should be improved. It is a huge challenge thinking, and making operational, access of, and control over, land as a factor of change and use creatively the culture to promote the position and status of women in rural Timorese society.

## ÍNDICE

<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo I: Revisão da literatura, uma breve resenha</b>	6
I.1 Género	6
I.2 Parentesco	7
I.2.1 Elementos da teoria do parentesco	7
I.2.2 Sistemas de parentesco e herança da terra	9
I.2.3 Diferentes perspetivas sobre a matrilinearidade	10
I.2.4 Os padrões de residência na matrilinearidade	13
I.2.5 Parentesco e género	14
I.3 Empoderamento	16
I.3.1 <i>Empowerment</i> - uma política de desenvolvimento alternativo	16
I.3.2 A difícil tarefa de definir empoderamento	19
I.3.3 Medir o empoderamento	22
I.3.4 A terra como indicador de empoderamento	23
I.4 Género, desigualdades e direitos à terra	25
I.4.1 Desigualdades	25
I.4.2 Direitos das mulheres à terra	26
I.5 Timor, terra e género em comunidades matrilineares timorenses	30
I.5.1 O contexto timorense	30
I.5.2 As comunidades matrilineares timorenses na literatura	32
I.5.3 Literatura sobre terra e género em comunidades matrilineares de Timor-Leste	33
<b>Capítulo II: Aspetos metodológicos</b>	34
II.1 Métodos e técnicas	34

II.2 Construção dos grupos de análise	36
II.3 Construção das dimensões de análise	36
II.4. Tratamento e análise dos dados	40
<b>Capítulo III: estudo de caso - apresentação e interpretação dos resultados</b>	<b>41</b>
III.1 Locais da investigação	41
III.2 Retrato dos sistemas de parentesco	42
III.3 Terra e empoderamento	46
III.3.1 Terra: Têm as mulheres direitos à terra?	46
III.3.2 Empoderamento: Qual a participação das mulheres na tomada de decisões?	50
III.3.3 Terra: Fator de empoderamento das mulheres?	57
<b>Conclusões, roteiro para o futuro e reflexões finais</b>	<b>60</b>
Referências Bibliográficas	65
Índice de anexos e das tabelas dos anexos	73
Anexo 1	76
Anexo 2	78
Anexo 3	93

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores de género	31
Tabela 2 - Regra de residência, filiação e herança, por grupo de parentesco (%)	43
Tabela 3 - Posse e controlo da terra por grupo de parentesco (%)	47
Tabela 4 - Tipo e forma de decisão por género dos respondentes e grupo de parentesco (%)	51
Tabela 5 - Participação das mulheres na tomada de decisões, número e forma por grupo de parentesco %	53
Tabela 6 - Média ponderada da participação das mulheres na tomada de decisões por grupo de parentesco	54
Tabela 7 - Nível de associação entre direitos à terra e empoderamento por grupo de parentesco	58
Tabela 8 - Média das variáveis usadas para medir e para contextualizar o empoderamento das mulheres por grupo de parentesco	59

## **Introdução**

Para as comunidades rurais a questão do acesso e uso dos recursos é uma das questões fundamentais do nosso tempo. Acesso aos recursos significa acesso aos recursos para o desenvolvimento, ou seja, acesso que permite às pessoas, homens e mulheres, viver em dignidade e liberdade. Apesar de protegidos por lei desde 1966, nomeadamente pelo Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, sabemos que a sua efetivação e distribuição equitativa, incluindo entre homens e mulheres, está por concretizar e constitui um dos grandes desafios do séc.XXI.

A terra por todo o seu significado, socioeconómico, cultural e religioso, é o recurso mais valioso para a maioria das populações rurais em todo o mundo, incluindo para as populações rurais de Timor-Leste. Ao longo da história, a terra tem sido reconhecida como uma das principais fontes de subsistência, riqueza, estatuto social, e poder.

As condições para exercer os direitos à terra nas comunidades rurais em Timor-Leste variam essencialmente em função das relações de parentesco e do género, embora outros fatores como a idade e a fase do ciclo de vida também sejam importantes.

As normas de parentesco são pilares fundamentais da organização social, nomeadamente em comunidades rurais, e influenciam significativamente o sistema consuetudinário de gestão e posse da terra que sabemos ser o dominante em Timor-Leste (Fitzpatrick, 2002:167 e RDTL, 2008:7). Dois sistemas diferentes de parentesco coexistem em Timor-Leste, um patrilinear em vigor na maioria do território e um matrilinear nas regiões com predominância dos grupos etnolinguísticos Tétum-Terik, Búnaque e Galoli<sup>1</sup>.

A questão dos direitos à terra na perspectiva das relações de género remete-nos ao fato de ser mulher ou homem constituir um fator determinante da distribuição de ativos, nomeadamente da terra, no seio da família e da comunidade e também pelo Estado e pelo mercado.

Existem vários argumentos a favor dos direitos das mulheres à terra. Agarwal (1994:19) uma pioneira neste campo, e outras autoras como Deere & León (2001), consideram o bem-estar das mulheres, a eficiência, a igualdade e o empoderamento.

---

<sup>1</sup> Optamos pela grafia usada por Ruy Cinatti (1987).

Assim, será de esperar quando as mulheres herdarem terra que tenham mais empoderamento e um maior bem-estar.

De acordo com Mason (2003), o empoderamento dentro do agregado familiar é fortemente influenciado pelo contexto social, dado que é mais fortemente determinado pelas instituições sociais do que pelas características individuais. Assim, Mason (2003) sugere que os estudos sobre o empoderamento das mulheres se devem concentrar nos direitos, obrigações e recursos concedidos às mulheres, *versus* homens, sob diferentes sistemas de género, em vez de nas características das mulheres individuais.

Partimos da tese de que há desigualdades de género no que se refere aos direitos à terra em Timor-Leste, e que essas desigualdades de género devem-se essencialmente a tradições fortemente enraizadas na família, nas comunidades, no Estado e no mercado, ou seja, nos principais mecanismos de obtenção ou acesso à terra, quer seja por herança, distribuição ou aquisição da terra (Agarwal, 1994 e Deere & León, 2001). Relativamente à família, assumem grande importância os mecanismos de herança (incluindo nela as transferências/doações *intervivos*) e estes estão fortemente ligados ao tipo de organização social existente, nomeadamente ao facto de serem sistemas matrilineares ou patrilineares.

Para além da desigualdade de género verificada, a contextualização dos direitos à terra com base nas relações de género em Timor-Leste evidencia o pluralismo legal e a variedade etnolinguística existente no país.

A grande questão orientadora deste trabalho pode ser resumida no seguinte: o fator matrilinearidade afeta o empoderamento das mulheres rurais do distrito de Bobonaro em Timor-Leste?

Na resposta a esta questão escolhemos dar especial ênfase à situação das mulheres face à terra, dada a grande importância deste recurso e o facto de, em concordância com Agarwal (1994:39), a igualdade nos direitos à terra poder funcionar *“as an indicator of women’s economic empowerment and as a facilitator in challenging gender inequalities in other (e.g. political e social) areas”*.

Para tal, faremos um estudo de caso com o objetivo de comparar os aspetos referentes à posse, acesso e decisões sobre a terra e outras da esfera doméstica entre uma comunidade matrilinear harmónica, uma matrilinear e uma patrilinear, pertencentes ao distrito de Bobonaro em Timor-Leste.

Assim, a proposta central deste estudo consiste em verificar três hipóteses:

H1 - As mulheres em comunidades matrilineares têm mais direitos à terra que as mulheres em comunidades patrilineares; para tal estudaremos o acesso à terra através do mecanismo de herança e o controlo sobre a mesma a partir da tomada de decisão sobre a terra.

H2 - As mulheres em comunidades matrilineares têm mais empoderamento dentro do agregado familiar do que as mulheres em comunidades patrilineares; medido essencialmente a partir da participação na tomada de decisões.

H3 - As mulheres com mais direitos à terra têm mais empoderamento; investigado a partir da associação entre as variáveis dos direitos das mulheres à terra e os indicadores de empoderamento.

Uma investigação pressupõe o interesse pelo tema a ser investigado, interesse que se constrói a partir da nossa história e das nossas vivências. Este tema emergiu da observação da desigualdade no acesso, uso e controle sobre a terra em Timor-Leste, desde a primeira estada no território em 2000, e da interrogação que desde então me acompanha sobre a verdadeira importância da terra para as mulheres rurais daquele país.

Em 2011, ao ter acesso a comunidades matrilineares pensei que estavam finalmente reunidas as condições de estudar, ainda que a uma microescala, a diferença que fazia para as mulheres o terem acesso direto à terra, já que nessas comunidades matrilineares as mulheres pareciam herdar terra, ao contrário do que acontece nas comunidades patrilineares.

A integração da autora desta dissertação numa equipa multidisciplinar (essencialmente constituída por agrónomos e economistas, liderada pelo Prof<sup>o</sup> Pedro Damião Henriques da Universidade de Évora) que tem trabalhado em, e sobre, Timor-Leste permitiu utilizar parte dos dados de um inquérito realizado em 2011 no distrito de Bobonaro e beneficiar de todas as reflexões e discussões que ao longo dos anos temos tido sobre a questão da terra em Timor-Leste.

Esta temática reveste-se de grande importância em Timor-Leste onde cerca de 70% da população vive em áreas rurais e depende do uso da terra para a sua sobrevivência. Sendo que 63% do total da população trabalha na agricultura, valor que sobe para 79% nas áreas rurais, onde a participação das mulheres nesta atividade ronda os 78% (DNE, 2011b).

A constatação da importância da contribuição das mulheres para o desenvolvimento das zonas rurais, incluindo para a segurança alimentar, aliado ao seu baixo controlo sobre o fator de produção essencial que é a terra, torna pertinente abordar esta temática numa perspetiva de género. Por outro lado, a pertinência deste estudo reside igualmente no fato de procurar analisar e dar visibilidade a alguns aspetos normalmente negligenciados, como seja a relação entre mulheres, terra e empoderamento, nomeadamente em comunidades matrilineares as quais, por serem uma minoria, são pouco estudadas. É de salientar que existem trabalhos sobre a questão da terra em Timor-Leste (ex. Fitzpatrick, 2002; Shivakoti, 2005; McWilliam & Traube, 2011) mas poucos têm uma perspetiva de género e/ou são sobre as comunidades matrilineares (ex. Thu, M. P., Scott, S. & Niel, K. P. V., 2007).

Assim, esta dissertação debruça-se sobre um problema específico: o papel do fator matrilinearidade no empoderamento das mulheres rurais do distrito de Bobonaro em Timor-Leste, através do papel que desempenha na situação das mulheres face à terra. No entanto, a sua inserção numa área científica e contexto académico não se afigura tarefa fácil. Nem a terra, nem o género podem ser confinados a campos específicos, uma abordagem interdisciplinar é quase uma imposição para tentar compreender estas temáticas.

Este trabalho encontra-se no cruzamento/encruzilhada entre vários campos do saber, sendo certo que se enquadra no âmbito dos estudos de género e dos “*rural gender studies*” e que vai buscar contributos à antropologia.

Os estudos de género são um campo, por definição, multidisciplinar e transdisciplinar, já que estuda problemas transversais que atravessam o conjunto de fenómenos estudados por diferentes disciplinas. Para Silvia Yannoulas os estudos de género podem ser entendidos como: “*um corpus de saberes científicos, que têm por objetivo proporcionar categorias e metodologias para análise das representações e condições de existência de homens e mulheres em sociedades passadas e futuras*” (Yannoulas, 1996:17 apud Yannoulas *et al.*, 2000:426).

Num mundo rural em permanente mudança, os “*rural gender studies*” têm como grande objetivo perceber como e porquê as relações de género estão a mudar no mundo rural e como elas próprias são motor de mudança. Entender as relações de género é indispensável para perceber as causas e as consequências do desenvolvimento rural. Ao longo dos seus cerca de 40 anos de existência esta disciplina tem, de acordo com Bock

(2006), abordado em sequência, três grandes temáticas: visibilidade, agência e identidade.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: O enquadramento teórico é aprofundado no Capítulo I, onde se faz referência às temáticas (género, parentesco, matrilinearidade, género e desenvolvimento, empoderamento da mulher e direitos à terra) e a alguns dos estudos que fornecem as bases teóricas que nos permitiram abalçar-nos neste trabalho conferindo-lhe solidez. Os aspetos metodológicos aplicados nesta dissertação são referidos no Capítulo II. O Capítulo III, relativo ao estudo de caso constitui o corpo da dissertação e assume um carácter essencialmente descritivo, salientando similaridades e diferenças entre os grupos de parentesco, e interpretativo dos dados mais pertinentes à luz dos aspetos teóricos desenvolvidos anteriormente. Os estudos de caso focalizados na pequena escala permitem um conhecimento mais profundo das situações a serem analisadas, os dados aqui apresentados podem assim ser lidos como um contributo para um maior conhecimento das comunidades estudadas.

O Capítulo final é dedicado à síntese e reflexões finais, indicamos ainda o que falta estudar e o que gostaríamos de fazer no futuro.

## **Capítulo I: Revisão da literatura, uma breve resenha**

### **I.1 Género**

Género tem sido um conceito chave em muitas teorias e debates, mas não há unanimidade, nem definição única. Durante muito tempo as definições de género enfatizavam o seu carácter cultural por oposição ao sexo biológico. Este era concebido como universalmente dual e inseria-se e reforçava o pensamento dualista vigente (homem/mulher, masculino/feminino, publico/privado e cultura/natureza).

Contudo, alguns estudos a partir de 1990 sugerem que o sexo, a par com o género, é uma construção cultural (Laqueur, 1990 apud Stone, 2010:22 e Butler, 1990). Por essa razão, Yanagisako & Collier (1990 apud Stone, 2010:22) e Butler (1990), entre outras autoras, sugerem que a distinção entre sexo e género deve ser abolida.

Neste trabalho fazemos distinção entre os conceitos de sexo e género. Das muitas definições de género que se podem encontrar na literatura escolhemos duas que nos parecem bastante apropriadas para este trabalho: a da pioneira de género como categoria analítica, Joan Scott, e a da filósofa feminista Sandra Harding.

Género é para Scott (1995 - publicado pela primeira vez em 1986) um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primeira de dar sentido às relações de poder. O género está incluído na conceção e na construção do próprio poder, isto é, no controlo diferenciado sobre o acesso aos recursos.

Sandra Harding (1989) por seu lado diz que género é uma construção social sistemática do masculino e do feminino que é pouco (ou nada) determinada pela biologia (pelo sexo), presente em todas as sociedades e que permeia todas as dimensões da vida social e privada.

Como categoria analítica, género “tem a função de colocar luz sobre as diferentes posições ocupadas por homens e mulheres nos diversos espaços sociais, dando destaque ao modo como as diferenças construídas socialmente resultam em critérios de distribuição de poder, portanto, em como se constroem as relações de subordinação” (Mariano, 2008:11).

As posições ocupadas por homens e mulheres nas diferentes sociedades, não são só diferentes, mas profundamente assimétricas/desiguais. O género é um elemento

fundamental que determina, a par de outros, como classe, nível de escolaridade e fase do ciclo de vida, a posição social dos indivíduos. Como muitos autores têm afirmado, mulheres, tal como género, como categorias de análise não podem ser tratadas como categorias homogêneas e indiferenciadas. As relações de género não se manifestam da mesma maneira em todas as sociedades, estas relações são específicas de um contexto e variam ao longo do tempo, e do espaço, e entre grupos diferentes de pessoas.

## **I.2 Parentesco**

### **I.2.1 Elementos da teoria do parentesco**

Podemos definir, em sentido lato, parentesco como a rede que liga os indivíduos como parentes, e esta é essencialmente uma teia de relações sociais, não coincide obrigatória e completamente com a consanguinidade (parentesco biológico), sendo no entanto o casamento a instituição central do parentesco já que fornece as bases da reprodução biológica dos grupos de parentesco.

A descendência ou filiação refere-se às regras que governam e identificam a filiação para determinados propósitos. Os direitos à terra e o acesso aos recursos estão em muitos casos entre esses propósitos, o antropólogo Edmund Leach vai mais longe e diz mesmo que *“kinship systems have no “reality” at all except in relation to land and property”* (Leach, 1961:207, apud Holden, S., Kaarhus, R., & Lunduka, R. 2006:55).

Os antropólogos normalmente distinguem dois tipos básicos de filiação: a cognática e a unilinear. Nesta, quando os indivíduos são relacionados através de uma mulher, ou de uma linha feminina, fala-se de descendência ou filiação matrilinear, quando a relação é feita através de um homem ou linha masculina, diz-se descendência ou filiação patrilinear. Nenhuma sociedade é inteiramente matrilinear ou patrilinear no que se refere não só à descendência, mas também em relação à residência, herança ou sucessão e por isso alguns autores preferem referir-se a sociedades predominantemente matrilineares ou predominantemente patrilineares (Augé, 1975:16).

Nas sociedades cognáticas, também designadas de bilaterais, os filhos de ambos os sexos obtêm descendência a partir de ambos os pais. Pode haver muitas variações na forma como os sistemas bilaterais de parentesco são na prática organizados, importando reter que são menos propensos a distinguir nitidamente e sistematicamente entre homens e mulheres.

A regra de herança é o princípio que governa a transmissão de bens, nomeadamente a propriedade. Filiação e herança devem ser distinguidas de sucessão, princípio que governa a transmissão de funções. Nas sociedades em que o parentesco coincide com a organização social, a herança e a sucessão são geralmente função da filiação; e tendem a seguir a mesma linha que ela (Augé, 1975:21).

Filiação e/ou herança matrilinear não significa que o casal more necessariamente com os parentes da mulher e no lugar da matrilinearidade onde em princípio se situa a terra a que a mulher tem direito. Os antropólogos distinguem várias regras de residência após o casamento das quais destacamos as seguintes: matrilocal/uxorilocal<sup>2</sup> quando o novo casal se instala na casa ou lugar onde a mulher residia antes do casamento, patrilocal/virilocal quando o casal se instala na casa ou lugar do homem, e neolocal quando o casal forma uma residência separada dos parentes de ambos.

Em 1949, George P. Murdock, no seu livro *Social Structure*, argumentou claramente que as formas de residência determinam as formas de filiação, e não o contrário. Esta ideia é agora pacificamente aceite pela maioria dos antropólogos. Assim, quando o padrão residencial pós marital de um grupo muda, a tendência é que, depois de algum tempo, a filiação mude também adaptando-se ao novo padrão residencial. Normalmente, este processo de mudança é feito durante algumas gerações e pode haver, durante algum tempo, uma incompatibilidade entre os padrões de residência e filiação. As condições políticas podem também influenciar os padrões de residência e filiação.

Como características associadas aos sistemas matrilineares temos a filiação matrilinear, a herança matrilinear e a residência matrilocal/uxorilocal, assim podemos considerar um sistema de parentesco matrilinear quando apresenta pelo menos duas dessas características. De acordo com a classificação de Lévi-Strauss, os indivíduos cumprindo residência matrilocal e filiação matrilinear (ou patrilocal e patrilinear) podem ser considerados como pertencendo a um regime harmónico, matrilinear ou patrilinear (Augé, 1975:44).

Os sistemas matrilineares são uma minoria no mundo, estimando-se que não excedam os 15% e nestes menos de metade são matrilocais (Aberle, 1961). Augé (1975:44) refere mesmo que os regimes harmónicos de filiação matrilinear e residência

---

<sup>2</sup> Sendo os termos uxorilocal e virilocal mais rigorosos já que etimologicamente se referem à esposa e esposo, enquanto matrilocal e patrilocal referem-se à mãe e ao pai.

matrilocal permanente são raros, mas como veremos no Capítulo III existem em Timor-Leste.

Em Timor-Leste a filiação unilinear é dominante. A maioria dos grupos etnolinguísticos são patrilineares privilegiando-se a filiação paterna; a herança patrilinial onde os bens, com destaque para a terra, são transmitidos aos filhos homens; e a residência patrilocal/virilocal. As comunidades matrilineares são uma minoria e pertencem aos grupos Búnaque em Bobonaro, Covalima e Ainaro; Tétum-Terik em Covalima, Viqueque e Manufahi; e Galoli em Manatuto. No total, os indivíduos pertencentes a estes grupos não excedem os 12,5% da população (DNE, 2011a:203).

### **I.2.2 Sistemas de parentesco e herança da terra**

Os estudos sobre parentesco e família, focando a reprodução, a sucessão e a transmissão de bens no contexto das sociedades rurais estiveram muito em voga nos anos 60 do século passado, tendo caído o interesse pelos mesmos com o declínio do mundo rural. Nos dias de hoje a família e o parentesco são estudados essencialmente no contexto da sociedade contemporânea (urbana).

Nas sociedades em que o direito e as práticas consuetudinárias predominam, como é o caso de Timor-Leste, as regras e as práticas de herança são geralmente matrilineares ou patrilineares.

Nos sistemas predominantemente patrilineares, a terra é geralmente passada de pai para filho e a mulher é muitas vezes excluída da herança (incluindo doações e transferências *inter vivos*) de terra, o mesmo acontecendo aos homens nos sistemas predominantemente matrilineares. Um homem matrilinear só é susceptível de obter terra, se ele não tem irmãos ou se a família é particularmente rica. Assim, homens matrilineares tendem a possuir menos terra do que os homens patrilineares, enquanto as mulheres matrilineares tendem a possuir mais terras do que as mulheres patrilineares.

As práticas de herança nas sociedades matrilineares são mais diversas e mais complexas que nas sociedades patrilineares. Em algumas comunidades matrilineares como na Malásia (Stivens, 1994) e na Índia (Agarwal, 1994) a filiação e a propriedade seguem a linha da mãe e a terra é passada da mãe para filha. Em outras comunidades matrilineares, por exemplo, no sudeste da África, embora a linhagem e a propriedade sigam a linha da mãe, a terra geralmente passa do tio materno para o sobrinho.

Nas sociedades matrilineares os direitos à terra e aos outros recursos são mais difusos; a terra e os outros bens tendem a ser distribuídos e redistribuídos entre membros da linhagem através da herança. Estas práticas “parecem favorecer a família ampliada e impedir a concentração de riqueza” (Lastarria-Cornhiel & Frías, 2007:126-127). Mesmo em sociedades matrilineares, a terra é muitas vezes controlada pelos homens e passa de uma geração de homens à outra, Lastarria-Cornhiel & Frías (2007 :117) dão o exemplo, das sociedades matrilineares do Malawi e Norte de Moçambique, onde a norma é que somente os homens podem limpar a terra, o que na verdade lhes dá o controlo sobre esse recurso e onde a terra assim obtida passa do tio materno para um jovem sobrinho.

É por vezes assumido que em áreas matrilineares as mulheres desempenham papéis mais fortes e tem maior influência, nomeadamente nos assuntos relacionados com a terra, mas isso nem sempre acontece. Há um grande debate sobre isso e por exemplo Lepowsky afirma que “*Matrilineal descent provides the preconditions favourable to the development of female political and economic power, but it does not ensure it*” (Lepowsky, 1993:297 apud Huffer, 2008: Xii).

Em Timor-Leste predomina a herança patrilinear onde a terra é por norma passada de pai para filho. Se um homem não tem filhos é provável que as filhas possam herdar, mas também pode acontecer que a terra seja herdada pelos irmãos ou sobrinhos homens. Se uma filha ficar solteira os irmãos “deixam-na” ficar com alguma terra para cultivar. Nas comunidades matrilineares são as filhas que herdam a terra na maior parte dos casos<sup>3</sup>.

### **I.2.3 Diferentes perspetivas sobre a matrilinearidade**

Há diferentes perspetivas e interpretações sobre o significado, papel e importância do parentesco. Desde a teoria evolucionista de Lewis Morgan, apresentada na 2ª metade do século XIX, que localizava a matrilinearidade num estágio inicial da evolução a que se seguiria a patrilinearidade, às teorias mais recentes que apelam ao estudo de parentesco e género como um só campo de estudo (Yanagisako & Collier, 1987), passando pelos estruturalistas e funcionalistas. Hoje em dia, a ideia aceita por muitos é a de que os sistemas de parentesco devem ser percebidos mais em termos de símbolos culturais do que em princípios organizadores da sociedade. Contudo, muitas

---

<sup>3</sup> Ver Narciso & Henriques (2011) para um relato sobre a herança da terra nestes dois sistemas.

ideias dos anos 60 e 70 são ainda de interesse para estudar as relações entre homens e mulheres e as atividades económicas, em especial a realidade do parentesco em relação à terra e à propriedade (Holden *et al.*, 2006:56).

Em termos académicos os trabalhos sobre matrilinearidade estão muitas vezes enquadrados no chamado “*matrilineal puzzle*”, introduzido na teoria de parentesco pela antropóloga Britânica Audrey Richards (1950), que descreve o conflito de autoridade inerente às sociedades matrilineares.

Um pressuposto importante nas análises dos grupos de parentesco matrilineares *versus* patrilineares é a de que a família é uma unidade básica e universal da sociedade. Outro pressuposto importante da teoria de parentesco diz respeito à função da linhagem na sociedade: se funcionam como um grupo que toma efetivamente decisões, então, tem que haver diferenças internas de autoridade, ou seja nem todos os membros podem ter igual autoridade.

Schneider (1961:6) afirma que “*Positions of highest authority within matrilineal descent group will, therefore, ordinarily be vested in statuses occupied by men*”. Tomando o “princípio da autoridade masculina” até ao fim, alguns analistas consideram mesmo que são os papéis de tio e irmão que realmente formam a espinha dorsal dos grupos matrilineares. Schneider (1961:7-8) argumenta que nos grupos patrilineares as linhas de autoridade e filiação são transmitidas ambas pela linha masculina, enquanto nos grupos matrilineares elas se apresentam separadas entre homens e mulheres. Ou seja nos grupos matrilineares a autoridade de um homem pode estar separada do papel que desempenha no seu agregado familiar, e estar basicamente associada à filiação do homem no seu grupo matrilinear. Assim, o homem poderá ter autoridade como irmão ou tio, em vez de a ter como marido ou pai.

Uma outra ideia que vale a pena referir é a de maior flexibilidade e mudança das comunidades matrilineares em relação às patrilineares. De acordo com Mary Douglas (1969:123) a matrilinearidade pode ser vista como “*essentially a system for a wide extension of kinship ties*”. Douglas argumenta que as regras matrilineares de definição de direitos e responsabilidades resultam numa certa abertura e ambiguidade nos papéis, incluindo dupla lealdade, o que tem funções sociais importantes no seio de uma extensa rede de parentesco. Essas relações tendem a envolver os fluxos contínuos de recursos - tanto de trabalho como de alimentos - entre o grupo do marido e grupo da esposa após o casamento.

Tal qualidade de abertura ou flexibilidade, de acordo com Douglas, implica que os grupos matrilineares, em comparação com os grupos patrilineares, podem ser mais capazes de apoiar os modos de vida das famílias em situação de alta vulnerabilidade no que diz respeito aos recursos produtivos e incerteza quanto aos rendimentos agrícolas. (Douglas, 1969:123). Ou seja, de acordo com Holden *et al.* (2006:58) o que está implícito na hipótese de Douglas é que grupos matrilineares podem ser relativamente mais eficazes do que os grupos patrilineares em situações de escassez de alimentos.

Por outro lado, de acordo com alguns autores as comunidades matrilineares são predominantemente hortícolas e as patrilineares mais baseadas na criação pecuária. Aberle (1961:655–730) argumentou que matrilinearidade tende a ser incompatível com tipos de subsistência diferentes da horticultura, especialmente com grandes rebanhos domésticos e usa mesmo a expressão “*the cow is the enemy of matrilineity*”.

É geralmente aceite que as mudanças económicas, nomeadamente a passagem de uma economia de subsistência rumo à economia de mercado e ao capitalismo, levam à desintegração do sistema matrilinear, uma vez que esta mudança económica enfraquece a economia tradicional, particularmente a agrária, em que tais sistemas existem. Gough (1961) argumenta que o contacto com as nações industrializadas ocidentais através de economia de mercado é a principal razão para a desintegração do sistema matrilinear, mais do que o contacto com religiões (Cristianismo e Islamismo) que promovem o sistema patrilinear.

A ideia é que as economias de mercado implicam a transação de grandes somas de dinheiro, a concentração nas culturas de rendimento, o trabalho assalariado e a emigração. Todos estes elementos levariam a um enfraquecimento dos grupos de descendência e ao fortalecimento da família nuclear, com conseqüente desaparecimento dos sistemas matrilineares.

Douglas (1969:121-135) começa o seu artigo vendo a matrilinearidade como uma instituição frágil e o seu futuro em risco. Mas mais à frente afirma que a matrilinearidade é totalmente compatível com a concorrência de uma economia em expansão. Douglas argumenta que é a escassez e não os excedentes que motivaram uma mudança de direção rumo à patrilinearidade. Em suma para Douglas “*the enemy of matrilineity is ... economic restriction*” (1969:133).

Sabe-se hoje que alguns sistemas matrilineares têm não só sobrevivido mas prosperado em ambientes de economia de mercado, e que esta mudança não traz necessariamente o desmembramento das comunidades matrilineares. São exemplos disso o grupo Minangkabau na zona Ocidental da ilha de Sumatra (Blackwood, 1997), o grupo que habita a região de *Negeri Sembilian* na Malásia (Stivens, 1994), a população da zona *Shire Highlands* no Sul do Malawi com origem nos grupos Nyanja, Mangánja, Yao e Lomwe (Peter, 1997b), ou ainda as sociedades matrilineares estudadas por Isabel Casimiro na província de Nampula, em Moçambique (Casimiro 2012:222).

Casimiro (2012:221) nota que “*As sociedades matrilineares ainda existentes não são transitórias, foram capazes de se adaptar a sistemas competitivos e não se desenvolveram do mesmo modo, em direcção ao patriarcado, sendo reveladoras de variadas dinâmicas entre diferentes forças na sociedade*”. Ainda de acordo com esta autora “*A literatura feminista permitiu um novo olhar sobre as sociedades matrilineares a partir de três questões: a relação entre matrilinearidade e relações de género; o papel da análise histórica; a matrilinearidade como um conjunto de características e não como uma totalidade*”.

#### **I.2.4 Os padrões de residência na matrilinearidade**

Os grupos matrilineares são normalmente matrilocais, mas outros arranjos (ex. neolocais) são possíveis e há mesmo casos de ausência de residência conjugal comum, em que os homens podem periodicamente visitar as suas esposas e manter a relação conjugal, enquanto continuam a ser membros residenciais do grupo de parentesco das suas irmãs.

A uxorilocalidade pode consolidar o poder das mulheres no agregado familiar porque a mulher está rodeada dos seus parentes, enquanto o marido é um estranho na casa ou mesmo na aldeia, levando as mulheres a estarem em melhor posição para influenciar o que acontece e para manter uma maior independência de seus maridos. O irmão da mulher desempenha um papel particularmente importante nos lares matrilocais no seio de comunidades matrilineares. Em contraste, a virilocalidade no seio de comunidades matrilineares pode aumentar o poder e as opções dos maridos, porque lhes pode ser dada alguma terra na sua aldeia natal para trabalhar.

A forma de residência marital para casais matrilineares é também determinada pela riqueza relativa dos esposos e pelo número e género dos irmãos/ãs que eles têm.

Além disso, se um homem é o irmão mais velho de várias irmãs, pode ser esperado que ele resida em sua aldeia natal para que ele possa cuidar de suas irmãs e das terras da família (Peters, 1997b).

Em Timor-Leste predominam os sistemas patrilineares e a residência patrilocal/virilocal, por norma as filhas deixam a aldeia natal quando se casam para irem viver na aldeia do marido. Nos sistemas matrilineares, a residência matrilocal/uxorilocal predomina. Em ambos os sistemas, a neolocalidade começa a ganhar espaço dada a mobilidade dos mais jovens e a sua deslocação para os centros urbanos.

### **I.2.5 Parentesco e género**

Como afirmam Yanagisako & Collier (1987) na introdução ao livro “*Toward a unified analysis of gender and kinship*” os conceitos de parentesco e género não podem estar separados, e devem constituir um só campo de análise quando se estudam as relações sociais. Nesse livro são apresentados diferentes trabalhos que argumentam que género e parentesco são culturais e mutuamente construídos e nos mostram como as relações de género são construídas de modo diverso em diferentes contextos culturais, e como poder e dominação/subordinação são multifacetados.

De acordo com Piscitelli (1998), ao contrário de Rubin que formulou os sistemas sexo/género a partir das teorias de parentesco (para Rubin o parentesco cria o género), Yanagisako & Collier (1987) questionam pressupostos das teorias de parentesco e da teoria feminista, a partir de reflexões estimuladas pela percepção da maneira como o género opera em diversas sociedades.

Há um longo debate entre sociólogos e antropólogos, e dentro de cada um destes grupos, sobre o parentesco, mas não se duvida da importância do parentesco nem da do género, para a compreensão sociológica da sociedade.

Rubin (1975) destaca que o modo como se estruturam as relações de parentesco em cada sociedade constitui o âmbito da reprodução de formas concretas de sexualidade organizada, pelo que existe uma economia do sexo e do género (apud Piscitelli, 1998).

Dado que as teorias de parentesco tratam das relações estabelecidas entre homens e mulheres, elas são intrinsecamente marcadas pelo género. No entanto, algumas feministas/antropólogas chamam a atenção para o paradoxo presente nessas teorias. Essas autoras consideram que a maneira como as teorias de parentesco tratam das relações entre homens e mulheres diz pouco sobre o género nas sociedades que

descrevem. Isto é, os valores inerentes à masculinidade e à feminilidade nas ideologias matrimoniais e nas práticas de parentesco teriam sido pouco investigadas (Howell & Melhuus, 1993 apud Piscitelli, 1998).

Revisitando a matrilinearidade numa perspectiva de género, Peters (1997a:132-133) destaca três importantes estudos que ajudaram a afastar o naturalismo implícito na teoria do “matrilineal puzzle”. Esses estudos citados por Peters (Holy, 1986; Lancaster, 1981; e Poewe, 1981; apud Peters, 1997a) revelam o androcentrismo de uma antropologia que subestimou a independência e autoridade das mulheres nas sociedades matrilineares, enquanto sobrestimou a vulnerabilidade da matrilinearidade perante o desenvolvimento económico.

Apesar de ser dada pouca atenção ao parentesco, a maneira particular como o género é socialmente construído numa sociedade está intimamente relacionada com a organização do parentesco dessa sociedade. Dube (1997) defende que isto acontece porque o sistema de parentesco é muito frequentemente a base para a filiação nos grupos, para os padrões de residência, para a distribuição dos direitos a recursos e para a posse de bens, para a divisão do trabalho, para as relações de produção e para a ideologia específica de género.

Como já vimos, as sociedades que são predominantemente patrilineares são as mais comuns. Tais sociedades são geralmente mais desfavoráveis para as mulheres pois tendem a marcar mais significativamente a diferença entre os géneros. Neste sistema, existe um alto valor colocado na descendência masculina e os homens herdaram grande parte, se não a totalidade, dos bens, incluindo a terra. As sociedades patrilineares são habitualmente também patriarcais. As mulheres são tratadas como membros temporários do seu grupo doméstico de origem e a sua incorporação no grupo do marido é marcado por uma certa incerteza.

As sociedades matrilineares não são o espelho oposto das sociedades patrilineares. Sendo que a maioria delas são matrilineares mas não matriarcais. Ou seja, habitualmente mesmo em sociedades matrilineares as mulheres não ocupam a mesma posição que os homens ocupam nas sociedades patrilineares e patriarcais. Assim, enquanto a descendência é rastreada através das mulheres, nalgumas sociedades matrilineares os homens continuam a manter uma posição importante, nomeadamente

na casa das suas irmãs, como parece acontecer com os Búnaque<sup>4</sup> que estudamos neste trabalho.

Agarwal (1994) e Dube (1997), entre outras, em trabalhos em que comparam diferentes sistemas de parentesco numa perspetiva de género, dão conta do papel do sistema de parentesco em moldar as relações de género, evidenciando que as mulheres têm menos direitos em vários domínios nos sistemas predominantemente patrilineares.

Em Timor-Leste predomina um sistema patrilinear e patriarcal, sendo de salientar que mesmo onde o sistema de parentesco é matrilinear este não é matriarcal já que os homens dominam em muitas áreas. Sendo no geral o papel da mulher em diferentes domínios pouco reconhecido e valorizado.

### **I.3 Empoderamento**

#### **I.3.1 *Empowerment* - uma política de desenvolvimento alternativo<sup>5</sup>**

O modelo neoclássico de desenvolvimento económico que privilegia valores e interesses financeiros e económicos em detrimento da democracia, direitos humanos e justiça social tem sido criticado por diversos autores dos quais destacamos Friedman (1996) e Sen (1999).

Para Friedman (1996), é necessário “que os setores desprovidos de poder sejam incluídos nos processos políticos e económicos, tenham seus direitos de cidadania garantidos e o reconhecimento como seres humanos” (Friedman, 1996:xi).

Sen (1999) por seu lado, define “*development as freedom*” no qual o sucesso de uma sociedade é avaliado primordialmente pelas liberdades substantivas que os membros dessa sociedade gozam (Sen, 1999:18). Nas liberdades substantivas, incluem-se as capacidades de evitar desnutrição, fome, mortalidade precoce, mas também liberdades associadas ao fato de ser alfabetizado ou participar ativamente da vida política (Sen 1999:36). Um dos principais pontos é que variáveis como rendimento e riqueza são consideradas *meios* para que as pessoas possam viver o tipo de vida que desejam e não como *fins*.

---

<sup>4</sup> “Na comunidade matrilinear como aquela em estudo, o lugar da mulher enquanto elo de transmissão da pertença da Casa e da posse da terra e dos bens mais sagrados é fortemente limitado pelo papel que os homens, os seus irmãos, detêm.” (Sousa, 2010: 351)

<sup>5</sup> “roubando” o título ao livro de John Friedman (1996).

O conceito de desenvolvimento de Sen centra-se na vida das pessoas e, portanto, na justiça e no desenvolvimento, e na defesa da igualdade e da expansão das “*capabilities*”. Assim, na proposta de desenvolvimento como liberdade, para além do crescimento económico são introduzidos indicadores como participação democrática e sustentabilidade para avaliar o desenvolvimento das sociedades.

Sen (1999) e Friedman (1996) argumentam que as teorias e políticas de desenvolvimento convencionais não têm incluído, ou tem-no feito de forma muito insuficiente, a perspetiva de género nas suas análises e desenvolvimentos teóricos.

O paradigma do desenvolvimento humano, alternativo ao modelo neoclássico, apoiado em princípios de sustentabilidade, equidade e empoderamento, tem como objetivo não só atender as necessidades básicas das pessoas, mas também permitir o exercício dos seus direitos. O objetivo deste desenvolvimento alternativo é conferir ao indivíduo o papel de ator principal do sistema, em vez de ser paciente ou beneficiário. Este novo paradigma toma as unidades domésticas ou agregados familiares como ponto de partida, tem como marcas distintivas os direitos humanos e o empoderamento e dá grande importância à proteção dos *disempowered*, entre os quais se incluem as mulheres e as gerações futuras. O empoderamento é fundamental para igualar homens e mulheres, em relação às competências e tomada de decisões.

A visão dos dias de hoje é o culminar de uma longa caminhada que começou nos anos 50. Antes dos anos 70 as teorias e práticas do desenvolvimento davam somente uma atenção indireta às mulheres, englobando-as nas questões do bem-estar das famílias. Esta orientação não considerava o papel produtivo das mulheres e tinha uma conceção androcêntrica e etnocêntrica de desenvolvimento e foi ultrapassada nos anos 70 com a abordagem “*Women in Development*” (WID). Para Boserup (1970), antropóloga que em muito influenciou esta corrente, o problema residia no facto de as teorias de desenvolvimento não considerarem o papel produtivo das mulheres.

A WID apelou à completa integração das mulheres como produtoras e trabalhadoras, centrando os seus esforços na sua visibilidade e nas questões da divisão sexual do trabalho, e apelando para a necessidade da sua capacitação/formação. O que era preciso para as mulheres beneficiarem do esforço do desenvolvimento, tal como os homens, era expandir as suas oportunidades de educação e emprego, assim como mudar o enquadramento legal da discriminação contra as Mulheres. A perspetiva WID prevaleceu durante a década da Mulher (1975-1985) e traduziu-se em políticas visando

implicar a mulher nas atividades de desenvolvimento e inseri-las na economia de mercado.

A partir dos anos 80, surge a abordagem “*Women and Development*” (WAD) que exigiu uma transformação que lidasse com as desigualdades estruturais e focasse a transformação das relações entre homens e mulheres, e de ambos com o processo de desenvolvimento (Deere & León, 2001:109). Não bastava integrar as mulheres no processo de desenvolvimento, era preciso mudar o processo em si.

Ao mesmo tempo outros investigadores mudavam a sua atenção do estudo das mulheres para o estudo do género realçando os papéis e as relações sociais entre homens e mulheres no local de trabalho, casa, comunidade e Estado. O conceito de género torna possível aos investigadores teorizar as relações entre produção e reprodução e revelar como as identidades de género, instituições, normas e valores interagem e como nessa interação produzem e reproduzem relações de género desiguais (Scott, 1988 apud Bock 2006:4). Este aprofundamento com base no género dá lugar à perspectiva “*Gender and Development*” (GAD), corrente que chega à III Conferência Mundial sobre a Mulher (Nairobi, 1985). É no seio dessa perspectiva que se passa a utilizar o conceito de empoderamento das mulheres. A GAD reflete a perspectiva que as questões das mulheres não podem ser definidas apenas em termos de igualdade formal (prioridade da 1ª conferência de mulheres em 75, a Conferência do México), mas que o devem ser também em termos de acesso aos recursos e participação, passando as mulheres a serem protagonistas do desenvolvimento. Esta abordagem propõe mudanças nas relações de género e nas estruturas socioeconómicas, através do empoderamento e defende que os interesses e objetivos dependem do seu contexto específico. A GAD defende que a situação das mulheres só pode ser melhorada, e a igualdade entre géneros promovida, se as relações de poder entre homens e mulheres, valorizadas histórica e socialmente, forem postas em questão. Assim os direitos das mulheres à terra, que estão no centro deste trabalho, são questionados já que a terra é uma peça crucial nas relações de género.

Nos anos 90 surge a GED “*Gender, Environment and Development*”, em que é central o reconhecimento do papel fundamental das mulheres na gestão sustentável dos recursos naturais. Já neste século surge a WCD “*Women, Culture and Development*” que toma como ponto central que produção e reprodução não podem ser separadas na vida da maioria das mulheres. A partir da ideia de cultura como experiência vivida, a WCD

traz a agência das mulheres para o palco como um meio de perceber como as desigualdades são produzidas e reproduzidas (Bhavnani, K., Foran, J., & Priya, K. 2003).

Por último, vale a pena referir a “*Human Rights Based Approach*” (HRBA), apesar de não ser uma abordagem específica sobre as mulheres ou género, pelos desafios que coloca às questões de género. A HRBA apela a uma mudança de paradigma no pensar e nas práticas de apoio ao desenvolvimento, ao sugerir a passagem de uma abordagem baseada em necessidades para uma abordagem baseada em direitos. A HRBA transcende preocupações sectoriais e engloba os conceitos de bem-estar, equidade e empoderamento como facetas dos direitos dos indivíduos.

### **I.3.2 A difícil tarefa de definir empoderamento**

Empoderamento - *"obtenção, alargamento ou reforço de poder"*<sup>6</sup>

Nas últimas três décadas deu-se um uso crescente, e nem sempre uniforme, ao termo empoderamento nos mais diversos domínios: economia, saúde pública, psicologia e sociologia. No âmbito da sociologia, campo onde se insere este trabalho, o conceito usa-se essencialmente nas teorias e debates sobre democracia, desenvolvimento e direitos das mulheres.

Na literatura sobre desenvolvimento, empoderamento é muitas vezes mencionado como um objetivo de políticas e programas, especialmente no que diz respeito às mulheres. É exemplo dessa tendência a sua inclusão no 3º Objetivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Promover a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres<sup>7</sup>.

Empoderamento e poder são conceitos complexos, difíceis de definir e difíceis de relacionar com os resultados das ações tomadas. Resumidamente, ambos referem-se ao “tomar a vida nas próprias mãos”, à capacidade de decidir sobre o seu próprio destino e também sobre o destino dos outros.

O poder opera em todos os níveis da sociedade e está presente em todo o tipo de relações sociais e nomeadamente nas relações de género que são em muitos casos desiguais. As relações de poder mantêm-se porque dominadores e dominados “aceitam”

---

<sup>6</sup> Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (Lisboa: Academia das Ciências/Verbo, 2001).

<sup>7</sup> Ver Declaração do Milénio em <http://www.un.org/millennium/> e [http://c1.camo.es.cdn.cloudapp.pt/images/cooperacao/objectivos\\_desenvolv\\_milenio.pdf](http://c1.camo.es.cdn.cloudapp.pt/images/cooperacao/objectivos_desenvolv_milenio.pdf).

essa realidade que de algum modo nega as desigualdades e as injustiças sociais (Kabeer, 1997).

Embora o conceito não se aplique apenas às mulheres, é importante reconhecer que o empoderamento das mulheres envolve três elementos adicionais: 1) as mulheres não são apenas um grupo entre vários subconjuntos da sociedade, são uma categoria transversal de indivíduos que se sobrepõe com todos os outros grupos; 2) a casa e as relações interfamiliares são o *locus* central de perda de poder das mulheres, de uma forma que não é verdade para outros grupos desfavorecidos; e 3) em geral empoderamento exige transformações institucionais, mas o empoderamento das mulheres requer transformações sistêmicas fundamentalmente nas instituições que apoiam as estruturas patriarcais (Malhotra, A., Schuler, S. R., & Boender, C., 2002:5).

Não há unanimidade, nem uma definição única de empoderamento, mas geralmente esta inclui dois elementos principais que o diferem de outros conceitos similares: 1) é um processo de mudança e 2) e esse processo envolve ganhar agência (Malhotra *et al.*, 2002:7).

Para Kabber (1999:437) o conceito de empoderamento é definido por três aspectos interrelacionados: 1) recursos para fazer escolhas; 2) capacidade de agência para influenciar as escolhas; e 3) resultados benéficos para a pessoa. Em resumo, a autora define empoderamento como “...*the expansion in people's ability to make strategic life choices in a context where this ability was previously denied to them*”.

As escolhas referidas por Kabber são as escolhas estratégicas, aquelas que são críticas para as trajetórias de vida e para as pessoas viverem a vida que desejam e é claro, que para poder haver escolhas é necessário que haja alternativas.

Sen (1999) aplica o conceito de “*capabilities*” para os dois primeiros aspectos, como as possibilidades abertas para dado indivíduo, mas dá ênfase a que os resultados diferem de acordo com as preferências das pessoas.

Agência pode ser definida como a capacidade de tomar decisões que afetam a própria vida, é a componente de ação do empoderamento, é tomar o poder e o que a pessoa faz com o poder que adquiriu. Nas ciências sociais a agência é muitas vezes operacionalizada pela tomada de decisão, mas pode ter outras formas como a negociação, manipulação e resistência (Kabber, 1999:438).

Outras contribuições ao conceito de empoderamento das mulheres<sup>8</sup> são as que se seguem:

- Agarwal (1994:39) relaciona explicitamente empoderamento a um processo que reforça a capacidade das pessoas que estão em posição de subordinação, “... *to challenge and change (in their favour) existing power relationships that place them in subordinate economic, social and political positions*” e dá ênfase à importância da ação coletiva, por exemplo na luta das mulheres pelos direitos à terra;

- Para Stromquist (1997) os parâmetros do empoderamento são: a construção de uma auto-imagem e confiança positiva; o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões e a ação. O processo de avanço da mulher dá-se através de cinco níveis de igualdade: bem-estar, acesso aos recursos, consciencialização, participação e controle. Ainda de acordo com esta autora, uma perfeita definição de empoderamento, deve incluir os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e económicos;

- Deere & León (2001:25) chamam a atenção para o contexto e para o aspeto coletivo, estas autoras afirmam que “*Empowerment is shaped for each individual or group by their lives, context and history, as well as according to the location of subordination in the personal, familiar, communal, and higher levels.*” ;

- Mason destaca três pontos: 1) o poder dentro do agregado familiar - aspeto particular do empoderamento das mulheres em que o trabalho de Mason se concentra- é fortemente influenciado pelo contexto social, porque ele é mais fortemente determinado pelas instituições sociais do que por características individuais; 2) todos os aspetos de empoderamento das mulheres são multidimensionais e as inter-relações entre as diferentes dimensões dependem do contexto social; e 3) os *proxies* socioeconómicos para o empoderamento das mulheres utilizados em muitos estudos fazem um bom trabalho de associação mas apenas para alguns aspetos do empoderamento e poder das mulheres e só em alguns contextos, e que por essa razão, a utilização de medidas diretas é preferível à utilização de *proxies* (Mason, 1998 e Mason & Smith, 2003).

- Por último será de referir que uma das maiores contribuições para o desenvolvimento do conceito de *empowerment* veio da economia feminista, focando a autonomia

---

<sup>8</sup> Não nos debruçamos neste trabalho sobre outros tipos de empoderamento como o empoderamento das comunidades.

económica e de como esta se relaciona e é parte constitutiva do poder negocial relativo de homens e mulheres na família, comunidade e sociedade. O poder de negociação é baseado num conjunto de fatores, dos quais se salienta a posição de retaguarda (*fall-back position*). Agarwal (1994:65) defende que direitos efetivos independentes sobre a terra podem reforçar a posição de retaguarda de uma maneira que outros fatores, nomeadamente o emprego, isoladamente não podem.

Empoderamento tem um valor intrínseco (World Bank, 2011:22), sendo assim desejável por si mesmo, e tem também um valor instrumental no sentido de que um maior empoderamento das mulheres tem vindo a ser ligado a resultados positivos em outras áreas como seja a saúde da mulheres e dos filhos (Quisumbing, 2003:22).

De acordo com Deere & León (2001:25), o empoderamento da mulher desafia as relações familiares patriarcais pois implica desempoderamento masculino na sociedade patriarcal, nos diferentes espaços sociais e institucionais e em especial na família, pois ocorre quando há mudanças em áreas tradicionalmente de dominação masculina como sejam o poder da mulher sobre os bens, sobre as decisões, e sobre si e a sua sexualidade. Mas também pode empoderar os homens, ao permitir novas experiências emocionais na medida em que os liberta de certos estereótipos de género.

Em resumo, concordamos com Deere & León (2001:25), quando afirmam que empoderamento não é um processo linear com um começo e fim bem definido e que não é igual para todos; o empoderamento depende em muito da história de cada pessoa e do contexto social em que vive.

### **I.3.3 Medir o empoderamento**

Os dois tipos de indicadores utilizados quase que universalmente na literatura empírica para medir empoderamento a nível individual são aqueles que medem a tomada de decisão doméstica, e os de medição de acesso ou controlo sobre os recursos (embora nem sempre esta distinção seja clara). De acordo com Malhotra *et al.* (2002), a ênfase sobre estas medidas na literatura empírica tem correspondência com a importância dada aos recursos e à agência na literatura conceptual, bem como com a identificação frequente do empoderamento com a escolha, controlo e poder.

A recolha de dados em um único ponto no tempo não permite, de forma eficaz, a medição direta das escolhas estratégicas de longo prazo. Assim, uma suposição operacional presente (embora nem sempre reconhecida diretamente) na maioria destes

estudos é que a capacidade de uma pessoa para fazer escolhas estratégicas está relacionada com o seu acesso e controle sobre os recursos económicos ou outros e com a sua capacidade de tomar decisões quotidianas menores (Malhotra *et al.*, 2002:25 e 26).

Nos indicadores utilizados para medir o empoderamento a um nível agregado realça-se a educação das mulheres, o emprego e os direitos legais (Malhotra *et al.*, 2002:29 e 30). A autora sugere ainda que os indicadores individuais ou mesmo índices compostos, como a Medida de Empoderamento de Género (GEM) são inadequados para a tarefa de medir o empoderamento das mulheres a nível agregado e advoga que o mesmo pode ser dito em relação à inadequação de medidas sobre os direitos legais ou políticos em refletir a real capacidade das mulheres de exercer seus direitos.

Relativamente à terra, Malhotra *et al.* (2002:31 citando Kabeer, 2001) sublinha o fracasso de muitos estudos empíricos, tendo em conta a “*dynamic between de jure rights to land and other resources, and de facto rights*” pois as normas culturais muitas vezes tornam as mulheres relutantes em reivindicar os seus direitos de herança.

Relativamente aos fatores que podem levar ao empoderamento a maioria dos estudos não mede o empoderamento na sua plenitude, mas apenas uma parte dele, e concluem que: 1) há fatores favoráveis, como a educação, o emprego, condições favoráveis de parentesco, ou intervenções programáticas como o microcrédito, que podem levar as mulheres a ter mais possibilidades de escolha; e 2) o controle por parte das mulheres de bens, rendimentos e tomada de decisões domésticas, levam a melhores resultados para as suas famílias, melhor bem-estar infantil e reduzem as taxas de fertilidade (Malhotra *et al.*, 2002:33).

#### **I.3.4 A terra como indicador de empoderamento**

Para além dos livros de Agarwal (1994) e Deere & León (2001), muito inspiradores e muito presentes neste trabalho, há poucos estudos que analisem diretamente o impacto dos direitos das mulheres à terra sobre o empoderamento. Numa investigação em cinco países da Ásia, Mason (1998) refere que as mulheres que possuíam terra na Índia e na Tailândia têm maior poder económico na esfera doméstica. Um estudo no Peru no âmbito do projeto “*Land and Gender in Peru*” também relata uma relação positiva entre maiores direitos à terra e empoderamento das mulheres (Wiig, 2012). Um relatório da Actionaid (2013) relatando os resultados obtidos de um projeto no domínio dos direitos das mulheres à terra desenvolvido na Guatemala, Índia e

Serra Leoa também mostra evidências de uma relação positiva entre o acesso seguro das mulheres à terra e o controle da mesma e o processo de empoderamento.

Como foi referido anteriormente, Kabeer (1999:437) conceptualiza o empoderamento com três momentos e dimensões distintos/as no tempo e exemplifica a sua medição com o caso da terra. A autora reforça que os recursos são medidas de potencial apenas e que não dão obrigatoriamente mais *empowerment* e clarifica com o exemplo do acesso à terra em duas regiões da Índia “... *if choices is to be useful as a measure of empowerment, the “resource” dimension has to be defined in ways which spell out the potential for human agency and valued achievements more clearly than simple “access” indicators generally do.*” (Kabeer, 1999:444), ou seja a medida crítica do acesso das mulheres à terra é acesso *de facto* e não simplesmente o acesso *de jure*.

A autora acrescenta ainda:

*“The recognition by many analysts of the need to go beyond simple access indicators in order to grasp how resources translate into realized achievements has led to variety of concepts that seek to bridge the gap between formal and effective entitlement to resources, generally by introducing some aspect of agency into the measure. The most frequently used of these bridging concepts is that of control, usually operationalized in terms of having a say in relation to resource in question.”* (Kabeer, 1999:444).

Uma das formas mais usadas para medir a agência relaciona-se com a chamada “*decision-making agency*” pois a tomada de decisões é também o cerne de muitas tentativas de conceptualizar o poder, mas nem todas as áreas de decisão têm o mesmo valor como indicador de empoderamento e isso está muito relacionado com as áreas e papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres nas diferentes sociedades (Kabeer, 1999:445).

Nem os recursos, nem os processos, por si mesmos, garantem o empoderamento sendo necessário avaliar os *resultados* do processo, medindo o grau de empoderamento atingido (Kabber, 1999). Ou seja, ao medir o *empowerment* temos que olhar para os recursos (pré-condições) mas também aquilo que a pessoa que tem acesso aos recursos pode fazer com eles (processo, potencial agência) e finalmente se a ação deu o resultado pretendido (*outcome, valued achievements*).

Concretizando com os direitos das mulheres à terra, isto significa que é essencial verificar não apenas o acesso à terra (*access to resources*), mas também o simultâneo controlo (*agency*) sobre a terra e seus produtos e se estes serviram para alcançar os resultados (*outcome*) desejáveis.

Relativamente à medição dos resultados, Kabber (1999:448) salienta a distinção que deve ser feita entre resultados diferentes que são obtidos por haver diferentes preferências e resultados diferentes por haver desigualdades na capacidade e possibilidade de escolha.

## **I.4 Género, desigualdades e direitos à terra**

### **I.4.1 Desigualdades**

Género e terra são duas questões com dimensão política. As lutas pela terra e pela igualdade de género estão diretamente ligadas às questões do poder e aos processos de empoderamento. Quem controla os direitos fundiários detém sempre certo poder sobre os que não os possuem, especialmente nas áreas rurais. De modo similar, muitas vezes o poder dos homens advém de certo controlo sobre as mulheres.

Os recursos produtivos, como a terra, estão relacionados com o poder económico e também com o poder político, assim a desigualdade de acesso, uso e controlo deste recurso reflete-se numa desigualdade no acesso e na utilização do poder (Deere & Doss, 2006).

Em sociedades capitalistas e patriarcais a distribuição da terra está marcadamente dividida entre classes e géneros, ou seja, entre ricos e pobres e entre homens e mulheres. Normalmente as desigualdades na terra são consideradas com base em diferenças de classe ou etnia e pouco com base no género. No entanto, o género é também uma base da desigualdade em relação à terra. Essa desigualdade é uma violação de um dos princípios fundamentais dos Direitos Humanos: o princípio da não-discriminação. As diferenças sistemáticas nos direitos à terra entre homens e mulheres contribuem para a desigualdade estrutural e para a feminização da pobreza.

Apesar da contribuição da mulher para a economia agrária, nomeadamente como produtora de alimentos para consumo e venda, e como trabalhadora agrícola, a verdade é que homens e mulheres raramente têm os mesmos direitos à terra e as mulheres, na maioria dos casos, não controlam a sua própria terra.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a agricultura é a mais importante fonte de emprego das mulheres em áreas rurais, e na maioria dos países em desenvolvimento as mulheres produzem entre 60 e 80% dos alimentos. No entanto, as mulheres possuem menos de 2% da terra, e recebem apenas 5% dos serviços de extensão rural. As estimativas do Programa Alimentar Mundial (PAM) revelam que 60% das pessoas cronicamente famintas são mulheres e meninas e que este enorme “*gender-gap*” precisa de ser reduzido a fim de se alcançar uma maior segurança alimentar e maior justiça social (AgriCultures Network, 2013).

As desigualdades de género nos direitos à terra devem-se essencialmente a tradições fortemente enraizadas na família, nas comunidades, no Estado e no mercado, ou seja, nos principais mecanismos de transmissão e aquisição dos direitos de propriedade e/ou de oportunidade de acesso à terra (Argwal, 1994 e Deere & León, 2001). Esses mecanismos são sustentados por variados tipos de instituições que interagem e influenciam a determinação das relações de posse da terra. Para adotar políticas equitativas, seja sobre as questões de género em geral ou especificamente sobre a posse da terra é preciso lidar com cada tipo de instituição (Lastarria-Cornhiel & Frías, 2007:119).

Na instituição família, a mais relevante para este trabalho, assumem grande importância os mecanismos de herança (incluindo doações e transferências *inter vivos*) os quais estão fortemente ligados ao tipo de organização social existente, nomeadamente ao facto de serem regimes matrilineares ou patrilineares.

O status, autoridade e poder das mulheres varia igualmente dentro das áreas matrilineares. Em alguns lugares, matrilinearidade é sinónimo de igualdade entre homens e mulheres com as mulheres ocupando cargos de liderança, noutras as mulheres têm muito menos autonomia e participação na tomada de decisões, existindo áreas matrilineares onde as mulheres não desempenham, ou já não desempenham, um papel na gestão da terra (Huffer, 2008).

#### **I.4.2 Direitos das mulheres à terra**

Os direitos à terra - especialmente os da mulher - são determinados por uma complexa interação entre as instituições e as relações de poder de uma sociedade. A definição de “direitos à terra” comporta múltiplos elementos que são relevantes para perceber o significado e a importância do género no sistema de direitos à terra. Os

direitos à terra podem ser analisados de acordo com os seguintes itens: reconhecimento legal, reconhecimento social e possibilidade de serem impostos por autoridades externas independentes.

Seguindo Agarwal (1994:19), definimos direitos como reivindicações que são legal e socialmente reconhecidas e que podem ser aplicados por uma autoridade externa com legitimidade. Os chamados “*Intra-household land rights*” (direitos à terra no seio da família) são os de maior impacto para as mulheres asiáticas, incluindo as timorenses, pois determinam o acesso e controlo da terra pelas mulheres com base no seu estatuto na família (filha, mulher, mãe, viúva etc.).

Os direitos são particularmente importantes quando a estrutura familiar se altera. Muitas vezes apesar de reconhecidos pela lei não o são socialmente, e a questão de poderem ser aplicados depende dos mecanismos existentes e do adequado acesso a estes mecanismos.

Os direitos à terra podem tomar várias formas, da plena propriedade ao usufruto, associados com diferentes graus de liberdade para arrendar, estabelecer acordos de parceria, hipotecar, vender ou efetuar outras transações sobre a terra.

Os direitos à terra podem advir da herança, numa base individual ou familiar, da pertença a uma comunidade, de transferências do Estado, ou de outras formas de aquisição como a compra, e por vezes, têm uma dimensão temporal e territorial.

Os termos direitos à terra e acesso à terra devem ser distinguidos. Os direitos à terra, ao contrário do acesso, implicam uma medida de segurança ligada a uma reivindicação que pode ser imposta. O acesso à terra pode ter origem nos direitos de propriedade, mas também pode surgir de arranjos informais.

Agarwal (1994:19-20) faz as seguintes distinções no domínio dos direitos à terra: distinção entre reconhecimento legal e reconhecimento social de uma reivindicação; distinção entre propriedade da terra e o seu efetivo controlo; distinção entre propriedade e direitos de utilização individuais ou coletivos; e distinção entre direitos conferidos pela herança e direitos conferidos pelo Estado.

Dada a complexidade da questão dos direitos à terra, a maioria dos autores considera que não há uma solução universal para o tipo mais desejável de direitos à terra para as mulheres, uma vez que o contexto socioeconómico e as especificidades contextuais do género são determinantes (Agarwal, 1994:20 e Razavi, 2003:5).

A solução apresentada por Agarwal é o conceito de direitos efetivos e independentes para as mulheres. Os “direitos efetivos à terra” (*effective rights in land*) incluem tanto o direito legal como o reconhecimento social desses direitos e ainda o controlo efetivo sobre a terra. Este inclui o controlo das decisões sobre como a terra vai ser utilizada e sobre os benefícios que produz. Já os “direitos independentes à terra” (*independent land rights*) são aqueles que não estão formalmente associados à pertença ou controlo de uma figura masculina (Agarwal, 1994:20). A autora defende que, em muitas circunstâncias, direitos efetivos e independentes estão associados a um maior poder de negociação em casa e na comunidade e a uma maior autonomia económica das mulheres, o que contribui para o seu empoderamento e reforça o seu bem-estar e o dos filhos.

Direitos efetivos e independentes sobre a terra podem fazer uma diferença significativa na vida e no bem-estar das mulheres, no entanto não há unanimidade sobre quanto muda a condição<sup>9</sup> e a posição<sup>10</sup> das mulheres em casa e na sociedade por terem direitos à terra e em que circunstâncias estes são mais eficazes.

No entanto, nem todos estão de acordo com esta posição e nos anos 90 criou-se uma espécie de dicotomia entre aqueles que defendiam direitos indiscutíveis para as mulheres neste domínio e os que se opunham terminantemente, porque viam neles a entrada do mercado e da lógica capitalista nos sistemas costumeiros de gestão da terra (Razavi, 2003:4).

A igualdade formal nos direitos de propriedade não tem tido correspondência em termos de igualdade real na distribuição dos bens e dos seus benefícios entre homens e mulheres. A equidade de género não pode ser atingida se as mulheres não participarem diretamente nas decisões de gestão e distribuição das terras no seio das comunidades e das famílias.

Agarwal (1994:39) argumenta que a igualdade de género nos direitos à terra pode funcionar “*as an indicator of women’s economic empowerment and as a facilitator in challenging gender inequalities in other (e.g. political e social) areas*”. Estes são argumentos muito importantes pois significam que a terra pode ser um instrumento efetivo para a agência das mulheres e para as resgatar da posição de subordinação, podendo levar a mudanças sociais estruturais.

---

<sup>9</sup> Condição é o estado material das mulheres.

<sup>10</sup> Posição é o *status* económico, social e político das mulheres comparado com o dos homens.

Outro aspeto a considerar é o da “formalização dos direitos” à terra, da sua necessidade e importância e do processo da sua implementação. Nesta perspetiva, é preciso considerar a relação entre formalização de direitos, direitos de propriedade, segurança desses direitos e efetivo controlo sobre a terra. A formalização, por si só, dos direitos de propriedade não significa um efetivo controlo e nem sempre produz os melhores resultados para as mulheres. É especialmente relevante analisar a formalização e o seu impacto nas mulheres quando estamos na presença de sistemas legais híbridos, com uma componente legal formal e outra de direito costumeiro, como é o caso de Timor-Leste, mas cuja análise está fora do âmbito deste trabalho.

Existem vários argumentos sobre a importância dos direitos das mulheres à terra. Agarwal (1994: 27-45) considera o bem-estar das mulheres, a eficiência, e a igualdade e empoderamento, e Deere e León (Deere & León 2001:11-31) entre outros autores, seguem uma linha muito semelhante e referem o bem-estar, a igualdade e o empoderamento.

Por ser o mais relevante para este trabalho vamos tratar apenas os argumentos da igualdade e empoderamento. Enquanto os outros argumentos se baseiam na posse da terra em termos absolutos, estes argumentos baseiam-se na posição relativa de homens e mulheres, relativamente à posse da terra, e na capacidade das mulheres alterarem as relações de género. O argumento da igualdade tem duas dimensões: 1) a de igualdade de género como medida da justiça social, na qual a igualdade de direitos sobre os recursos (neste caso a terra) é uma componente importante; 2) a outra dimensão é a especificidade dos direitos à terra como indicador do empoderamento das mulheres e do seu papel facilitador da mudança relativamente às injustiças de género em outras áreas (por ex. na área política, cultural e social) (Agarwal, 1994: 38-39).

A obtenção da igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso das mulheres ao poder e à propriedade. A realização dos direitos das mulheres à terra, efetivos e independentes, constitui empoderamento por si só. Em geral, as mulheres não têm direitos efetivos e independentes à terra, ganhar esses direitos implicaria um processo de mudança que, por definição, expandiria as suas opções de escolha através do controlo sobre a terra. Outras formas de direitos de terra, tais como o simples acesso ou mesmo a propriedade (mas sem controlo), não constituem empoderamento por si só, mas podem facilitar o mesmo.

Ao mesmo tempo o empoderamento das mulheres é transformador das relações de género e uma pré-condição para a igualdade entre homens e mulheres. Os direitos à terra podem expandir a agência das mulheres a outras dimensões para lá da terra, dentro e fora da esfera familiar. Por exemplo fora de casa, os direitos à terra são fundamentais para o acesso das mulheres ao poder político local (Agarwal, 1994).

É importante conhecer e analisar a posse e o controlo da terra por parte das mulheres e o processo para lá chegar. Primeiro, pelo que revela em termos de elementos constituintes do empoderamento, nomeadamente económico das mulheres e segundo pelo potencial de transformação das relações sociais que a luta pela posse da terra contém (Agarwal, 1994:44 e 45).

Tal como as motivações para empoderar as mulheres, os argumentos a favor dos direitos das mulheres à Terra não são mutuamente exclusivos, pelo contrário, reforçam-se mutuamente.

Não há dados sobre a posse e controlo da terra e o poder negocial das mulheres em Timor-Leste aos vários níveis, nem da relação entre género, terra, poder negocial, empoderamento e violência baseada no género.

## **I.5 Timor, terra e género em comunidades matrilineares timorenses**

### **I.5.1 O contexto timorense**

A República Democrática de Timor-Leste tem uma população de 1.066.409 pessoas, vivendo cerca de 70% da população em áreas rurais, é um país maioritariamente católico (96,9%) com grande variedade etnolinguística, existindo, pelo menos, 32 grupos etnolinguísticos diferentes (DNE, 2011a).

A maioria dos grupos etnolinguísticos em Timor-Leste são patrilineares existindo uma minoria de comunidades matrilineares pertencente aos grupos Búnaque em Bobonaro, Covalima e Ainaro; Tétum-Terik em Covalima, Viqueque e Manufahi e Galoli em Manatuto. No total, a população pertencente a estes grupos não excede os 12,5% e nem todas as pessoas seguem as regras matrilineares. Os Búnaque, o nosso grupo matrilinear de estudo, são cerca de 55.837 pessoas em Timor-Leste (DNE, 2011a:203) ocupando a zona de fronteira central entre Timor-Leste e Timor-Ocidental, nos distritos de Bobonaro e Covalima de Timor-Leste e em número semelhante estão também presentes na região Lameken de Timor-Ocidental.

Restaurada a independência em 2002, após 25 anos de ocupação indonésia e 450 de colonização Portuguesa, a Constituição dá primazia aos direitos humanos. Os principais instrumentos internacionais de direitos humanos foram ratificados, incluindo o Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) em 2003, e a Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2005.

Relativamente ao desenvolvimento humano, Timor-Leste ocupa a 134ª posição entre 187 países, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,576, abaixo da média regional que é de 0,683, e com 37,4% da população vivendo abaixo da linha de pobreza fixada em 1,25 US \$ por dia (UNDP, 2013).

A taxa de natalidade é das mais elevadas do mundo, cerca de 5,7%. Ao mesmo tempo, e devido à falta de infraestruturas, nomeadamente serviços de saúde, a taxa de mortalidade materna é especialmente alta, com 300 mortes por 100.000 nascidos (UNDP, 2013).

As mulheres representam 40,6% da população economicamente ativa (estimada em 461.000) e 45% se considerarmos apenas o sector agrícola. A grande maioria (88,2%) das mulheres economicamente ativas exerce a atividade no sector da agricultura (FAO, 2011). A participação das mulheres no Parlamento Nacional é elevada (29,2% dos membros eleitos) mas baixa no poder local, há uma única mulher governadora de subdistrito, e apenas 3% dos chefes de suco são mulheres (JICA, 2011).

Na Tabela abaixo encontram-se alguns dos principais indicadores de género do país, de acordo com Human Development Report 2013, podendo outros indicadores ser consultados na Tabela 1 do Anexo 1.

**Tabela 1 – Indicadores de género**

População com pelo menos o ensino secundário, rácio mulheres/homens	n.d.
Taxa de gravidezes na adolescência (mulheres entre os 15-19 anos)	65.8
Taxa de participação no mercado de trabalho, rácio mulheres-homem	0,518
GII: Índice de desigualdade de género	n.d.
Participação no parlamento, rácio mulheres-homens	0,477
Rácio de mortalidade das mães nos nascimentos por 100,000 nascimentos vivos	300

n.d. = Não disponível

Fonte: *Human Development Report 2013 (UNDP 2013)*

A Constituição consagra a igualdade entre homens e mulheres (artigo 17º), e do acervo legislativo salientamos a Lei contra a violência doméstica (Lei nº 7 de 2010), assim como a ausência de uma “Lei da terra”.

As ideias de igualdade de género, violência doméstica ou empoderamento são novos conceitos para as áreas rurais do país, muitas vezes levados e impostos pelas agências internacionais e organizações não-governamentais (ONG), mas difíceis de apreender e integrar no modo de vida tradicional pelas populações locais.

### **I.5.2 As comunidades matrilineares timorenses na literatura**

Os grupos etnolinguísticos matrilineares timorenses que receberam maior atenção de estudiosos foram os seguintes: Búnaque, Tétum-Terik e Wehali. Vamos apenas referir alguns trabalhos sobre os Búnaque por serem o grupo matrilinear deste trabalho.

Relativamente aos Búnaque, Sousa (2010:51) refere que “entre os autores portugueses contemporâneos, Guterres e Santos (1992) e Guterres (1992, 1994), são os únicos que apresentam trabalhos sobre os Búnaque, publicando uma série de artigos que analisam a sua organização social e política”. Para além destes, há a destacar o trabalho de Sousa realizado em Tapo (um dos locais da nossa investigação) que analisou o refazer da organização social e das práticas rituais, no contexto das mudanças sociopolíticas ocorridas no passado recente (Sousa, 2010).

Entre os autores estrangeiros destacam-se Louis Berthe e Claudine Friedberg que têm escrito extensivamente desde os anos 60 sobre os Búnaque. Apesar dos seus trabalhos terem como foco principal os Búnaques de Lamaknen em Timor Ocidental os mesmos fornecem informações úteis para quem estuda os Búnaque de Timor-Leste. Entre as obras de Claudine destaca-se "*La femme et le féminin chez les Búnaque du centre de Timor*" (Friedberg, 1977). Neste artigo, a autora apresenta o retrato de uma comunidade Búnaque descrevendo em detalhe o significado simbólico do feminino, feminino e casa, os papéis de género, tipos de casamento, regras de herança, divisão de tarefas e género, entre outros aspetos. De Berthe, destacamos o trabalho de 1961, no qual ele refere que os estatutos das Casas<sup>11</sup> são permanentes e hierarquizados, dependendo da posse de certos bens nobiliárquicos e não da posse da terra (Berthe, 1961:7).

---

<sup>11</sup> Casa no sentido de entidade social/linhagem, por isso se escreve com maiúscula.

### **I.5.3 Literatura sobre terra e género em comunidades matrilineares de Timor-Leste**

As questões relacionadas com a terra em Timor-Leste têm sido estudadas desde a colonização Portuguesa, mas poucos trabalhos são dedicados aos sistemas tradicionais/locais de posse terra e menos ainda estão focadas em aspetos de género. Relativamente ao estudo da terra nos grupos matrilineares dois trabalhos recentes são de referir:

- Thu *et al.* (2007) no artigo "Gendered access to customary land in East Timor" fornecem uma interessante análise comparativa dos sistemas de posse da terra em duas comunidades patrilineares e uma comunidade matrilinear, em Ainaro e Manufahi, a comunidade matrilinear de seu estudo é uma comunidade Tétum-Terik localizado no distrito de Manufahi. Este artigo realça o grau de flexibilidade em ambos os sistemas de parentesco relativamente à herança, e por isso questiona de alguma forma a construção binária de patrilinearidade e da matrilinearidade, dizendo que a mesma é limitada.

- O relatório "Género e Agricultura em Quatro Distritos de Timor-Leste" (Miranda, 2011) abrange comunidades matrilineares e patrilineares em quatro distritos de Timor-Leste e teve como objetivo recolher um conjunto de dados sobre as mulheres que trabalham na agricultura em diferentes contextos, para apoiar o Ministério da Agricultura e Pescas na formulação de políticas que apoiem e promovam a participação das mulheres. As comunidades matrilineares estudadas situam-se nos distritos de Manatuto (Galoli) e Bobonaro (Búnaque).

Gostaríamos ainda de referir os trabalhos publicados anteriormente nestes domínios com a nossa participação, de onde destacamos o artigo *Women and Land in Timor-Leste: Issues in Gender and Development* (Narciso & Henriques, 2010), onde se faz uma análise dos direitos das mulheres a partir do acervo legislativo e se analisa com detalhe a posição da mulher em Timor-Leste relativamente aos direitos à terra; e o trabalho publicado no livro "Ita maun alin - O livro do irmão mais novo" (Narciso & Henriques, 2011), sobre as funções da terra para as comunidades rurais de Timor-Leste e onde se faz também uma reflexão sobre a desigualdade de género no acesso aos recursos e à herança da terra.

## **Capítulo II: Aspetos metodológicos**

### **II.1 Métodos e técnicas**

O método escolhido para esta investigação foi o estudo de caso, por ser um método abrangente, adequado quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos no seu ambiente natural e que se diferencia de outros por permitir a utilização de mais de uma técnica para a recolha de dados.

Este estudo utilizou uma combinação de métodos primários e secundários de recolha de dados. A recolha de dados secundários relativos a Timor, que foi sendo construída desde que iniciei o meu interesse pelos estudos sobre Timor-Leste, utilizou os estudos disponíveis na web e as consultas, entre outras, à Biblioteca Nacional em Lisboa, à Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, e à Biblioteca do Instituto de Investigação Científica Tropical.

A recolha de dados primários incluiu como principal instrumento um inquérito por questionário aos agregados familiares. Foi feita também a recolha adicional de informações, principalmente de carácter qualitativo, através de diálogos, conversas e observações (não participante) no campo. Estas últimas foram fundamentais para uma melhor compreensão da situação e ajudaram a analisar e interpretar alguns dos resultados obtidos.

O trabalho de campo foi realizado durante o verão de 2011, os inquéritos foram realizadas por um grupo de docentes e estudantes da UNTL, de ambos os sexos, que têm como língua materna Búnaque e/ou Quêmaque, com a supervisão de uma equipa da Universidade de Évora que a autora desta dissertação integrava. De facto, esta dissertação beneficiou do trabalho de campo realizado em 2011 no âmbito de uma investigação sobre multifuncionalidade da agricultura familiar em Timor-Leste. Apesar de ter sido um contributo positivo para a dissertação, já que permitiu utilizar dados recolhidos no terreno, e de outro modo a recolha de dados primários teria sido impossível, revelou-se também um condicionamento, uma vez que o inquérito em causa não foi concebido de raiz para este fim.

Antes do desenho do questionário estar dado por encerrado foi feito um pré-teste aplicando o questionário a 4 agregados familiares de zonas diferentes da periferia de Maliana, o que permitiu melhorar o mesmo.

A amostragem foi efetuada em duas etapas: a primeira consubstancia-se numa lista das famílias fornecidas pelos chefes de sucros; a partir dessas listas foi possível construir no terreno uma amostra de 102 agregados familiares, 35 em Tapo e Aidabaleten e 32 em Tapo-Memo (número de inquiridos depois de validados). Os inquiridos foram aqueles adultos, um por agregado familiar, que se mostraram disponíveis para colaborar. Na realização dos inquiridos muitas vezes mais do que um membro da família assistia e havia conversa entre eles antes de uma resposta definitiva ser dada. As perguntas foram feitas oralmente nas línguas locais e os resultados apontados de imediato.

Para compreender a situação dos direitos à terra numa perspetiva de género no contexto de famílias camponesas (não se faz aqui a distinção entre agricultura camponesa, familiar e de subsistência) tem que se ter em consideração a organização social vigente já que é esta que determina, em muito, os papéis femininos e masculinos em ambas as esferas; a da produção e a da reprodução social. Essa organização social é em muito baseada na unidade familiar<sup>12</sup>, que é, em simultâneo, uma unidade de reprodução, de produção e de consumo. A centralidade da unidade familiar (ou doméstica) foi determinante na escolha grupo doméstico/família como respondentes ao inquirido.

Dadas as dificuldades de obter antecipadamente alguns dados e de aplicação do inquirido no campo, não foi possível construir uma amostragem aleatória estratificada. É de realçar a não proporcionalidade entre: o número de inquiridos e a população de cada local; homens e mulheres e grupos étnicos. Outra limitação foi o nosso não domínio das línguas locais (Búnaque e Quêmaque).

A investigação empírica desenvolvida na dissertação tem por base o questionário já mencionado (Anexo 2, Questionário), o qual inclui perguntas que cobrem uma ampla gama de temas, através de 146 questões divididas em 6 partes: Parte A “As Características gerais de respondentes”; Parte B “Características sócio económicas da família”; Parte C “Produção agrícola e pecuária”; Parte D “Questões da Pesca”; Parte E “Questões socioculturais”; e Parte F “Questões ambientais”. Só uma pequena parte dessas questões são utilizadas neste trabalho. Apesar das restrições acima, é nossa convicção que os dados recolhidos fornecem informações importantes para entender

---

<sup>12</sup> Ainda que em Timor-Leste outros dois níveis de parentesco sejam também muito importantes, o grupo etnolinguístico e a linhagem da Casa sagrada.

melhor a situação das mulheres nestas comunidades. A generalização dos resultados obtidos, a ser feita, deverá ter em conta as restrições e o facto deste trabalho ser um estudo de caso.

## **II.2 Construção dos grupos de análise**

Dado este trabalho ter como finalidade estudar o papel e a importância da matrilinearidade, a nossa análise foi feita essencialmente tendo como base o sistema de parentesco, em detrimento do critério geográfico de recolha dos dados. Assim, da conjugação das três características que habitualmente definem a matrilinearidade: herança matrilinear, residência uxoriocal e filiação matrilinear foram constituídos três grupos de parentesco.

Os inquiridos com residência matrilocal e parentesco matrilinear foram incluídos no grupo matrilinear harmónico (MH), 36 famílias cumprem esses critérios, sendo que destas 63,9% vivem em Tapo, 25,0% em Tapo-Memo e 11,1% em Aidabaleten. No grupo matrilinear (M) incluímos aqueles que não pertencendo ao grupo MH apresentavam pelo menos duas das três características acima, 39 famílias, 59% das quais vivem em Tapo-Memo, 30,8% em Tapo e 10,3% em Aidabaleten. O grupo patrilinear (P) corresponde aos 27 casos que apresentam uma, ou nenhuma das características matrilineares e todos eles são residentes em Aidabaleten (Anexo 2, Tabela 2a).

O fator mais determinante na atribuição de um agregado a um grupo foi a residência. A forma matrilocal é maioritária (68,6%) em Tapo, a forma neolocal domina em Tapo-Memo (com 71,9 % dos casos), e as formas patrilocal e neolocal (37,1% cada) em Aidabaleten (Anexo 2, Tabela 2b).

## **II.3 Construção das dimensões de análise**

Tendo como pano de fundo os três grupos de análise que correspondem aos três grupos de parentesco, definimos duas grandes dimensões de análise de acordo com os objetivos e hipóteses enunciadas.

A primeira dimensão é os direitos à terra, incluindo nestes não só a sua posse mas também o seu controlo. Com esta dimensão pretendemos averiguar a veracidade da nossa primeira hipótese, H1: As mulheres em comunidades matrilineares tem mais direitos à terra que as mulheres em comunidades patrilineares.

No inquérito os respondentes foram convidados a responder às questões: “A quem pertence a terra que trabalha?” (E1), “Como obteve a terra?” (E2) “ e “De quem é a terra?” (E3). Estas questões fornecem algumas pistas, ainda que de forma incompleta, sobre os direitos à terra, que podem ser conceituadas como uma fonte de empoderamento. Uma questão adicional “Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra?” (E5) fornece na prática uma medida de controlo sobre o uso da terra. Se conjugarmos as questões E3 e E5 podemos obter uma indicação relevante sobre os direitos à terra. Importa referir que estas variáveis qualitativas foram convertidas em variáveis quantificáveis através de um sistema de pontuação (1 ponto para homem, 2 pontos para ambos e 3 pontos para mulher).

Dado que todos os agregados familiares inquiridos possuem terra, não há o risco de estarmos a analisar mulheres com direitos à terra em agregados com terra e agregados sem terra, e confundir o efeito da posse da terra a nível da família com o efeito dos direitos das mulheres à terra.

A segunda dimensão é o empoderamento com o objetivo de verificar a nossa segunda hipótese, H2: as mulheres em comunidades matrilineares têm mais empoderamento dentro do agregado familiar do que as mulheres em comunidades patrilineares. Para a analisar usamos vários itens, com especial ênfase na esfera da tomada de decisões, mas não nos cingimos a esta e utilizamos também a questão da possibilidade de recrutar trabalho, a participação na venda nos mercados e o envolvimento com os serviços de extensão rural.

As questões relacionadas com o processo de decisão são as seguintes: - “Quem é responsável pelos gastos de dinheiro?” (B21) (para lá das compras quotidianas domésticas de pequeno montante essencialmente alimentares, refere-se por exemplo a quem decide comprar mobília, ferramentas agrícolas e reparar a casa); “Quem é responsável por alimentar a família?” (B23) (no sentido de providenciar a disponibilidade de alimentos) e “Quem é responsável pelas decisões relativas ao uso da terra?” (E5) (ex. plantar o quê, quando, em que quantidades, ou sobre o uso de fatores de produção). A estas três perguntas os respondentes podiam responder que a decisão é do homem (1 ponto), de ambos (a que chamaremos codecisão, 2 pontos) ou da mulher (3 pontos), este sistema de pontuação permitiu converter estas variáveis qualitativas em variáveis quantificáveis, de modo a permitir uma análise quantitativa e assim por exemplo calcular a média.

Confirmámos no pré-teste que a venda de terras não é um ato comum nestas comunidades, o que nos levou a manter duas questões gerais sobre o assunto mas a não incluir uma questão sobre a tomada de decisão relativa à venda da terra, o que poderia configurar o direito de transferência.

Também não questionámos sobre rendimentos regulares das mulheres fora da agricultura por sabermos que as hipóteses dos mesmos existirem são muito escassas ou mesmo nulas.

Com base nas três variáveis relativas à tomada de decisão (B21, B23 e E5) foram criados quatro indicadores relativos à participação das mulheres nas três decisões, que representam o nível de empoderamento: 1) o nº de decisões que as mulheres tomam sozinhas, variando de zero a três; 2) o nº de decisões que as mulheres tomam em codecisão, variando de zero a três; 3) o nº total de decisões em que as mulheres participam, em codecisão e sozinhas, variando de zero a três; e 4) a média ponderada de tomada de decisão das mulheres, levando em consideração se cada decisão é tomada pelo homem, conjunta (codecisão) ou individual da mulher, variando de zero a nove.

Para a média ponderada pesámos a tomada de decisões, dando 3 pontos para cada decisão que mulher toma sozinha, 2 pontos para decisões conjuntas, 1 ponto para as decisões tomadas pelos homens sozinhos. Apesar de ser discutível esta hierarquização, uma vez que as decisões conjuntas não representam necessariamente que as mulheres têm menos voz nestas que nas decisões que tomam sozinhas, mas também tomando em consideração que muitas vezes as decisões reportadas como feitas em conjunto são na verdade feitas pelos homens, decidimos valorizar as decisões em que categoricamente as mulheres têm a palavra final.

Sabemos que estes indicadores não são medidas perfeitas de empoderamento. Em primeiro lugar podem não ser os tipos de decisão mais indicados para avaliar o empoderamento naqueles contextos socioculturais; em segundo porque se pode pensar que em resposta a questões generalistas sobre a tomada de decisões muitas vezes os inquiridos respondem de acordo com as normas culturais locais ou com aquilo que pensam que o investigador quer ouvir e em terceiro porque só foi ouvido um membro do casal. Perguntar individualmente a cada membro do casal e fazer questões mais específicas, retrataria mais realisticamente as práticas do quotidiano. Apesar destas restrições, pensamos que a análise das questões inquiridas nos poderá dar pistas valiosas para compreender melhor a situação.

Dada a ambiguidade do termo empoderamento, hesitámos e interrogámo-nos se este era realmente o melhor termo a utilizar para “aquilo” que estávamos a medir. No entanto, após todas as leituras efetuadas, teóricas e de casos empíricos, e tendo em conta que a autonomia na tomada de decisões é uma dimensão básica do empoderamento e que dois dos indicadores mais utilizados na literatura empírica para medir o empoderamento, nomeadamente na esfera doméstica, são aqueles que medem a tomada de decisão na esfera doméstica, e os de medição de acesso ou controle sobre os recursos (Malhotra *et al.*, 2002:25 e 26); grupos onde se inserem os indicadores por nós utilizados optámos por este termo. Estamos no entanto conscientes que nos falta medir a componente de mudança/processo.

Além disso, a tomada de decisão está próxima da componente agência do empoderamento. Assim, medidas deste tipo oferecem uma boa visão do nível de empoderamento das mulheres num único ponto no tempo e tem sido consideradas melhores indicadores para o empoderamento do que por exemplo o nível de educação ou de emprego (Mason, 1998 e Malhotra *et al.*, 2002).

Dada a dificuldade de observação e de medição, na análise da tomada de decisões não levámos em consideração o processo de negociação que conduz às mesmas e a capacidade que as mulheres têm (ou não) para influenciar as decisões. Também não analisamos o poder da mulher noutra tipo de decisões nem noutras esferas, como a sua participação, ou ausência, dos órgãos de decisão tradicionais, ou na esfera do ritual. As trocas matrimoniais, incluindo os casamentos, e as questões relacionadas com a sucessão também não foram analisadas por não termos dados para tal. Esses dados permitiriam ter uma visão mais clara e global do empoderamento das mulheres nas diferentes comunidades. Para tal seria preciso um estudo qualitativo mais aprofundado.

A verificação da terceira hipótese, H3: As mulheres com mais direitos à terra têm mais empoderamento, foi investigada a partir da associação entre as variáveis dos direitos das mulheres à terra e os indicadores de empoderamento, refeitos para este fim sem incluir a variável “Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra?” (E5) (já que a variável E5 fazia ela própria parte dos indicadores construídos anteriormente). A medida de associação privilegiada foi o *V de Cramer*.

Na análise dos resultados, parentesco e género foram categorias de análise sempre presentes. As diferentes variáveis foram sempre analisadas em função dos grupos de parentesco (MH, M e P), funcionando estes como “cenário” de fundo das

nossas análises. Para perceber como as diferenças de género socialmente construídas resultam em critérios e práticas de distribuição de recursos e poder diferenciadas, muitas das respostas são categorizadas por género e alguma informação foi desagregada por género dos respondentes. No entanto, e dado haver sempre frequências inferiores a 5 nalguma célula das tabelas de contingência, nas repostas desagregadas por género dos respondentes, não é possível verificar se estas diferenças são significativas através do valor do *Pearson Chi-Square*, assim, e quando aplicável, usou-se o *Fisher's Exact Test*. Quando também este não foi possível de aplicar procedeu-se a uma apreciação qualitativa das respostas. Dado só haver uma respondente feminina no grupo patrilinear, quando se analisa as diferenças entre género dos respondentes dentro de cada grupo de parentesco o grupo patrilinear não é incluído na análise.

## **II. 4. Tratamento e análise dos dados**

Para analisar quantitativamente os dados foi utilizado o programa SPSS v.21.0. Utilizaram-se de acordo com a adequação, as seguintes operações: análise descritiva dos dados através das tabelas de contingência (*crosstabs*), média aritmética, moda e *Chi-Square Tests* sendo considerado um nível de confiança de 95%, ou seja,  $p \leq 0.05$ . Um teste de comparações múltiplas *a posteriori* (*Post Hoc Test* do *One Way ANOVA*) foi utilizado para verificar a existência, ou não, de diferenças significativas entre os três grupos de análise (grupos de parentesco).

Com o propósito de averiguar a associação entre as variáveis, foram realizadas análises de associação. A medida de associação privilegiada foi o *V de Cramer*, com nível de significância  $\alpha = 0.05$ , dado que as variáveis são qualitativas e têm mais que duas categorias. Tendo sido considerado uma associação relativamente forte valores iguais ou maiores que 0,40 e menores que 0,60 e associação forte valores iguais ou maiores que 0,60 e menores que 0,80 (Rea & Parker, 2000).

Todas as Tabelas do texto e em anexo foram elaboradas pela autora com base nos dados da análise realizada com o SPSS (com exceção da Tabela 1 que se baseia no dados para Timor-Leste do *Human Development Report* 2013).

## **CAPÍTULO III: ESTUDO DE CASO - APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **III.1 Locais da investigação**

A investigação foi realizada em três sucos<sup>13</sup> de 3 subdistritos do distrito de Bobonaro. Os sucos, Tapo no subdistrito de Bobonaro, Tapo-Memo no subdistrito de Maliana e Aidabaleten no subdistrito de Atabae, foram propositadamente escolhidos dadas as suas características diversificadas em termos agro-ecológicos.

Bobonaro é um dos 13 distritos de Timor-Leste, localizado na região Centro-Oeste do país, junto à fronteira com a Indonésia, com uma população total de cerca de 91.199 pessoas. O distrito tem uma população heterogênea composta de diferentes etnias, culturas e línguas, assim como por diferentes zonas agro-ecológicas, do litoral às montanhas. Os grupos etnolinguísticos dominantes são os Quêmaque, Tétum Praça e Búnaque (DNE, 2011a).

Tapo tem 13,1 Km<sup>2</sup>, está situado no lado leste da montanha Datoi, a cerca de 1.400 metros de altitude, distando 23 km da capital de distrito, Maliana, e é acessível por veículo 4X4 através de uma estrada de montanha em más condições. Este suco é composto por cerca de 160 domicílios maioritariamente (mais de 90%) do grupo etnolinguístico Búnaque, um grupo predominantemente matrilinear (DNE, 2011d). Principalmente devido a razões económicas há uma migração significativa de Tapo para Maliana e para a capital Díli.

Por seu lado o suco de Tapo-Memo está situado muito perto (3 Km) da cidade de Maliana cobrindo 73,62 Km<sup>2</sup>, estando a população distribuída em cerca de 840 domicílios e sendo o grupo étnico-linguístico Búnaque o mais presente (mais de 40%) (DNE, 2011e). Este suco foi criado em meados do século XX pelo governo Português para receber pessoas das montanhas, nomeadamente de Tapo, e durante a ocupação Indonésia esse fluxo foi reforçado devido a razões políticas.

Aidabaleten fica no litoral, cobre uma área de 116.21 Km<sup>2</sup>, sendo o mais extenso e populoso dos 3 sucos com 925 agregados familiares. Neste suco mais de 80% da população pertence ao grupo Quêmaque, um grupo patrilinear (DNE, 2011c).

---

<sup>13</sup> A divisão administrativa de Timor-Leste é: 13 distritos, 65 subdistritos, 442 sucos e 2225 aldeias (Census 2010).

Ao nível do distrito, o principal sector económico é o sector primário, constituído quase exclusivamente pela “agricultura e pescas”<sup>14</sup>, que ocupa cerca de 72% da população ativa, seguida de “artesanato e comércio” com cerca de 6% (DNE, 2011b: 278).

Em Tapo menos de 30% dos agregados cria animais, os suínos são a espécie mais comum seguida por galináceos e bovinos. Em Tapo-Memo cerca de 75% dos agregados cria animais, os suínos são também a espécie mais criada, mas aqui seguida por galináceos e caprinos. Em Aidabaleten mais de 90% dos agregados cria alguma espécie animal, mais uma vez os suínos e os galináceos são as espécies mais criadas, aparecendo em 3º lugar os bovinos e os caprinos (DNE, 2011c; DNE, 2011d; DNE, 2011e). Os animais para além do valor alimentar, de acumulação de riqueza e sinal de prestígio, tem também valor simbólico e ritual (Bettencourt *et. al.*, 2013).

Nos três sucos pratica-se uma agricultura de subsistência em que a maior parte da produção se destina ao autoconsumo da família. Em Tapo o milho é a cultura alimentar mais importante, seguido pela mandioca e legumes, enquanto coco e café são produzidas como culturas de rendimento. Em Tapo-Memo o milho também é cultivado como cultura alimentar à qual se junta a mandioca e o arroz, o arroz e o coco são cultivados principalmente como culturas de rendimento. Em Adabeleten o milho, o arroz e a mandioca são as principais culturas alimentares, aparecendo a pesca como atividade importante e o peixe como principal fonte de rendimento (DNE, 2011c; DNE, 2011d; DNE, 2011e).

### **III. 2 Retrato dos sistemas de parentesco**

Em relação às principais características usadas como critério da constituição dos grupos de parentesco, recolhemos informações sobre as regras de herança, de residência pós-casamento e de filiação. Já depois de constituídos os grupos, de acordo com as regras enunciadas anteriormente no capítulo II, a distribuição das características chave do parentesco é mostrada na Tabela 2 (e Anexo 3, Tabela 3a, 3b e 3c).

Dado as formas de residência determinarem as formas de filiação, e não o contrário, vale a pena ressaltar o fato de que a principal regra residencial no grupo matrilinear é a neolocal (87,2%) -por razões que se prendem com questões administrativas e políticas do tempo da colonização Portuguesa e ocupação Indonésia-

---

<sup>14</sup> Já que o sector “mineiro e extrativo” é residual empregando 73 pessoas.

mas a regra de filiação é ainda por larga maioria matrilinear (com apenas 3 exceções, 7,7%, de dupla filiação). É também de salientar que relativamente ao padrão de residência o grupo patrilinear é o que apresenta maior diversidade.

**Tabela 2 - Regra de residência, filiação e herança, por grupo de parentesco (%)**

	Matrilinear Harmónico (MH)	Matrilinear (M)	Patrilinear (P)
<b>Distribuição dos inquiridos por regra de residência</b>			
Matrilocal	100	5,1	3,7
Patrilocal	0	0	48,1
Neolocal	0	87,2	40,7
Bilocal	0	5,1	3,7
Não rígido	0	2,6	3,7
<b>Distribuição dos inquiridos por regra de filiação</b>			
Matrilinear	100	92,3	3,7
Patrilinear	0	0	70,4
Filiação dupla	0	7,7	25,9
<b>Distribuição dos inquiridos por regra de herança</b>			
Matrilinear	91,7	97,4	11,1
Patrilinear	8,3	2,6	88,9

Relativamente à regra de herança<sup>15</sup>, a mesma não é completamente rígida em nenhum dos 3 grupos, mas é matrilinear em mais de 90% dos agregados nos grupos MH e M, e patrilinear em 88,9% dos agregados do grupo P. Em resumo, o grupo MH é, por definição, o que apresenta maior rigidez ou menor diversidade na filiação e residência (100% matrilinear e matrilocal), o grupo M menor diversidade na herança (97,4% matrilinear) e o grupo patrilinear o que apresenta maior diversidade em cada uma das três características analisadas. Thu *et al.* (2007) referem que estas características não são rígidas e que há razões que podem justificar residência virilocal, filiação patrilinear e herança para os homens no seio das comunidades matrilineares. Dessas exceções, no nosso estudo só encontramos no seio dos grupos matrilineares a herança patrilinear.

Nos 3 grupos a maioria das famílias (66,7% no grupo MH, 84,6% no grupo M e 92,6% no grupo P), ainda que com valores significativamente diferentes – (Anexo 3, Tabela 4) reconhece a existência de prestação matrimonial (*pana gobol* em Búnaque). Ao contrário, Thu *et al.* (2007) constata que a maioria das famílias na comunidade matrilinear Tétum-Terik do seu estudo, no distrito de Manufhai, não pratica o ritual tradicional de *barlaque* (prestação matrimonial em Tétum) porque têm outras crenças, ou seja, o catolicismo. Já Friedberg (1977) havia mencionado a importância da "riqueza noiva", mas igualmente os esforços da igreja para mudar este, e outros, costumes. De acordo com os nossos informantes, o valor do preço da noiva nas comunidades

<sup>15</sup> Herança neste trabalho inclui as transferências pós-morte e as doações *inter vivos*.

matrilineares é bem menor do que o valor geralmente aceite nas comunidades patrilineares, uma das razões é, como disse uma das nossas informantes, “um valor elevado daria o controlo sobre os filhos ao pai”.

Como foi referido no Capítulo I, as comunidades matrilineares são predominantemente hortícolas e as patrilineares mais baseadas na criação pecuária (Aberle, 1961) e as comunidades matrilineares tendem a ser relativamente mais eficazes do que os grupos patrilineares em situações de escassez de alimentos (Holden *et al.*, 2006:58). O nosso estudo aponta realmente nessas direções. O número de cabeças normais (NCN) não apresenta diferenças significativas entre grupos de parentesco, no entanto a média do NCN parece confirmar essa tendência, o NCN é de 4,92 no grupo MH, 6,86 no grupo M e 8,72 no grupo patrilinear. Por outro lado, a média do número de meses sem carência alimentar é ligeiramente maior nos grupos matrilineares (8,38 no grupo HM, 8,48 no grupo M e 8,00 no grupo P) (Anexo 3, Tabelas 5a e 5b).

Não foi perguntado a quem pertencia o gado, mas das nossas observações e conversas informais, os pequenos animais, nomeadamente os porcos e as galinhas (mas não os galos de luta) são considerados das mulheres e por elas tratados; já os grandes animais, como por exemplo os bovinos e os búfalos, são considerados como pertencendo aos homens e são eles os responsáveis por estes animais. Esta divisão das tarefas do manejo dos animais pareceu-nos bastante vincada, e corresponde aos animais considerados simbolicamente como femininos e masculinos.

No grupo matrilinear harmónico (MH) as mulheres foram a maior parte dos respondentes (52,8%), no grupo matrilinear (M) as mulheres representaram 28,2% e no grupo patrilinear (P) uma única mulher, viúva, foi respondente (3,7%). Relativamente ao género dos respondentes a diferença entre todos os grupos de parentesco é significativa, havendo uma muito maior presença das mulheres como respondentes nos dois grupos matrilineares, fato já de si revelador de uma posição eventualmente diferente das mulheres (Anexo 3, Tabela 6).

A maioria dos respondentes dos três grupos tem uma idade entre 30 e 60 anos (77,8% no MH, 79,5% no M e 85,2% no grupo P), ou seja, está em idade produtiva. Por sua vez, a participação dos jovens com idade inferior aos trinta anos (8,8%) e dos agricultores menos produtivos, com mais de 60 anos (10,8%), é reduzida nos três grupos. A média de idades é de 46,4 anos para os homens e ligeiramente menor (44,8 anos) para mulheres. O resultado de análise dos dados sobre caracterização por classe de

idade mostra que há diferenças significativas entre o grupo M (mais velho) e os outros dois grupos de parentesco (Anexo 3, Tabelas 7a e 7b).

A maioria dos respondentes é casada, no grupo MH 84,3%, no grupo M 89,7% e no grupo P 88,9%. Há alguns respondentes com estado civil de viúvo, 19,4% no grupo MH, 10,3% no grupo M e 11,1% no grupo P e há 2% de divorciadas no grupo MH. A dimensão média das famílias é de 5,33 no grupo MH, 4,72 no M e 3,63 no P, números abaixo da média nacional que é de 5,8 (DNE, 2011). O estado civil não apresenta diferenças significativas entre grupos de parentesco, já a dimensão das famílias apresenta diferenças significativas, mas apenas entre o grupo patrilinear (o de menor dimensão) e os dois grupos matrilineares (Anexo 3, Tabelas 8a e 8b).

Relativamente ao grupo étnico, as diferenças entre o grupo P e os outros dois é significativa. No grupo MH encontramos respondentes Búnaque (88,9%) e, surpreendentemente, Quêmaques (11,1%) que são à partida patrilineares; no grupo M para além de Búnaques (89,7%) e de Quêmaques (7,7%) encontramos também 2,6% de Bècaís e no grupo patrilinear (P), como esperado, não encontramos Búnaques, havendo 92,6% de Quêmaques e 3,7% de Tétum-Terik e de Bècaís (Anexo 3, Tabela 9).

O analfabetismo é elevado, maior que a média nacional de 41,7% (UNDP 2013) nos grupos matrilineares, 47,2% no MH e 56,4% no M, e somente 25,9% no grupo P (Anexo 3, Tabela 10a). Globalmente, a maioria das mulheres respondentes não têm qualquer escolaridade (67,7%) ou contrário dos homens onde “apenas” 35,2% são analfabetos (Anexo 3, Tabela 10b). Este é um ponto importante, pois os baixos níveis educacionais das mulheres geralmente incidem negativamente sobre outros indicadores de desenvolvimento como saúde e nutrição e reduzem as oportunidades de participação social e de beneficiar do rendimento não-agrícola. Os níveis de escolaridades são muito baixos, sendo que as diferenças entre grupos de parentesco não são significativas (Anexo 3, Tabela 10a), mas parecem consideráveis entre géneros dentro do mesmo grupo (Anexo 3, Tabela 10b).

A língua materna dos agricultores coincide com o grupo étnico já definido acima, havendo apenas duas exceções (1 Bècaís e 1 Tétum-Terik que têm como língua materna Quêmaque) (Anexo 3, Tabela 11a). O conhecimento da língua portuguesa, uma das línguas oficiais de Timor-Leste, é reduzido, a maioria dos respondentes (72,2%, 69,2% e 77,8%, respetivamente nos grupos MH, M e P) não sabem falar, os que falam

de forma incipiente são cerca de 20% (19,4%, 23,1% e 18,5%, respetivamente nos grupos MH, M e P), os que falam razoavelmente não excedem os 3,7% em nenhum grupo e os que falam bem são 5,6% no grupo MH, 5,1 no M e 0% no grupo P (Anexo 3, tabela 11b). As diferenças não são significativas entre grupos de parentesco, mas parecem consideráveis entre género dos respondentes dentro de cada grupo (Anexo 3, tabelas 11b e 11c). Sendo de realçar que nenhuma mulher respondente fala razoavelmente ou bem português, ao contrário de 10 % dos homens.

### **III.3 Terra e empoderamento**

#### **III.3.1 Terra: Têm as mulheres direitos à terra?**

Neste ponto o que pretendemos averiguar é a veracidade da nossa primeira hipótese, H1: As mulheres em comunidades matrilineares tem mais direitos à terra que as mulheres em comunidades patrilineares. Para tal vamos verificar se as mulheres em comunidades matrilineares têm mais acesso/posse à terra através do mecanismo de herança do que as mulheres em comunidades patrilineares, e verificar se para além do acesso/posse têm também o controlo da mesma.

Começamos por salientar que a média da área cultivada por cada família, 2,44ha é globalmente acima da média nacional, 2ha (UNDP, 2011), ficando o grupo patrilinear abaixo com 1,8ha de média e 1,5ha de moda; e os grupos matrilineares acima, com 2,45ha de média e 2ha de moda no MH e 2,84ha de média e 3ha de moda no M (Anexo 3, Tabela 12a e 12b). As diferenças entre a dimensão da terra no grupo P e os outros dois grupos são significativas.

Na análise à pergunta “A quem pertence a terra que trabalha?” (E1), os respondentes que indicam que a terra é própria (família nuclear) são 91,7% no grupo MH, 92,3% no M e 63% no P; a responder que é da família (família alargada) há 5,6% no grupo MH, 0% no grupo M e 22,2% no grupo P; a responder que é própria e da família há 2,8% no grupo MH, 7,7% no grupo M e 11,1% no grupo P, e, surpreendentemente para nós apenas um (no grupo patrilinear) identificou a comunidade e nenhum o Estado como proprietários de terra (Anexo 3, Tabela 13). A diferença é significativa entre o grupo MH e o P. Vale a pena mencionar que esta perceção da posse tem uma forte dimensão subjetiva, já que na quase totalidade dos casos não há registos da titularidade da terra e que se refere à terra cultivada que é individualizada, no sentido de que é vista como pertencendo à família nuclear, apesar da ausência de registos.

A maneira mais comum de obter as terras é por herança, 88,9%, 82,1% e 66,7% nos grupos MH, M e P, respectivamente. É interessante notar que outras fontes de aquisição foram mencionadas, sendo que a compra (apenas compra) é apenas mencionada no grupo patrilinear (18,5%) e a comunidade apenas mencionada no grupo matrilinear harmónico (5,6%), já uma mistura de compra e herança está presente nos 3 grupos. Não há diferenças significativas entre grupos e o género dos respondentes parece não diferenciar a maneira de obter a terra (Anexo 3, Tabelas 14a e 14b).

**Tabela 3 - Posse e controlo da terra por grupo de parentesco (%)**

	Matrilinear Harmónico (MH)	Matrilinear (M)	Patrilinear (P)
<b>De quem é a terra (posse)</b>			
Homem	2,8	0	37,0
Ambos	19,4	28,2	59,3
Mulher	77,8	71,8	3,7
<b>Quem toma as decisões relativas à terra (controlo)</b>			
Homem	2,8	7,7	44,4
Ambos	77,8	87,2	51,9
Mulher	19,4	5,1	3,7

De acordo com a Tabela 3 existe uma proporção consideravelmente maior de mulheres com propriedade da terra nos grupos matrilineares (77,8% no MH e 71,8% no M), aparecendo a posse conjunta em segundo lugar. No grupo patrilinear a posse conjunta é maioritária (59,3%), seguida pela posse só do homem (37,0%). A regra de posse não é rígida, havendo um misto de soluções, sendo de assinalar os valores da posse conjunta já que esta pode indiciar uma certa flexibilidade e abertura à mudança das práticas tradicionais. Em relação à propriedade/posse da terra há diferenças significativas entre os 2 grupos matrilineares e o grupo P mas dentro daqueles não parece haver entre o género dos respondentes (Anexo 3, Tabela 15a e 15b).

Nos grupos matrilineares os direitos sobre a propriedade passam essencialmente pela linha feminina e para as filhas, já nos grupos patrilineares os direitos passam pela linha masculina e para os homens. Como vimos há uma mistura de práticas e os direitos de herança não seguem uma regra de transmissão 100% rígida. Esse direito parece começar a acomodar os membros da outra linha (homens ou mulheres conforme o caso), como mostrado pelas respostas à pergunta "Quem tem acesso à posse da terra em futuras transmissões?". Nos dois grupos matrilineares a maioria dos entrevistados (72,2% no grupo MH e 84,6% no M) disse que somente as filhas devem herdar a terra da família cultivada no presente. Esses grupos indicaram uma clara preferência pela herança das filhas, mas os filhos também foram considerados elegíveis para herdar a

terra da família, nomeadamente na resposta “filhos e filhas” com 19,4% e 15,4% no grupo MH e M respetivamente. No grupo patrilinear a herança para os filhos é predominante (81%), mas a hipótese de as filhas herdarem também está presente. No entanto, é de salientar que a hipótese de transmissão para filhos e filhas é ligeiramente menor (14,8%) neste grupo que nos grupos matrilineares (Anexo 3, Tabela 16a). A herança de terra em transmissões futuras é significativamente diferente entre o grupo P e os dois grupos matrilineares, mas não parece haver diferenças consideráveis por género dos respondentes dentro destes. (Anexo 3, Tabela 16b).

Cruzando as respostas sobre a herança de terra nas gerações futuras com a resposta à pergunta genérica sobre a regra de herança, é de salientar que cerca de 10,7% dos respondentes com regra de herança patrilinear e 18,9% dos que têm regra de herança matrilinear dizem que as “filhas e filhos” herdarão a terra em transmissões futuras, indiciando haver uma maior abertura futura à herança bilateral no caso dos grupos matrilineares (Anexo3, Tabela 16c). Estas respostas podem ser interpretadas como indicativo de uma situação em que as regras de herança estão a perder a importância do passado e rigidez, sobretudo dentro da regra de herança matrilinear, e pode também ser interpretada como uma indicação de uma importância cada vez maior da família nuclear em relação à linhagem.

As decisões sobre o cultivo da terra mostram uma realidade muito diferente da apresentada para a posse da terra (Tabela 3). É de realçar que a codecisão é sempre a resposta maioritária. Ou seja, mesmo nos grupos matrilineares (MH e M) onde na maioria (74%) dos casos as mulheres tem a posse da terra (Anexo 3, Tabela 15a), as mulheres apenas decidem sozinhas em cerca de 12% dos casos, havendo mesmo 5,3% de casos onde o homem decide sozinho, controlando a terra; já no grupo patrilinear onde o homem detém sozinho a posse da terra em 37% e em 59,3% dos casos a posse conjunta, os homens decidem sozinhos em 44,4% dos casos (Anexo 3, Tabela 19a). A resposta à pergunta quem toma as decisões sobre o cultivo da terra apresenta diferenças significativas entre os grupos matrilineares e o patrilinear, e para as respostas ambos e mulher a diferença, de acordo com o género dos respondentes, parece ser considerável (Anexo 3, Tabelas 19a e 19b).

Os dados acima confirmam a nossa hipótese de que as mulheres têm mais direitos à terra nas comunidades matrilineares. No entanto a magnitude dos dois direitos considerados (posse e controlo) é muito diferente. As mulheres nesses grupos têm mais

acesso à posse da terra, nomeadamente através do mecanismo de herança, do que as mulheres em comunidades patrilineares (74% versus 3,7%) sendo a diferença entre o grupo MH e M reduzida (77,8% e 71,8% respetivamente), mas relativamente ao controlo a disparidade entre grupos matrilineares e patrilinear atenua-se (12% versus 3,7%) porque baixa drasticamente o número de mulheres que tem controlo sobre a terra. Ou seja, o número de mulheres que decidem sozinhas sobre a terra é pequeno e a diferença entre os dois grupos matrilineares aumenta (19,4% no MH e 5,1% no M) (Tabela 3). Em suma, os “direitos efetivos e independente à terra” (*effective and independent rights in land*) das mulheres matrilineares, ainda que maiores do que o das mulheres patrilineares, são reduzidos.

Ainda em relação à terra, vale a pena referir as respostas relativamente à venda da terra. Nos grupos matrilineares encontramos uma proporção muito elevada de inquiridos que acham que a venda de terras não é permitida nem para pessoas desconhecidas, nem mesmo para pessoas da mesma aldeia, suco ou sub-distrito (94,4% no grupo MH e 92,3% no M). Este valor desce para 33% no grupo patrilinear. A atitude relativa à hipótese de venda de terras é significativamente diferente entre os grupos matrilineares e patrilinear, havendo maior abertura neste último. (Anexo 3, Tabelas 17a e 17c).

Pensamos que a localização geográfica não explica por completo esta atitude, pois a comunidade M vive maioritariamente (59,0% - Anexo 2, Tabela 2) numa zona peri-urbana, junto à capital de distrito Maliana, e por isso numa zona eventualmente propícia a transações mas os inquiridos não contemplam em mais de 90% dos casos a possibilidade de vender, nem a conhecidos. As respostas não diferem significativamente entre géneros (*Fisher's Exact Test*) dentro dos grupos matrilineares, no entanto é de realçar que nos grupos matrilineares as respostas favoráveis à venda de terra são de homens (Anexo 3, Tabelas 17b e 17d).

É interessante notar que mesmo nos grupos matrilineares, isto não significa que não haja transações de terra. De acordo com os nossos informantes, em situações especiais, quando a família enfrenta uma importante obrigação ou desafio, a terra pode ser trocada ou mesmo vendida e nesses casos é dada preferência de compra aos membros da mesma linhagem.

Em relação à atribuição de títulos de terra nos 3 grupos, a grande maioria dos inquiridos (100% no grupo M e P e 97,1% no grupo MH) (Anexo 3, Tabela 18)

concordaram com ela, sendo as poucas vozes discordantes no grupo matrilinear harmónico. No entanto, a questão da formalização dos títulos de propriedade das terras não é um problema emergente para os inquiridos e é nossa convicção que eles não entendem na totalidade o que significa a titularização da terra e todo o impacto que a mesma pode vir a ter nas suas vidas. Em conversas informais a razão mais apontada para concordarem com a titularização está relacionada com potenciais conflitos com o Estado, de realçar que não invocam os conflitos com os vizinhos pois estes são resolvidos localmente pelas autoridades tradicionais. Por outro lado, para uma análise de género das questões da terra, mais importante que a questão da titularização é a questão da segurança na posse, o que a titularização por si só não garante.

### **III.3.2 Empoderamento: Qual a participação das mulheres na tomada de decisões?**

É agora altura de tentar perceber se as mulheres nas comunidades matrilineares têm também mais empoderamento dentro do agregado familiar, o que a verificar-se confirma a nossa segunda hipótese, H2: as mulheres em comunidades matrilineares têm mais empoderamento dentro do agregado familiar do que as mulheres em comunidades patrilineares. Para a analisar usamos vários itens, com especial ênfase na esfera da tomada de decisões, mas não nos cingimos a esta esfera.

Para além da análise descritiva que se segue, Tabela 4 (ver também Anexo 3, Tabela 19a, 19b, 20a, 20b, 21a e 21b), criámos 4 indicadores, como veremos mais à frente, relativos à participação das mulheres nas decisões, que podem funcionar como representando o nível de empoderamento.

Em relação ao gasto de dinheiro, a codecisão é sempre a opção mais indicada, com 84,6% no grupo M, 50,0% no grupo MH e 44% no grupo P (em ex-âqueo com a resposta homens), ou seja é maioritária nos dois grupos matrilineares, mas não no patrilinear. No grupo MH é ainda de referir que 44,4% indicam que as mulheres fazem estas decisões sozinhas. Os resultados são significativamente diferentes entre todos os grupos de parentesco e parecem ainda indicar que, pelo menos para a resposta mulheres, as diferenças de acordo com o género do respondente são consideráveis (Anexo 3, Tabelas 20a e 20b).

**Tabela 4 - Tipo e forma de decisão por género dos respondentes e grupo de parentesco (%)**

<b>Decisão de como gastar o dinheiro</b>					
<b>Respondentes</b>		<b>Quem decide</b>	<b>Matrilinear Harmónico (MH)</b>	<b>Matrilinear (M)</b>	<b>Patrilinear (P)</b>
<b>Total</b>		Homens	5,6	2,6	44,4
		Codecisão	50,0	84,6	44,4
		Mulheres	44,4	12,8	11,1
<b>Género do respondente</b>	<b>Masculino</b>	Homens	11,8	3,6	46,2
		Codecisão	58,8	89,3	46,2
		Mulheres	29,4	7,1	7,7
	<b>Feminino</b>	Homens	0,0	0,0	0,0
		Codecisão	42,1	72,7	0,0
		Mulheres	57,9	27,3	100
<b>Decisão e Responsabilidade de alimentar a família</b>					
<b>Respondentes</b>		<b>Quem decide</b>	<b>Matrilinear Harmónico (MH)</b>	<b>Matrilinear (M)</b>	<b>Patrilinear (P)</b>
<b>Total</b>		Homens	8,3	7,7	48,1
		Codecisão	61,1	76,9	37,0
		Mulheres	30,6	15,4	14,8
<b>Género do respondente</b>	<b>Masculino</b>	Homens	11,8	7,1	50,0
		Codecisão	64,7	82,1	34,6
		Mulheres	23,5	10,7	15,4
	<b>Feminino</b>	Homens	5,3	9,1	0,0
		Codecisão	57,9	63,6	100
		Mulheres	36,8	27,3	0,0
<b>Decisão sobre o cultivo da terra</b>					
<b>Respondentes</b>		<b>Quem decide</b>	<b>Matrilinear Harmónico (MH)</b>	<b>Matrilinear (M)</b>	<b>Patrilinear (P)</b>
<b>Total</b>		Homens	2,8	7,7	44,4
		Codecisão	77,8	87,2	51,9
		Mulheres	19,4	5,1	3,7
<b>Género do respondente</b>	<b>Masculino</b>	Homens	11,8	3,6	46,2
		Codecisão	58,8	89,3	46,2
		Mulheres	29,4	7,1	7,7
	<b>Feminino</b>	Homens	0,0	0,0	0,0
		Codecisão	42,1	72,7	0,0
		Mulheres	57,9	27,3	100

Relativamente aos gastos quotidianos mais pequenos, essencialmente de produtos alimentares, e à gestão quotidiana do orçamento familiar doméstico, das nossas observações e conversas, nomeadamente nas idas aos mercados, estas parecem ser decisões e tarefa mais desempenhada pelas mulheres, em qualquer dos grupos de parentesco. A semelhante conclusão chegaram Miranda (2011:30) e Thu *et al.* (2007), embora para este último estudo numa das aldeias patrilineares esta seja uma responsabilidade partilhada. É ainda de referir que a contribuição das mulheres para o rendimento familiar, e para a sua gestão, não é reconhecido nem valorizado, nem pelos homens, nem pelas próprias mulheres.

A codecisão é a opção maioritariamente escolhida no que diz respeito ao alimentar a família nos grupos matrilineares, sendo os valores para esta resposta de 76,9% no grupo M, 61,1% no grupo MH e de 37% no grupo P, neste grupo a resposta mais escolhida é o homem com 48%. Existem diferenças significativas entre os grupos matrilineares e o patrilinear, e parece não haver grandes diferenças de acordo com género dos respondentes dentro de cada grupo (Anexo 3, Tabelas 21a e 21b). No entanto, a partir das nossas observações de campo pode dizer-se que as mulheres são responsáveis pela produção de culturas alimentares (a horta) para consumo doméstico e por cozinhar. A mulher normalmente decide as refeições diárias, incluindo a compra se for necessário, e cozinha. Os homens não estavam envolvidos na compra de alimentos, nem no cozinhar e preparar a comida, e até mesmo obter a lenha para cozinhar era principalmente uma tarefa das mulheres. Aliás, em todos os grupos todo o trabalho tradicionalmente doméstico (com exceção do cuidar das crianças que é uma tarefa de todos) é feito quase exclusivamente pelas mulheres.

Como já foi referido acima (pag. 48), à pergunta “Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra?” a maioria dos respondentes opta pela codecisão, sendo aqui a opção maioritária nos três grupos. Mais uma vez as diferenças são significativas entre os grupos matrilineares e o grupo patrilinear, e parecem consideravelmente diferentes de acordo com o género dos respondentes dentro de cada grupo (Anexo 3, Tabelas 19a e 19b).

Para além dos números, é interessante verificar que há um padrão que emerge nitidamente nas três decisões: A codecisão é a forma de decisão mais escolhida, nos grupos matrilineares (MH e M) e P, com exceção neste grupo para a responsabilidade de alimentar a família, maioritariamente do homem. Se atendermos ao género do respondente a situação mantém-se para o grupo M, mas altera-se para o grupo MH. As respondentes femininas do grupo MH, mantem a codecisão como 1ª opção na responsabilidade de alimentar a família, mas para as outras decisões as mulheres sozinhas ficam em 1º lugar (Tabela 4 e Anexo 3, Tabelas 19a, 20a e 21a).

A tomada de decisão por parte da mulher sozinha, é sempre muito baixa nos grupos M e P, com valores que se situam entre 3,7% e 15,4%, já no grupo MH é muito baixa para o cultivo da terra, baixa para o alimentar a família e moderada no caso de como gastar o dinheiro (44,4%). Para os três tipos de decisão, a forma de decisão exclusivamente feminina vai decrescendo conforme nos deslocamos do grupo mais

matrilinear (MH) para o patrilinear; sendo que do MH para o M esta forma de decisão desce mas cresce a codecisão, já do M para o P esta descida não corresponde um aumento da codecisão, mas sim da decisão exclusivamente masculina. (Tabela 4 e Anexos 3, Tabela 19a, 20a e 21a)

Não é possível concluir se as respostas dadas por homens e mulheres dentro dos mesmos grupos matrilineares são em termos estatísticos significativamente diferentes. Seria interessante poder analisar com mais profundidade se as percepções sobre quem toma este tipo de decisões são diferentes, ou não, de acordo com o género do respondente. No entanto para ter a certeza, teríamos que ter interrogado os dois membros do casal, separadamente, e relativamente a decisões concretas tomadas em determinado período de tempo.

Com base nas três variáveis anteriores foram criados, quatro indicadores de empoderamento, agrupando essas três questões (Tabelas 5 e 6).

**Tabela 5 – Participação das mulheres na tomada de decisões, número e forma por grupo de parentesco %**

Nº de decisões	Matrilinear Harmónico (MH)	Matrilinear (M)	Patrilinear (P)	Total
<b>Número de decisões que as mulheres tomam sozinhas</b>				
0 decisões	47,2	76,9	77,8	66,7
1 decisão	27,8	12,8	14,8	18,6
2 decisões	8,3	7,7	7,4	7,8
3 decisões	16,7	2,6	0	6,9
<b>Número de decisões que as mulheres tomam em codecisão</b>				
0 decisões	19,4	2,6	29,6	15,7
1 decisão	13,9	7,7	29,6	15,7
2 decisões	25,0	28,2	14,8	23,5
3 decisões	41,7	61,5	25,9	45,1
<b>Número total de decisões em que as mulheres participam, codecisão e sozinhas</b>				
0 decisões	0,0	0,0	22,2	5,9
1 decisão	2,8	0,0	25,9	7,8
2 decisões	11,1	17,9	18,5	15,7
3 decisões	86,1	82,1	33,3	70,6

**Nota:** Muito alta = > 80%; Alta <80% e = > 60%; Moderada <60% e = > 40%; Baixa < 40 e = > 20% e Muito baixa < 20% (categorização usada por Kumar & Paul, 2002)

Na globalidade a percentagem de casos em que a mulher não toma nenhuma das três decisões sozinha é elevada (66,7%), mas com diferenças entre o grupo MH e os grupos M e P significativas, com 47,7% no grupo MH, 76,9% no grupo M e 77,8% no grupo P. É de realçar que no grupo MH mais de metade dos casos (52,8%) indicam que as mulheres tomam pelo menos um tipo de decisão sozinhas (Tabela 5 e Anexo 3, tabela 22a).

O número de três decisões em codecisão é muito elevado nos grupos matrilineares (MH e M). A codecisão emerge como a forma privilegiada de participação das mulheres em todos os grupos de parentesco, uma vez que mais de 80% (84,3%) das mulheres participam em codecisão em pelo menos uma decisão. A codecisão apresenta diferenças significativas entre o grupo M e os outros dois grupos (Tabela 5 e Anexo 3, Tabela 22b).

Quando a mulher sozinha e codecisão são agrupadas, nos grupos matrilineares (MH – 86,1%; M – 82,1%) as mulheres participam maioritariamente nas três decisões analisadas. Para o grupo patrilinear essa participação reduz-se para um terço (33,3%), enquanto para cerca de 22,2% desses respondentes as mulheres não participam em nenhum tipo de decisão. Há diferenças significativas entre o grupo P e os outros dois grupos (Tabela 5 e Anexo 3, Tabela 22c).

**Tabela 6 - Média ponderada da participação das mulheres na tomada de decisões por grupo de parentesco**

	<b>Matrilinear Harmónico</b>	<b>Matrilinear</b>	<b>Patrilinear</b>
<b>Média ponderada</b>	6,7	6,15	4,96

Em relação às médias acima apresentadas na Tabela 6, a diferença entre o grupo MH e M é de 8,20% mas entre o grupo M e o P a diferença sobe para 20% (é de 21% entre MH e P). Sendo as diferenças na média ponderada significativa entre os grupos de parentesco (Anexo 3, Tabelas 22d e 22e).

Em relação a estas quatro indicadores é de salientar que há sempre diferenças significativas (Anexo3, Tabela 22a, 22b, 22c e 22d) entre algum dos grupos de parentesco e os restantes e que o grupo MH é o que parece mais favorável a uma maior participação e autonomia das mulheres nas tomadas de decisões, seguido de perto pelo M. As dificuldades das mulheres em participarem na tomada de decisões é nitidamente maior no grupo patrilinear.

Os dados apresentados permitem afirmar que as mulheres nas comunidades matrilineares estudadas têm mais empoderamento na esfera doméstica medido pela participação na tomada de decisões, utilizando as variáveis isoladamente ou qualquer um dos indicadores criados, sendo esta conclusão reforçada no grupo MH.

Ainda relacionado com o empoderamento das mulheres foi perguntado “Quem vende nos mercados?”. Não sendo uma atividade exclusiva de nenhum dos géneros, a

resposta à pergunta “Quem vende nos mercados?” apresenta diferenças significativas entre os grupos de parentesco, havendo claramente uma predominância feminina nesta atividade nos grupos matrilineares (86,1% e 82,1% nos grupos MH e M), por contraste no grupo patrilinear são os homens que dominam (85,2%) (Anexo 3, Tabela 23). Estes dados vêm reforçar a ideia que as mulheres nos grupos matrilineares tem realmente mais empoderamento. Já em relação à participação das crianças e jovens na venda nos mercados esta resposta é assinalada por 11,1%, 25,6% e 22,2% respetivamente no grupo MH, M e P. É de realçar que não há diferenças significativas nas respostas entre os géneros dos respondentes nos grupos MH e M (*Fisher's Exact Test*). Os nossos dados aproximam-se mais dos dados de Miranda (2011) que relata que esta é uma atividade predominantemente das mulheres, já Thu *et al.* (2007) constataram que na comunidade matrilinear estudada esta é predominantemente uma responsabilidade partilhada entre ambos os géneros.

Analizamos ainda o uso de dois recursos importantes relacionados com a terra, o recurso trabalho e os serviços de extensão rural, e no caso dos dois grupos matrilineares analisamos qualitativamente os resultados de acordo com o género dos respondentes.

É importante ver se as mulheres têm o mesmo acesso ao recurso trabalho, já que o acesso ao trabalho é fator determinante no sucesso do controlo da terra pelas mulheres. Neste caso foi possível analisar se têm os mesmos “colaboradores” e se fazem mais ou menos troca de trabalho. Relativamente ao trabalho agrícola, este é feito quase exclusivamente pela família, sendo que para algumas tarefas se pode contar com a *entrajuda*<sup>16</sup> (trabalho em rotação e ajuda mútua) de outras unidades familiares, só havendo lugar a contratação de mão-de-obra em um caso no grupo MH (Anexo 3, Tabela 24a). Não se registam diferenças significativas entre grupos, relativamente às diferenças entre os géneros dos respondentes também parece não haver diferenças consideráveis (Anexo 3, Tabelas 24a e 24b).

A *entrajuda* ou troca de trabalho com outros agricultores é muito elevada nos 3 grupos, não havendo diferenças significativas entre grupos (Anexo 24c). É de salientar que no grupo MH a totalidade dos respondentes dizem fazer troca de trabalho (esse

---

<sup>16</sup> O sistema de *entrajuda* não se limita ao trabalho, abarcando uma grande variedade de trocas e nele ressaltam características como a não-monetarização e a reciprocidade e é especialmente relevante no seio das Casas.

valor é de 94,9% no grupo M e 92,6% no grupo P), tal como o dizem 100% das mulheres respondentes (Anexo 3, Tabela 24c e 24d).

Esse trabalho pode assumir a forma de trabalho de grupo em rotação ou de ajuda mútua ou de ambos. O trabalho de grupo em rotação é a forma predominante (77,8%, 76,3% e 72% respetivamente em MH, M e P), seguida da opção ambos (22,2%; 21,1% e 12% respetivamente) em todos os grupos e para ambos os géneros. As diferenças entre género do respondente parecem ser reduzidas no grupo MH mas consideráveis no grupo M, é de referir que “apenas ajuda mútua” só aparece como resposta para uma mulher do grupo matrilinear (2,6%) (Anexo 3, Tabelas 24e e 24f).

Ou seja, parece não haver diferenças consideráveis, de acordo com o género dos respondentes relativamente ao recrutamento de trabalho, ou seja este fator poderá não ser um fator diferenciador do impacto que o acesso à posse da terra pode ter.

Dado que o acesso e uso dos serviços de extensão rural poder ser visto como um recurso importante, influenciado a componente *agency* do empoderamento e permitir mais e melhores escolhas, nomeadamente na esfera das atividades produtivas, analisámos por género do respondente o seu uso, a satisfação com os serviços de extensão rural e se há efetivamente mudanças nas tecnologias usadas.

Há diferenças significativas relativamente ao número de inquiridos que são apoiados pelos serviços de extensão entre o grupo P e os outros dois grupos, sendo que no grupo patrilinear 96,3% dos respondentes são apoiados, no grupo matrilinear esse valor desce para 71,8% e no grupo MH desce ainda mais ficando-se nos 55,6%. Mas dentro do mesmo grupo não há diferenças significativas entre géneros (usando o *Fisher's Exact Test*) (Anexo 3, Tabelas 25a e 25b).

Relativamente à satisfação com esses serviços, a diferença entre grupos é ainda maior, sendo significativa entre todos os grupos, varia de 100% de satisfação no grupo patrilinear a 47,2% no grupo MH, passando pelo grupo M com 69,2%. Entre géneros no mesmo grupo continua a não haver diferenças significativas (usando o *Fisher's Exact Test*) no entanto a satisfação dos homens é maior que a das mulheres (Anexo 3, Tabelas 25c e 25d).

A situação dos agregados antes e depois de receber apoio dos extensionistas é diferente, as diferenças entre os grupos são significativas, na comunidade patrilinear 100% dos inquiridos diz haver diferenças, 71,8% no grupo M e apenas de 50% no grupo

MH e continua a não haver diferenças entre género dos respondentes dentro do mesmo grupo (Anexo 3, Tabelas 25e e 25f). Os dados não revelam diferenças significativas no que diz respeito ao uso, satisfação e resultados da extensão rural por género dos respondentes (usando o *Fisher's Exact Test*).

O facto de não haver diferenças significativas (usando o *Fisher's Exact Test*) entre o género dos respondentes dentro do mesmo grupo, em nenhuma das questões, surpreende-nos, pois com base nas nossas observações e conhecimentos, os serviços extensão rural estão voltadas principalmente para os homens, como prova o fato de que há muito mais homens do que mulheres nos grupos organizados pelos serviços de extensão e também muito mais homens como extensionistas, já que só cerca de 6% dos extensionistas, a nível nacional, são mulheres (JICA, 2011: iii), não havendo nenhuma extensionista nos sucos em análise. Para além disso, como salienta Miranda (2011:34) as mulheres são mais penalizadas no âmbito destes serviços, devido às suas restrições de tempo e de mobilidade.

### **III.3.3 Terra: Fator de empoderamento das mulheres?**

Com o intuito de verificar a nossa terceira hipótese, H3: As mulheres com mais direitos à terra têm mais empoderamento, analisamos a associação, através do *V de Cramer*, entre as variáveis dos direitos das mulheres à terra -“A terra própria de quem é?” (E3) e “Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra?” (E5) - e os indicadores de empoderamento, refeitos para este fim sem incluir a variável E5 (já que a variável E5 fazia ela própria parte dos indicadores usados no ponto III.3.2).

As medidas de associação quantificam a relação entre uma dada exposição e uma dada situação, ou seja, no nosso caso dizem-nos quão mais susceptível estão as mulheres de terem mais participação e autonomia na tomada de decisões de acordo com a posse da terra e a tomada de decisão sobre a terra ser do homem, de ambos ou da mulher.

De acordo com os dados da Tabela 7 é de destacar que a variável “De quem é a terra?” (E3), que neste trabalho operacionaliza a componente posse dos direitos à terra, não evidencia ter associação significativa com nenhum dos indicadores de empoderamento em nenhum dos grupos de parentesco. Uma possível explicação pode estar no fato de a terra nestas comunidades não ser um bem facilmente transacionável e isso poder diminuir o seu impacto nos indicadores de empoderamento.

**Tabela 7 - Nível de associação entre direitos à terra e empoderamento por grupo de parentesco**

Variáveis		MATRILINAR HARMÓNICO (MH)				MATRILINEAR (M)				PATRILINEAR (P)			
		Decisões				Decisões				Decisões			
		Mulheres sozinhas	Mulheres Codecisões	Mulheres Participam	Escala ponderada	Mulheres sozinhas	Mulheres Codecisões	Mulheres Participam	Escala ponderada	Mulheres sozinhas	Mulheres Codecisões	Mulheres Participam	Escala ponderada
<b>De quem é a terra</b>	Valor V de Cramer	0,199	0,144	0,26	0,371	0,039	0,152	0,164	0,171	0,316	0,224	0,192	0,52
	Phi Nível sig.	0,582	0,827	0,3	0,271	0,971	0,636	0,307	0,768	0,248	0,606	0,736	0,67
<b>Quem toma as decisões sobre a terra</b>	Valor V de Cramer	<b>0,500</b>	<b>0,504</b>	0,264	<b>0,576</b>	0,234	0,252	0,139	0,252	0,351	<b>0,454</b>	0,409	<b>0,642</b>
	Phi Nível sig.	<b>0,001 *</b>	<b>0,001*</b>	0,285	<b>0,002*</b>	0,371	0,292	0,721	0,549	0,155	<b>0,025*</b>	0,6	<b>0,005*</b>

Nota: \* Pearson Chi-Square, significativo a 0,05

Pelo contrário a variável “Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra” (E5) apresenta uma associação significativa com alguns dos indicadores de empoderamento nos grupos MH e P. A associação é significativa e relativamente forte com o número de decisões que as mulheres tomam sozinhas, em codecisão e com a escala ponderada de decisões no grupo MH. No grupo P a associação é significativa e relativamente forte com o número de codecisões e forte com a escala ponderada. Estes dados confirmam a importância dos direitos efetivos, que inclui o controlo e não só a posse, das mulheres à terra e não apenas o direito de herança como fator de empoderamento.

Em resumo a verificação da terceira hipótese, H3: O fato de as mulheres terem mais acesso à terra traduz-se em mais empoderamento, aponta para uma associação tendencialmente positiva da componente controlo dos direitos à terra, nos grupos MH e P, mas não evidencia a mesma tendência no grupo M, já que aí a associação nunca é significativa.

O contexto socioeconómico a vários níveis (internacional, nacional, regional e local) tem influência direta e indireta no empoderamento das mulheres. Para além do enquadramento legal<sup>17</sup>, cada vez mais se dá atenção à influência que variáveis como rendimento, níveis de educação, disponibilidade de infraestruturas, características pessoais e do agregado familiar e “instituições sociais”, podem ter no empoderamento das mulheres. Os nossos dados confirmam também que o papel dos direitos das mulheres à terra não é sempre igual dependendo do contexto, revelando a importância dos grupos de parentesco, com as características que lhes estão inerentes, que podem ser considerados “instituições sociais”, no empoderamento das mulheres.

<sup>17</sup> Não analisaremos aqui o enquadramento legal, para ver este em relação às mulheres e a terra em Timor-Leste, consultar Narciso & Henriques (2010).

Por último, e numa tentativa de dar um retrato breve da situação das mulheres face à terra e ao empoderamento e o seu contexto socioeconómico agrupámos algumas variáveis em três dimensões a que chamámos “tomada de decisão”, “posse de recursos” e “características pessoais” e analisamos as mesmas por grupo de parentesco que podem ser considerados “instituições sociais”. A informação sobre as variáveis e a respetiva média para cada um dos grupos de parentesco está resumida na Tabela 8. Na leitura das variáveis da dimensão da tomada de decisão quanto maior a média, melhor a situação das mulheres e um valor igual a 3 significa a participação máxima das mulheres nas decisões, exceto para a escala ponderada que tem um máximo de 9.

Relativamente à tomada de decisão, o sistema MH emerge como o grupo onde as mulheres gozam de maior participação e autonomia, seguido do M e do P. Na posse dos recursos o sistema de parentesco M apresenta maior riqueza relativa, com exceção para os bens não elétricos (domina o MH) e as unidades pecuárias (domina o P). O grupo P é o mais jovem e mais instruído seguido pelo grupo MH e pelo grupo M.

**Tabela 8 – Média das variáveis usadas para medir e para contextualizar o empoderamento das mulheres por grupo de parentesco**

Variáveis	Matrilinear Harmónico (MH)	Matrilinear (M)	Patrilinear (P)
<b>Dimensão da tomada de decisões</b>			
Quem toma as decisões de como gastar o dinheiro <sup>A</sup>	2,38	2,10	1,66
Quem é responsável por alimentar a família <sup>A</sup>	2,22	2,07	1,66
Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra <sup>A</sup>	2,16	1,97	1,59
Nº de decisões em que as mulheres participam	2,83	2,82	1,62
Nº de decisões que as mulheres tomam em codecisão	1,88	2,48	1,37
Nº de decisões que as mulheres tomam sozinhas	0,94	0,35	0,29
Escala ponderada da tomada de decisões <sup>A</sup>	6,77	6,15	4,96
<b>Dimensão da posse dos recursos</b>			
De quem é a terra <sup>A</sup>	2,75	2,71	1,66
Total de Ferramentas Agrícolas (número)	10,23	11,25	10,37
Total de bens não elétricos (número)	1,41	1,41	1,18
Qual a área total cultivada <sup>B</sup>	2,45	2,84	1,81
Número de Cabeças Normais	4,92	6,86	8,72
Rendimento monetário <sup>C</sup>	2,27	2,94	2,29
Nº de meses sem carência alimentar	8,38	8,48	8,00
<b>Dimensão das características individuais</b>			
Idade	44,33	49,82	42,37
Classe de escolaridade <sup>D</sup>	1,80	1,79	2,03

**Nota:** <sup>A</sup> 1-homem; 2- ambos; 3-mulher;

<sup>B</sup> 1-<= 1ha; 2-> 1ha e < 3ha; 3- =>3ha e <4ha; 4-=>4ha

<sup>C</sup> 1-<= 500 USD; 2-=> 501 USD e <= 1000 USD; 3-=> 1001 USD e <= 1500 USD; 4-=> 1501 USD

<sup>D</sup> 1- Analfabeto; 2- Primário; 3- Secundário; 4- Superior

## **Conclusões, roteiro para o futuro e reflexões finais**

### **Conclusões**

O trabalho que aqui se apresenta pode ser visto como uma tentativa de contribuir para uma resposta, que de modo nenhum pode ser vista como definitiva, para a questão que inicialmente se formulou:

“O fator matrilinearidade afeta o empoderamento das mulheres rurais do distrito de Bobonaro em Timor-Leste? “

Acreditamos que as relações com a terra são importantes para perceber as comunidades matrilineares e as relações de género, demos especial ênfase à situação das mulheres face à terra dada a grande importância que este recurso tem para populações rurais e o importante papel que pode desempenhar para o empoderamento das mulheres.

Apesar das questões da terra em Timor-Leste serem há muito estudadas, poucos trabalhos adotam uma perspectiva de género e focam os grupos matrilineares. Por outro lado, também a grande maioria dos documentos históricos, antropológicos e outros não dão espaço, ou dão muito pouco, às relações de género ou às percepções das mulheres sobre a sua própria situação.

Elaborámos um estudo de caso, comparando uma comunidade matrilinear harmónica, uma matrilinear e uma patrilinear, do distrito de Bobonaro em Timor-Leste. Para tal usámos como principal instrumento um inquérito por questionário a 102 agregados familiares em três sucos do distrito de Bobonaro. Uma recolha adicional de informação através de diálogos, conversas e observações, principalmente de carácter qualitativo, foi feita em paralelo.

Os dados apresentados confirmam as nossas três hipóteses de partida. A nossa primeira hipótese de que as mulheres têm mais direitos à terra nas comunidades matrilineares foi confirmada. No entanto, a magnitude dos dois direitos considerados (posse e controlo) é muito diferente, sendo muito maior a posse que o controlo. Em suma, os “direitos efetivos e independentes à terra” (*effective and independent rights in land*) das mulheres matrilineares, ainda que maiores do que o das mulheres patrilineares, são reduzidos nomeadamente quando se considera a variável controlo.

Utilizando as variáveis da tomada de decisão, isoladamente ou qualquer um dos indicadores com elas criados, foi possível confirmar que as mulheres nas comunidades matrilineares têm mais empoderamento na esfera doméstica medido pela participação e

autonomia na tomada de decisões (segunda hipótese), sendo esta conclusão reforçada no grupo MH. Dentro da tomada de decisões são de salientar dois fatos: i) A codecisão emerge como a forma de decisão mais escolhida; ii) A tomada de decisão por parte da mulher sozinha é sempre muito baixa.

Relativamente à terceira hipótese, as mulheres com mais direitos à terra têm mais empoderamento; os nossos dados empíricos apontam para uma associação tendencialmente positiva e relativamente forte, ou forte, da componente controlo dos direitos à terra com o empoderamento, nos grupos MH e P, mas não evidencia a mesma tendência no grupo M. A associação positiva deve-se essencialmente à componente controlo já que a componente posse não apresenta, em caso algum, associação significativa.

Nas comunidades matrilineares, apesar do restrito acesso dos homens à posse da terra, o direito dos homens de controlo sobre a propriedade e de participação nos órgãos de decisão tradicionais restringe o poder que as mulheres poderiam exercer por herdarem e terem terra. Para tirarem maior proveito desse direito as mulheres devem ter também o controlo da terra. Tudo isto não pode estar dissociado da participação e poder das mulheres nos órgãos tradicionais de decisão. Em suma, a existência de regras matrilineares, nomeadamente de herança, e as relações de parentesco não negam a existência de estruturas sociais patriarcais.

Da nossa análise, para além dos dados empíricos, outros três fatos são de realçar: i) a posse da terra não corresponde linearmente ao seu controlo; ii) a não participação das mulheres nos órgãos tradicionais de decisão; iii) a lei prevê a igualdade mas que esta na prática não se aplica. Estes dois últimos fatos necessitam de uma análise muito para lá da família, e levam a questão para os palcos da comunidade e do Estado.

Nos grupos matrilineares estudados as leis costumeiras dão às mulheres direito a herdar a terra, mas a gestão e o controlo da terra pertence na maioria dos casos a ambos, sendo uma minoria de casos aqueles em que a mulher decide sozinha, não se sabendo ao certo se as mulheres no passado já terão tido e exercido mais direitos na gestão e controlo da terra.

Num cenário de pluralismo legal e sem uma “Lei da terra” em vigor, a autoridade para decidir as questões da terra reside nas autoridades tradicionais e estas em qualquer dos grupos, matrilineares e patrilineares, são essencialmente compostas por

elementos masculinos, as mulheres, como género, são tipicamente excluídas desses órgãos tradicionais de decisão. O controlo da terra e a participação nas instituições tradicionais de poder e de decisão dá ao homem (marido, irmão ou tio materno) um poder considerável e diminui o potencial poder que as mulheres poderiam exercer.

Sendo que nos foi relatado que no passado, nestas comunidades, algumas mulheres pertenceram a esses órgãos dada a sua idade e sabedoria. Este fato significa que outros fatores, como idade e estatuto, devem ser levados em consideração quando falamos sobre os papéis de género e relações de género e releva o fato de que as “mulheres” não são um grupo homogéneo.

Ao contrário de Thu *et.al.* que realçam o grau de flexibilidade em ambos os sistemas de parentesco relativamente à herança, e que por isso questionam, de alguma forma, a construção binária de matrilinearidade e patrilinearidade, dizendo que a mesma é limitada e desvalorizando de algum modo a questão do parentesco; o nosso estudo realça as diferenças significativas nos direitos à terra e no empoderamento das mulheres nos três grupos de parentesco; não negando a flexibilidade das leis consuetudinárias, reconhecemos e valorizamos o papel que os sistemas de parentesco desempenham.

De acordo com uma abordagem sociológica que vê o empoderamento das mulheres, em grande parte como uma propriedade dos sistemas sociais, nós mostramos através das três comunidades do nosso estudo, que as instituições sociais são um fator importante e determinante para o empoderamento das mulheres.

A instituição social parentesco (com as regras que lhe estão associadas) mostrou ser um fator importante e que deve ser tido em conta na formulação das políticas. Nomeadamente o fator matrilinearidade que se revelou como elemento essencial, o seu papel nas questões da terra e no empoderamento/poder das mulheres deve ser aprofundado. A matrilinearidade parece constituir um fator que promove a posse e o controlo da terra (embora muito menos o controlo do que a posse) pelas mulheres. Por outro lado, o parentesco é também um fator crucial do acesso e uso de outros recursos, económicos e não económicos -culturais e sociais- que são determinantes para o bem-estar da mulher.

No cerne das mudanças no mundo rural, em especial nos países em desenvolvimento, estão fatores como: a pressão para privatização da terra, envolvimento crescente dos produtores com os mercados, uma maior exploração dos recursos naturais,

um crescente êxodo rural e a emigração por parte dos mais jovens. Apesar de todas estas pressões a sociedade tradicional timorense, em especial nas áreas rurais, parece valorizar muito o parentesco, a dádiva e a reciprocidade.

### **Roteiro para o futuro**

Chegados aqui, temos consciência do muito que ainda falta fazer em Timor-Leste nesta área, entre os quais salientamos:

- Dar voz às mulheres, promovendo a sua participação nos órgãos de consulta e decisão;
- Realizar mais estudos, com uma perspectiva de género, sobre os sistemas tradicionais de herança, posse e gestão da terra, cobrindo mais grupos etnolinguísticos;
- Realizar mais estudos sobre a relação dos direitos à terra das mulheres e o empoderamento, englobando o modo como a negociação e a tomada de decisão se realiza e a componente de processo/mudança;
- Entender como as decisões, nomeadamente as da esfera económica são moldadas e influenciadas pelos grupos de parentesco;
- Estudar, para salvaguardar, o que os sistemas matrilineares têm de positivo para as mulheres, nomeadamente como fator determinante do acesso, uso, e controlo dos recursos (económicos e não económicos) e não apenas para relatar o seu desaparecimento;
- Perceber melhor algumas questões que este trabalho levanta como seja a relação entre a matrilinearidade e a segurança alimentar (já que a insegurança alimentar é um problema grave no país) e o significado da codecisão, este deve ser aprofundado para perceber se a codecisão favorece a igualdade entre géneros;
- Estar atento e observar se no futuro as mulheres -quer em grupos matrilineares, quer em grupos patrilineares- reivindicam a propriedade da terra, e que circunstâncias e motivações levam a tal;

Pessoalmente, gostaria de voltar a estas comunidades e: devolver os resultados deste trabalho; dar voz às mulheres; recolher e registar genealogias da terra de modo a clarificar a relação das pessoas com a terra e entre si; e estudar e perceber as mudanças que se estão a operar, e se as mulheres estão a ganhar empoderamento, incorporando na análise a componente de processo/mudança do empoderamento e o modo como a negociação e a tomada de decisão se realizam.

## **Reflexões finais**

O direito de acesso, nomeadamente através da herança, deve ser reconhecido como um direito inquestionável das mulheres, a desigualdade verificada é uma violação de um dos princípios fundamentais dos Direitos Humanos e portanto inadmissível: o princípio da não-discriminação; mas não se deve atribuir ao mesmo outros significados que não são automáticos (como por exemplo fator de igualdade entre os géneros e sinónimo de mais empoderamento ou poder).

Mais importante que a herança/posse para o empoderamento das mulheres revelou-se o controlo, é assim necessário entender que condições favorecem o controlo da terra pelas mulheres e o que é que isso garante em termos de igualdade na relação com o homem na sociedade.

É um enorme desafio pensar e operacionalizar o acesso, posse e controlo da terra como um meio de promover a igualdade entre os géneros. É preciso entender como se constroem no quotidiano as relações de género, que significado teórico e prático tem o acesso, posse e o controlo da terra e que possibilidades esses fatos oferecem para uma construção de relações de género mais igualitárias e equitativas.

Só depois dessa reflexão podemos pensar quais as implicações políticas que advêm do considerar o acesso, posse e o controlo da terra pelas mulheres como um meio de alcançar uma maior igualdade de género e se esses devem ser uma prioridade.

Em suma, há que pensar o acesso e controlo da terra como fator de mudança na posição e condição da mulher e usar criativamente as normas culturais para promover a igualdade de género na sociedade rural timorense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aberle, D. F. (1961). Matrilineal descent in cross-cultural comparison. In Schneider, D., & Gough, K. (Eds.), *Matrilineal kinship* (pp. 655–730). Berkeley: University of California Press.
- Actionaid. (2013). *From marginalisation to empowerment: The potential of land rights to contribute to gender equality – observations from Guatemala, India and Sierra Leone*. Johannesburg, South Africa: ActionAid's women's rights to land project year II. Disponível em: [http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/from\\_marginalisation\\_to\\_empwermnt\\_final\\_research\\_report.pdf](http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/from_marginalisation_to_empwermnt_final_research_report.pdf). Acedido em 10.06.2013.
- Agarwal, B. (1994). *A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- AgriCultures Network. (2013). *The importance of empowering women in agriculture for greater food security and social justice*. Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/resources/extra/news/8-march-2013>. Acedido em 10.06.2013.
- Augé, M. (Dir.). (2003[1975]). *Os domínios do Parentesco: Filiação, Aliança Matrimonial, Residência*. Lisboa: Edições 70.
- Berthe, L. (1961). Le mariage par achat et la captation des gendres dans une société semi-féodale : les Buna' de Timor central. *L'Homme*, tome 1(3), 5-31. doi: 10.3406/hom.1961.366410. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hom\\_0439-4216\\_1961\\_num\\_1\\_3\\_366410](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hom_0439-4216_1961_num_1_3_366410). Acedido em 10.06.2013.
- Bettencourt, E., Tilman, M., Henriques, P. D. S., Narciso, V., & Carvalho, M. L. S. (2013). *The Economic and Sociocultural Role of Livestock in the Wellbeing of Rural Communities of Timor-Leste*. Évora: CEFAGE-UE Working Paper 2013/01.
- Bhavnani, K., Foran, J., & Priya, K. (Eds.). (2003). An Introduction to Women, Culture and Development. In *Feminist Futures: Re-imagining Women, Culture and Development* (pp.1-21). London – New York: Zed Books.

- Blackwood, E. (1997). Women, land, and labor: Negotiating clientage and kinship in a Minangkabau peasant community. *Ethnology*, Vol. 36 (4), 277-293. doi <http://www.jstor.org/stable/3774038>. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/3774038?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=2110263471074> 1. Acedido em 5.08.2013.
- Bock, B. (2006). Introduction: Rural Gender Studies in North and South. In Bock, B., & Shortall, S. (Eds.), *Rural Gender Studies: Issues and Cases Studies* (pp. 1-18). Oxfordshire: CABI Publishing.
- Boserup, E. (1970). *Women's Role in Economic Development*. New York: St. Martin's Press.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of Identity*. New York: Routledge.
- Casimiro, I. (2012). Mulher, Pesquisa, Acção e Mudança. In Silva, C. T., Coelho, B. P. J., & Souto, N. A. (Org.), *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África - Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança)* (pp.211-226). Disponível em: <http://www.codesria.org/spip.php?article1611&lang=en>. Acedido em 5.08.2013.
- Cinatti, R., Almeida, L., & Mendes, S. (1987). *Arquitectura timorense*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical - Museu de Etnologia.
- Deere, D. C., & León, M. (2001). *Empowering women: Land and property rights in Latin America*. Pittsburg: University of Pittsburg Press.
- Deere, D. C., & Doss, R. C. (2006). The gender asset gap: what do we know and why does it matter? *Feminist Economics*, 12(1-2), 1-50. doi: 10.1080/13545700500508056. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13545700500508056#.UjoW94asiSo>. Acedido em 5.08.2013.
- DNE. (2011a). *Population and Housing Census of Timor-Leste 2010*, Vol. 2. Díli, Timor-Leste: Direcção Nacional de Estatística (DNE) e United Nations Population Fund.
- DNE. (2011b). *Population and Housing Census of Timor-Leste 2010*, Vol. 3, Table 12.4, pp. 264 e Table 13.5 pp.278. Díli, Timor-Leste: Direcção Nacional de Estatística (DNE) e United Nations Population Fund.

- DNE. (2011c). *Timor-Leste Relatório Sensus 2010, suku relatório, Aidabaleten*. Díli, Timor-Leste: Direcção Nacional de Estatística (DNE) e United Nations Population Fund.
- DNE. (2011d). *Timor-Leste Relatório Sensus 2010, suku relatório, Tapo*. Díli: Timor-Leste: Direcção Nacional de Estatística (DNE) e United Nations Population Fund.
- DNE. (2011e). *Timor-Leste Relatório Sensus 2010, suku relatório, Tapo memo*. Díli, Timor-Leste: Direcção Nacional de Estatística (DNE) e United Nations Population Fund.
- Douglas, M. (1969). Is matriliney doomed in Africa? In Douglas, M., & Kaberry, P. M. (Eds.), *Man in Africa* (pp.121-135). London: Tavistock Publications.
- Dube, L. (1997). *Women and Kinship: Comparative Perspectives on Gender in South and South-East Asia*. New Delhi: Sage Publications.
- FAO. (2011). *The state of food and agriculture 2010-2011, Women in agriculture: closing the gender gap for development*. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e00.htm>. Acedido em 5.08.2013.
- Fitzpatrick, D. (2002). *Land Claims in East Timor*. Canberra: Asia Pacific Press.
- Friedberg, C. (1977). La femme et le féminin chez les Bunaq du centre de Timor. *Archipel*, Vol. 13, 37-52. doi: 10.3406/arch.1977.1326. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arch\\_0044-8613\\_1977\\_num\\_13\\_1\\_1326](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arch_0044-8613_1977_num_13_1_1326). Acedido em 10.06.2013.
- Friedman, J. (1996). *Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Gough, K. (1961). The Modern Disintegration of Matrilineal Descent Groups. In Schneider, D., & Gough, K. (Eds.), *Matrilineal kinship* (pp. 631-655). Berkeley: University of California Press.
- Harding, S. (1989). Is there a feminist method? In Tuana, N. (Ed.). *Feminism & Science* (pp. 17-31). Bloomington IN: Indiana University Press.

- Hirschon, R. (1984). Introduction: Property, Power and Gender Relation. In Hirschon, R. (Ed.), *Women and property – Women as property* (pp.1-22). London: Croom Helm.
- Holden, S., Kaarhus, R., & Lunduka, R. (2006). *Land Policy Reform: The Roles of Land Markets and Women's Land Rights in Malawi*. Noragric Report n° 36, October 2006. Ås, Norway: Noragric, Norwegian University of Life Sciences (UMB). Disponível em: [http://www.umb.no/statisk/noragric/publications/reports/2006\\_nor\\_rep\\_36.pdf](http://www.umb.no/statisk/noragric/publications/reports/2006_nor_rep_36.pdf). Acedido em 10.06.2013.
- Huffer, E. (2008). Introduction. In Huffer, E. (Ed.), *Land and women: the matrilineal factor: the cases of the Republic of Marshall Islands, Solomon Islands and Vanuatu* (pp. vii-xv). Fiji: Pacific Islands Forum Secretariat. Disponível em: <http://www.forumsec.org.fj/resources/uploads/attachments/documents/Land%20and%20Women.pdf>. Acedido em 10.06.2013.
- JICA. (2011). Country Gender Profile: Timor-Leste. Japan International Cooperation Agency: Timor-Leste Office. Disponível em: [http://www.jica.go.jp/english/ourwork/thematic\\_issues/gender/background/profile.html](http://www.jica.go.jp/english/ourwork/thematic_issues/gender/background/profile.html). Acedido em 10.06.2013.
- Kabeer, N. (1997). Empoderamiento desde abajo: Qué podemos aprender de las organizaciones de Base? In Leon, M. (Org.), *Poder y empoderamiento de las mujeres* (pp.119-146). Bogotá: Tercer Mundos S.A Editores.
- Kabeer, N. (1999). Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. *Development and Change*, Vol. 30, pp.435-464.
- Kumar, P., & Paul, T. (2002). Empowerment of Women: Concept, Policy Approach and Implications. Department of Economics, University of Allahabad, Allahabad. Disponível em: <http://www.isical.ac.in/~wemp%2FPapers%2FPaperPrahlaadKumarAndTinkuPaul.doc&ei=u9LIT43DIsvV4QSn2djXAQ&usg=AFQjCNEvhXB1AQmjtzmLXtRrXZuhWYqJfw&sig2=aLPQ65aJjmtPmNyAxm81fA>. Consultado em 10.06.2013.
- Lastarria-Cornhiel, S., & Frías, G. Z. (2007). Gênero e direitos fundiários: resultados e lições dos estudos de países. In Galán, B. B. (Coord.), *Compêndio de estudos de países sobre gênero e terra*. FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/010/a0297p/a0297p00.htm>. Acedido em 10.06.2013.

- Malhotra, A., Schuler, S. R., & Boender, C. (2002). *Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development*. Background Paper prepared for the World Bank Workshop on Poverty and Gender: New Perspectives. Washington, DC: World Bank, Gender and Development Group. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTGENDER/Resources/MalhotraSchulerBoender.pdf>. Acedido em 10.06.2013.
- Mariano, S. A. (2008). Modernidade e crítica da modernidade: a sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. *Cadernos Pagu*, 30, 345-372. Disponível em: [http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos//Pagu/2008\(30\)/Mariano.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos//Pagu/2008(30)/Mariano.pdf). Acedido em 10.06.2013.
- Mason, O. K. (1998). Wives' Economic Decision-Making Power in the Family: Five Asian Countries. In Mason, O. K., Tsuya, O. N., & Choe, K., M. (Eds.). *The Changing Family in Comparative Perspective: Asia and the United States* (pp. 105-133). Honolulu: East-West Center.
- Mason, O. K., & Smith, L. H. (2003). *Women's empowerment and social context: results from five Asian countries*. Washington, DC: World Bank, Gender and Development Group. Disponível em: <http://swaf.pop.upenn.edu/sites/www.pop.upenn.edu/files/WomensEmpowerment2Jan2003.pdf>. Acedido em 10.06.2013.
- McWilliam, A., & Traube, E. G. (2011). Land and life in Timor-Leste: ethnographic essays. ANU E Press. Disponível em: <http://epress.anu.edu.au?p=160561>. Acedido em 10.06.2013.
- Miranda, S. (2011). *Relatório Género e Agricultura em Quatro Distritos de Timor-Leste (Bobonaro, Ermera, Manatuto e Viqueque)*. Díli, Timor-Leste: Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade.
- Murdock, G. P. (1949). *Social Structure*. New York: The MacMillan Company.
- Narciso, V., & Henriques, P. D. S. (2010). Women and Land in Timor-Leste: Issues in Gender and Development. *Indian Journal of Gender Studies*, Vol. 17(1), 49-72.
- Narciso, V., & Henriques, P. D. S. (2011). Funções da terra para as comunidades rurais de Timor Leste. In Silva, K., Sousa, L. (Orgs.), *Ita mau alin. Afinidades Antropológicas em torno de Timor-Leste* (pp. 241-255). Lisboa: Edições Colibri.

- Peters, E. P. (1997a). Revisiting the Puzzle of Matriliney in South-Central Africa: Introduction. *Critique of Anthropology*, June 1997, Vol. 17 (2), 125-146.  
doi:10.1177/0308275X9701700202. Disponível em: <http://coa.sagepub.com/content/17/2.toc>. Acedido em 10.06.2013.
- Peters, E. P. (1997b). Against the Odds: Matriliney, Land and Gender in the Shire Highlands of Malawi. *Critique of Anthropology*, June 1997, Vol. 17 (2), 189-210. doi: 10.1177/0308275X9701700205. Disponível em: <http://coa.sagepub.com/content/17/2.toc>. Acedido em 10.06.2013.
- Piscitelli, A. (1998). Nas fronteiras do natural: Perspetivas feministas, gênero e parentesco. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 6 (2), 305-321.
- Quisumbing, R. A. (2003). Power and Resources within the household: Overview. In Quisumbing, R., A. (Ed.), *Household Decisions, Gender, and Development - A Synthesis of Recent Research* (pp. 19-22). Washington, D. C.: IFPRI.
- Razavi, S. (2003). Introduction: Agrarian Change, Gender and Land Rights. *Journal of Agrarian Change*, Vol. 3 (1-2), 2-32.
- Rea, L., & Parker R. (2000). *Metodologia de Pesquisa: do Planejamento à Execução*. São Paulo: Pioneira
- RDTL. (2002). Constituição da República Democrática de Timor-Leste.
- RDTL. (2008). *Relatório de Estado da Nação – Vol. IV*. Díli, Timor-Leste: Ministério da Economia e Desenvolvimento.
- RDTL. (2010). Lei nº 7 de 2010 de 7 de Julho de 2010, Lei Contra a Violência Doméstica. *Jornal da República, Série I, Nº 25*, pp. 4219-4225.
- Richards, A. (1950). Some types of family structure amongst the Central Bantu. In Radcliffe-Brown, A. R., & Forde, D. (Eds.), *African systems of kinship and marriage* (pp. 207-251). London: Oxford University Press.
- Schneider, D. (1961). The distinctive Features of Matrilineal Descendents Groups. In Schneider, D., & Gough, K. (Eds.), *Matrilineal kinship* (pp. 1-29). Berkeley: University of California Press.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, Vol. 20, Nº2, Jul./Dez., pp. 71-99. Versão Disponível

- em: [http://archive.org/details/scott\\_gender](http://archive.org/details/scott_gender) (Primeira versão americana: Scott, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis, *The American Historical Review*, vol. 91 (5), 1053-1075.)
- Sen. A. K. (1999). *Development as Freedom*. New York: Anchor Books.
- Shivakoti, G.P. (2005). *Land expropriation policy suitable for Timor-leste economic considerations*. Díli, Timor-Leste: East Timor Land Law Program II - USAID Timor-Leste.
- Sousa, L. (2010). An tia: partilha ritual e organização social entre os Bunak de Lamak Hitu, Bobonaro, Timor-Leste. Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/1703>. Acedido em 15.08.2013.
- Stivens, M. (1994). Matriliney and Women's Land Rights in Rembau. In Stivens, M., Ng C., Jomo, K. S., & Bee, J. (Eds.), *Malay peasants women and the land: a study prepared for the International Labour Office within the framework of the World Employment Programme* (pp 59-94). London, Zed Book Ltd.
- Stone, L. (2010). *Kinship and gender – an introduction*. (4<sup>th</sup> ed). Washington, D. C.: State University.
- Stromquist, N. (1997). La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In Leon, M. (Org.), *Poder y empoderamiento de las mujeres* (pp.75-95). Bogotá: Tercer Mundos S.A Editores.
- Thu, M. P., Scott, S., & Niel, K. P. V. (2007). Gendered Access to Customary Land in East Timor. *GeoJournal*, August 2007, Vol. 69 (4), 239–255.
- UN. (1995). Declaração de Pequim. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/economy.htm#object1>. Consultada em 10.06.2013.
- UNDP. (2013). Human Development Report 2013 - Timor-Leste Country Profile: Human Development Indicators. Disponível em: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/TLS.html>. Acedido em 15.08.2013.
- Wiig, H. (2012). *Land and women empowerment – methodology and summary report of the PeruLandGender household survey*. Oslo: NIBR Working Paper 2012:102. Disponível em: <http://www.nibr.no/pub1565>. Acedido em 15.08.2013.

- World Bank. (2011). Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012 - Igualdade de Género e Desenvolvimento - Visão Geral. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>. Acedido em 10.06.2013.
- Yanagisako, S. J., & Collier J. F. (1987). Toward a Unified Analysis of Gender and Kinship. In Collier J. F., & Yanagisako, S. J. (Eds.), *Gender and Kinship: Essays Towards a Unified Analysis* (pp.14–50). Stanford: Stanford University Press.
- Yannoulas, S., Vallejos, A., & Lenarduzzi, Z. (2000). Feminismo e academia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Vol. 81 (199), 425-451. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/131/131>. Acedido em 10.06.2013.

## Índice de anexos e das tabelas dos anexos

<b>Anexo 1</b>	
Tabela 1 - Principais Indicadores de Timor-Leste de acordo com o perfil do país publicado no Human Development Report 2013	76
<b>Anexo 2</b>	
Questionário	78
Tabela 2a - Distribuição dos respondentes por suco e grupo de parentesco	92
Tabela 2b - Distribuição dos respondentes por regra de residência e suco	92
<b>Anexo 3</b>	
Tabela 3a - Distribuição dos respondentes por regra de residência e grupo de parentesco	93
Tabela 3b - Distribuição dos respondentes por regra de herança e grupo de parentesco	93
Tabela 3c – Distribuição dos respondentes por regra de filiação e grupo de parentesco	94
Tabela 4 - Respondentes que reconhecem a existência de prestação matrimonial por grupo de parentesco	94
Tabela 5a - Média do Número de Cabeças Normais (NCN) por grupo de parentesco	94
Tabela 5b - Média do número de meses sem falta de alimentos por grupo de parentesco	94
Tabela 6 - Género dos respondentes por grupo de parentesco	95
Tabela 7a - Classes de idade dos respondentes por grupo de parentesco	95
Tabela 7b – Média das idades dos respondentes por género e grupo de parentesco	95
Tabela 8a - Estado civil dos respondentes por grupo de parentesco	96
Tabela 8b - Média da dimensão das famílias por grupo de parentesco	96
Tabela 9 - Grupo étnico dos respondentes por grupo de parentesco	96
Tabela 10a - Nível de escolaridade por grupo de parentesco	97
Tabela 10b - Nível de escolaridade por género dos respondentes e grupo de parentesco	98
Tabela 11a - Língua materna por grupo de parentesco	99
Tabela 11b - Conhecimentos de língua Portuguesa por grupo de parentesco	99
Tabela 11c – Conhecimentos de língua Portuguesa por género dos respondentes e grupo de parentesco	100
Tabela 12a - Área cultivada pelos respondentes por grupo de parentesco	101
Tabela 12 b - Média e moda da área cultivada (ha) por grupo de parentesco	101

Tabela 13 - A quem pertence a terra por grupo de parentesco	101
Tabela 14a - Como obteve a terra por grupo de parentesco	102
Tabela 14b - Como obteve a terra por género dos respondentes e grupo de parentesco	102
Tabela 15a - De quem é a terra (posse) por grupo de parentesco	103
Tabela 15b - De quem é a terra (posse) por género dos respondentes e grupo de parentesco	104
Tabela 16a - Transmissões futuras por grupo de parentesco	104
Tabela 16b - Transmissões futuras por género dos respondentes e grupo de parentesco	105
Tabela 16c - Transmissões futuras por regra de herança	106
Tabela 17a - Possibilidade de vender terra a pessoas do mesmo suco ou subdistrito por grupo de parentesco	106
Tabela 17b - Possibilidade de vender terra a pessoas do mesmo suco ou subdistrito por género dos respondentes e grupo de parentesco	107
Tabela 17c - Possibilidade de vender terra a pessoas desconhecidas por grupo de parentesco	108
Tabela 17d - Possibilidade de vender terra a pessoas desconhecidas por género dos respondentes e grupo de parentesco	108
Tabela 18 - Concorda com a atribuição de títulos da terra	109
Tabela 19a - Tomada de decisão em relação à terra por grupo de parentesco	109
Tabela 19b - Tomada de decisão em relação à terra por género dos respondentes e grupo de parentesco	110
Tabela 20a - Tomada de decisão sobre como gastar o dinheiro por grupo de parentesco	111
Tabela 20b - Tomada de decisão sobre como gastar o dinheiro por género dos respondentes e grupo de parentesco	111
Tabela 21a - Tomada de decisão sobre alimentar a família por grupo de parentesco	112
Tabela 21b - Tomada de decisão sobre alimentar a família por género dos respondentes e grupo de parentesco	113
Tabela 22a - Número de decisões que as mulheres tomam sozinhas por grupo de parentesco	114
Tabela 22b - Número de codecisões das mulheres por grupo de parentesco	115
Tabela 22c - Número de decisões em que as mulheres participam, sozinhas e/ou em codecisão, por grupo de parentesco	115
Anexo 22d - Escala ponderada da participação das mulheres na tomada de decisões	116
Tabela 22e - Média ponderada da participação das mulheres na tomada de	116

decisões	
Tabela 23 - Quem vende nos mercados por grupo de parentesco	116
Tabela 24a - Quem trabalha nas atividades agrícolas por grupo de parentesco	117
Tabela 24b - Quem trabalha nas atividades agrícolas por género dos respondentes e grupo de parentesco	117
Tabela 24c - Troca de trabalho com outros agricultores por grupo de parentesco	119
Tabela 24d - Troca de trabalho com outros agricultores por género dos respondentes e grupo de parentesco	119
Anexo 24e - Tipo de troca de trabalho por grupo de parentesco	120
Tabela 24f - Tipo de troca de trabalho por género dos respondentes e grupo de parentesco	120
Tabela 25a - Apoio pelos serviços de extensão rural (ER) por grupo de parentesco	121
Tabela 25 b - Apoio pelos serviços de extensão rural (ER) por género dos respondentes e grupo de parentesco	122
Tabela 25c - Satisfação com os serviços de extensão rural por grupo de parentesco	122
Tabela 25d - Satisfação com os serviços de extensão rural por género dos respondentes e grupo de parentesco	123
Tabela 25e -Existência de mudanças antes e depois do apoio dos serviços de extensão rural por grupo de parentesco	123
Tabela 25f -Existência de mudanças antes e depois do apoio dos serviços de extensão rural por género dos respondentes e por grupo de parentesco	124

**ANEXO 1**

**Tabela 1 - Principais Indicadores de Timor-Leste de acordo com o perfil do país publicado no *Human Development Report 2013***

<b>Indicadores</b>	<b>Valores</b>
<b>Índice de Desenvolvimento Humano</b>	Posição 134
<b>Saúde</b>	
<a href="#">Despesa pública em Saúde (% of GDP) (%)</a>	5.1
<a href="#">Mortalidade abaixo dos 5 anos (per 1,000 nascimentos vivos)</a>	55
<a href="#">Esperança de vida à nascença (anos)</a>	62.9
<a href="#">Índice de saúde</a>	0.677
<b>Educação</b>	
<a href="#">Despesa pública em educação (% of GDP) (%)</a>	14.0
<a href="#">Professores primários treinados para ensinar (%)</a>	n.a.
<a href="#">Abandono escolar no ensino primário (% dos que deixaram a escola)</a>	33.4
<a href="#">Anos esperados de ensino (crianças) (anos)</a>	11.7
<a href="#">Taxa de literacia dos adultos, ambos os sexos (% com idade igual ou superior a 15 anos)</a>	58.3
<a href="#">Média de anos de escolaridade (dos adultos) (anos)</a>	4.4
<a href="#">Índice de educação</a>	0.480
<a href="#">Inscrições na escola (ambos os sexos) (%)</a>	71.0
<b>Rendimento</b>	
<a href="#">PIB per capita em PPP (Preços constantes 2005 em \$)</a>	5,446
<b>Desigualdades</b>	
<a href="#">Perda, devido à desigualdade, na esperança de vida (%)</a>	30.2
<a href="#">Perdas, devido à desigualdade, na educação (%)</a>	47.6
<a href="#">Perda, devido à desigualdade, nos rendimentos (%)</a>	17.8
<a href="#">Índice de educação ajustado à desigualdade</a>	0.251
<a href="#">Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade</a>	0.471
<a href="#">Índice de rendimento ajustado à desigualdade</a>	0.485
<a href="#">Valor do HDI ajustado à desigualdade</a>	0.386
<b>Pobreza</b>	
<a href="#">MPI: Índice multidimensional de pobreza (%)</a>	0.360
<a href="#">MPI: Intensidade da privação</a>	52.9
<a href="#">MPI: População vivendo em pobreza multidimensional (%)</a>	68.1
<a href="#">MPI: População vivendo abaixo da linha de pobreza \$1.25 PPP por dia (%)</a>	37.4
<b>Género</b>	
<a href="#">População com pelo menos o ensino secundário, rácio mulheres/homens (Rácio de mulheres para as taxas masculinas)</a>	n.a.
<a href="#">Taxa de gravidezes na adolescência (mulheres entre os 15-19 anos) (nascimentos por 1,000 mulheres com idade 15-19)</a>	65.8
<a href="#">Taxa de participação no mercado de trabalho, rácio mulheres-homem (Rácio de mulheres para a taxa de homens)</a>	0.518
<a href="#">GII: Índice de desigualdade de género</a>	n.a.
<a href="#">Participação no parlamento, rácio mulheres-homens</a>	0.477
<a href="#">Rácio de mortalidade das mães nos nascimentos (mulheres que morrem por 100,000 nascimentos vivos)</a>	300
<b>Sustentabilidade</b>	
<a href="#">Emissão de dióxido de carbono per capita (toneladas)</a>	0.2
<a href="#">População vivendo em terras degradadas (%)</a>	n.a.
<a href="#">Alterações na área florestal, 1990/2010 (%)</a>	-23.2

Tabela 1 (Cont.) - Principais Indicadores do país de acordo com o perfil de Timor-Leste publicado no *Human Development Report 2013*

<b>Indicadores</b>	<b>Valores</b>
<b>Demografia</b>	

<b><u>População urbana (%) (% da população)</u></b>	28.7
<b><u>População, mulheres (milhares)</u></b>	582.08
<b><u>População, homens (milhares)</u></b>	605.11
<b>Índices compostos</b>	
<b><u>Valor do HDI sem rendimento Non-income HDI valor</u></b>	0.569
<b>Inovação e Tecnologia</b>	
<b><u>Subscrições de telefone, móvel e fixo, por 100 pessoas (per100 pessoas)</u></b>	53.7
<b>Comércio, economia e rendimento</b>	
<b><u>PIB per capita GDP per capita (2005 PPP \$)</u></b>	1,393
<b><u>Income index</u></b>	0.590

Fonte: Human Development Report 2013 - Timor-Leste Country Profile: Human Development Indicators. Disponível em <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/TLS.html> . Acedido a 5 de agosto de 2013. Traduzido pela autora.

**QUESTIONÁRIO**



**A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO  
CONTEXTO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO NO DISTRITO DE  
BOBONARO EM TIMOR-LESTE**

**QUESTIONÁRIO**

Nº:	
Data:	
Realizado por:	

**A. Características gerais do respondente (karakteristikü geral respondente nian)**

- A1. Nome completo (naran kumpleto):.....
- A2. Idade:..... Anos (tinan)
- A3. Sexo: Masculino (mane)  Feminino (feto)
- A4. Estado civil: Solteiro  Casado  Divorciado  Viúvo  Outro  Qual?.....
- A5. Aldeia:..... Suco:..... Sub-distrito ..... Distrito.....
- A6. Grupo Étnico (husi grupu etniku)..... Língua materna (Lian inan).....
- A7. Língua portuguesa: Não sabe (la hatene)  Incipiente (hatene uitoan)  Fala razoável (hatene naton)  Fala bem (hatene koalía ho diak)
- A8. Nível de escolaridade (nível estudu: Sem escolaridade (la eskola)  Ensino primário (SD)  Ensino pré secundário (SMP)  Ensino secundário (SMA)  Nível superior (Universidade)  Outro (seluk)  Qual (saída)?.....

A9. Regra de herança predominante (Regra fahe heransa) : Patrilinear (parte mane nian) [ ]  
 Matrilinear (parte fetu nian) [ ]

A10. Sistema de residência (Sistema hela fatin): Patrilocal (hela iha mane nia uma) [ ]  
 Matrilocal (hela fetu nia uma) [ ] Neolocal (hela fatin halo uma foun) [ ] (formam logo uma casa/família à parte não morando nem na do marido nem da mulher) Bilocal (hela fatin entre mane no fetu nian) [ ] (moram nas duas casas, em fases diferentes do matrimónio/vida ou do ano) Outro (seluk) [ ] Qual (saída)? - (ex. junto a outros familiares/hamutuk ho família seluk) Não rígido (la iha regra ruma) [ ]

A7. Sistemas/Aliações de casamento (sistema kaben nian):

A7.1. Sistemas de filiação e Parentesco (sistema ba oan sira atu halo parte nian): Patrilinear (tuir aman ka mane nian) [ ] matrilinear (tuir inan ka fetu nian) [ ] filiação dupla (oan sira halo parte ba inan ho aman hotu) [ ] Outros (seluk ) [ ] Qual (saída).....

A7.2. Existe prestação matrimonial (Iha barlaque ka fo buat ruma ba parte fetu) ? Sim (los) [ ] Não (lae) [ ] Outra (seluk) [ ] Qual (saída).....

A7.3. Qual é a casa sagrada do marido (uma lulik mane nian) ..... Qual a casa sagrada da mulher (uma lulik fetu nian)..... Qual casa sagrada de onde vieram mulheres ...e para onde foram mulheres..... (fen mai husi uma lulik saída e ba fali uma lulik saida)

A12. Número, sexo, idade, local de residência e ocupação dos membros da família (numeru no idade membru família )?

Família ( <i>Relasaun família</i> )	Sexo (H/M) <i>Mane/fetu</i>	Idade (Idade)	Local de Residência (Hela fatin)	SA; OS;	EP; EPS;ES; ESUp; O
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					

SA – Sector agrícola; OS – Outros sectores EP; – Ensino Primário; EPS - Ensino pré secundário; ES – Ensino Secundário; ESUp – Ensino Superior; O-Outro

**B. Características socioeconómicas da família (karakteristiku sosiu ekonomiku família nian)**

B1. Tipo da sua residência (tipu hela fatin) Casa de bambu (uma ho au ka uma duút) [ ] Casa meia parede (uma meia parede) [ ] Casa de tijolo , sem reboco e piso (uma tijolu la reboka no

la andar) [ ] Casa de tijolo, com reboco e piso (uma tijolu ho reboka no iha andar [ ] Casa com condição permanente de boa qualidade (uma kondisaun permanente ho qualidade diak ) [ ] Outro [ ] Qual?.....

B2. A energia para cozinhar é (energia para atu tein): Lenha (Ai sunu) [ ] Carvão (Carvaun) [ ] Querosene (Mina rai) [ ] Outra (seluk) [ ] Qual (saída)?.....

B3. A lenha utilizada (Ai sunu nebe uja): Compra (sosa) [ ] Apanha (hili deit)[ ] Outra (seluk) [ ] Qual (saída)?

B4. A luz usada na sua residência é (Ahi fo naroman ba hela fatin): Lâmpião (lampeaun) [ ] Petromax (petromas) [ ] Gerador (jerador) [ ] Pannel solar (tenaga surya) [ ] Energia eléctrica (listrik) [ ] Outra (seluk) [ ] Qual (saída)?.....

B5. Qual é a fonte da água para consumo humano (Be hemu mai husi) Água nascente (Be matan) [ ] Ribeira (Be Mota) [ ] Poço (Be posu) [ ] Canalizada em casa (Be kanu besi) [ ] Fontenário (Dada be ai uma) [ ] Outra (seluk) [ ] Qual (saída)?.....

B6. Tratamento da água (oin sa prepara be hemu): Água é consumida sem tratamento (hemu be matak deit) [ ] Água é consumida com tratamento (hemu be tasak) [ ]

B7. Destino do lixo doméstico (lisu uma laran soe ba fatin) Jogado na superfície da terra (soe deit iha rai leten) [ ] Queimado (sunu deit) [ ] Enterrado (hakoi deit) [ ] Recolhido através da colecta domiciliária (halibur husi funcionário SAS nian) [ ] Outro(seluk) [ ] Qual (saída)?.....

B8. Que bens possui para melhorar a sua qualidade de vida (sasan nebe já para suporta ba moris) Carro (kareta) [ ] Mota (motor) [ ] Barco (ro ka barku) [ ] Rádio (radiu) [ ] Televisão (televisaun) [ ] Antena parabólica (parábola) [ ] Fogão (fugaun) [ ] Frigorífico (jeleira) [ ] Computador (komputador) [ ] Tractor de mão (traktor liman)[ ] Tractor de rodas (traktor bot) [ ] Outro (seluk) [ ] Quais (saída)?.....

B9. Quantas vezes come carne por semana (han naan semana ida dala hira).....

B10. Que refeições toma por dia (han kada loron ida) Mata-bicho 7h (matabisu iha tulu hitu) [ ] Pequeno-almoço 10h (almosu kiik iha 10h) [ ] Almoço 12h 30 (hán meidia iha horas 12h.30) [ ] Merenda 16h (han merenda iha tuku hat-16h) [ ] Jantar 19h (han kalan iha tuku hitu-19h) [ ]

B11. A alimentação que tem para a família ao longo do ano é (hahan nebe iha durante tinan ida nia laran) Suficiente (naton) [ ] Insuficiente (la naton) [ ]

B12. Quais são os meses em que existe maior falta de alimentos (iha fulan saída deit mak hahan menus liu)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

B13. Como faz quando tem falta de alimentos (se hahan laiha halo nusa deit) Compra (sosa).[ ] Passa fome (husik hamlaha).[ ] Outro (seluk).[ ] Qual (saída)?.....

B14. Quais são os meses em que existe maior abundância de alimentos (iha fulan saída deit mak iha hahan barak)

B15. O que faz com os alimentos em excesso (halo nusa se hahan barak liu) Armazena (tau armagen) [ ] Oferece (fo ba ema) [ ] Vende (faan) [ ] Outro (seluk) [ ] Qual (saída).....

B16. Onde sente maior privação no seu bem-estar material (sente importante liu ho sasan nebe iha): Assistência na saúde (assistensia ba saúde) [ ] Compra de alimentos (sosa hahan) [ ] Falta de dinheiro para escola dos filhos (menus osan ba oan sira nia estudo) [ ] Condição da casa (kondisaun uma nian) [ ] Falta de água para consumo (falta be mos) [ ] Meios de deslocação insuficiente (meius ato halo deslokasaun la diak, ka laiha) [ ] Outros (seluk) [ ] Quais (saída).....

B17. Qual o rendimento monetário da família por ano (Rendimento nebe hetan iha tinan ida hira)..... USD a) < 500 b) 501-1000 c) 1001 – 1500 d) > 1500

B18. O Rendimento monetário vem da venda de produtos (rendimentu hirak nem ai husi), ordene (ordena tuir numeru nebe bot liu)1º, 2º, 3º etc...Vegetais (modo) [ ] Animais (animal) [ ] Pesca (peska) [ ] Floresta (floresta) [ ] Trabalho assalariado (servisu ba salariu) [ ] Comércio (negosiu) [ ] Outro (seluk) [ ] Qual (saída)?.....

B19. O rendimento agrícola vem da venda de (rendimentu nebe husi agrikultura hetan husi faan produitu): Arroz (fos) [ ] Café (Kafe) [ ] Milho (batar) [ ] Batata (fehuk) [ ] Mandioca (aifarina) [ ] Frutos (aifuan) [ ] Hortícolas ou Legumes (hortikultura ka modo tahan) [ ] Galinhas (manu) [ ] Porcos (fahi) [ ] Vacas (karau vaka) [ ] Cabras (bibi) [ ] Búfalos (karau Timor) [ ] Outros (seluk)[ ] Quais (saída).....

B20. Quais as principais actividades para autoconsumo familiar (aktividade prinsipal saída mak suporta família nia konsumu rasik) Arroz (fos) [ ] Café (kafe) [ ] Milho (batar) [ ] Batata (fehuk) [ ] Mandioca (aifarina) [ ] frutos (aifuan) [ ] Hortícolas ou Legumes (hortikultura ka modo tahan) [ ] Galinhas (manu) [ ] Porcos (fahi) [ ] Vacas (karau vaka) [ ] Cabras (bibi) [ ] Búfalos (karau Timor)[ ] Pesca (peska) [ ] Outras (seluk) [ ] Quais (saída).....

B21. Quem toma as decisões de como gastar o dinheiro (se mak halo desijaun atu gasta osan) Homem (mane) [ ] Mulher (feto) [ ] Ambos (nain rua hamutuk) [ ]

B22. O dinheiro é gasto em (osan gasta ba iha): Animais (animal) [ ] Máquinas (makina) [ ] Ferramentas (sasan) [ ] Outros inputs (input seluk) [ ] Escola dos filhos (eskola ba oan sira) [ ] Roupas (roupa) [ ] Alimentos (alimentu nian) [ ] Poupança (poupansa) [ ] Outros (seluk) [ ] Quais (saída).....

B23. Quem é responsável por alimentar a família (se mak responsável ba hahan) Homem (mane) [ ] Mulher (feto)[ ] Ambos (nain rua hamutuk) [ ]

**C - Produção agrícola e pecuária (produsaun agrikultura no pekuária)**

C1. Qual a área total cultivada (área total nebe kuda aihan hira).....ha

C2. Qual a área de horta (toós nia luan hira).....ha

C3. Qual a área de várzea (natar nia luan hira) .....ha

C4. Qual a área de floresta (área floresta nia luan hira) .....ha

C5. Quais são as ferramentas agrícolas que possui (sasan hodi halo agrikultura nian)

Nome (naran)	Número (numeru)	Valor USD

C6. Culturas, áreas e produções num ano (Aihan, áreas no produsaun tinan ida)

<b>Culturas (aihan)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção</b>
Mandioca (aifarina)		
Milho (batar)		
Arroz (Háre)		
Café (kafe)		
Abóbora (lakeru timor)		
Abóbora branca (lakeru mutin/Japonesa)		
Avelã (kami)		
Cana sacarina ( tohu)		
<b>Cereais (fore)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção</b>
Feijão (Koto)		
Amendoim (Fore rai)		
Soja (Fore keli)		
Vagens (Fore mungo)		
Tunis (Tunis)		
Feijão (Fore naruk)		
<b>Tubérculos (Fehuk)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção</b>
Batata-doce (Fehuk midar)		
Batata Europa (Fehuk europa)		
Cebola (Lis mean)		
Alho (Lis mutin)		
Taro (Talas)		
Inhame (Kontas)		
<b>Legumes (Modo tahan)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção</b>
Couve de agua (Kangko)		
Couve (Kovi)		
Mostarda (Modo mutin)		
Pepino (Pepino)		
Salada (Salada)		
Cenoura (Senoura)		
Repolho (Repolu)		
Ervilha (Ervila)		
Pimenta (Aimanas bot)		
Piripiri (Aimanas)		
Tomate (Tomate)		

Beringela (Brinjela)		
Outras? saida.....		
<b>As frutas (aifuan)</b>	<b>Número de Plantas</b>	<b>Produção</b>
Manga (Has)		
Coco (Nú)		
Laranjeiras (Saburaka)		
Tangerinas (Tanjerina)		
Ananás (Ainanas)		
Caju (Jambu mente)		
Papaia (Aidila)		
Banana (Hudi)		
Melancia (Melansia)		
Outras? Saida.....		
<b>Florestas (floresta)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produção</b>
Sândalo (Aikameli)		
Teca (Ai jati)		
Pau-Brasil (Ai ná)		
Seringueira (Ai borracha)		
Mogno (Mahoni)		
Palmas (Akadiru, tua metan)		
Outras? Saida.....		

C7. Animais e nº de cabeças num ano

Animais (animal)	Nº de cabeças Adultos (adultu)	Nº de cabeças Vendidas (faan)	Nº de cabeças Autoconsumo (konsume rasik)	Nº de cabeças Estilos (halo lia)
Vacas (Karau vaka)				
Búfalos (karau Timor)				
Cabras (bibi)				
Porcos (fahi)				
Galinhas (manu)				
Ovelhas (bibi male)				
Outros? Saida?.....				

C8. Peixe da água doce em tanques (hakiak ikan iha kolam)? Não[ ] Sim[ ]

C9. Se sim: Carpa (mas)  Lele  Nilotica (nila)  Moçambica (mujair)  Outro (seluk)  Qual (saída).....

C10. Área do tanque (kolam nia luan).....Número de peixes (numeru ikan).Produção ..Kg

C11. Tipo de tracção utilizada na preparação do terreno das culturas (trasaun nebe uja) Ferramentas (equipamento) Não  Sim  Própria (nain rasik)  Alugada (aluga)  Animal (uja animal) Não  Sim  Própria (nain rasik)  Alugada (aluga)  Mecânica (mekanika) Não  Sim  Própria (nain rasik)  Alugada (aluga)  Outros (seluk) Não  Sim  Quais (Saída).....

C12. Outras operações culturais das culturas (Kuda aihan seluk ruma) Preparação do terreno (prepara raia tu kuda): manual (uja liman)  animal  mecânica  Sementeira (Kuda): manual (uja liman)  animal  mecânica  Monda (Hamos duút etc): manual (uja liman)  animal  mecânica  Colheita (koleta): manual (uja liman)  animal  mecânica

C13. Faz adubação com adubo orgânico (halo adubasaun organiku) Não  Sim

C14 Se sim com estrume animal (se halo karik hodi adubu animal)  Adubo vegetal (adubu aitahan)  ambos (uja rua ne hotu)

C15. Faz adubações com adubo comprado (halo adubasaun anorganico) Não  Sim

C16. Se sim, para que culturas (se karik nune halo ba kultura saída deit).....

C17. Faz tratamentos fitossanitários (tau aimoruk ba ai horis) Não  Sim

C18. Se sim, para que culturas (se nune ba aihoris saída deit):.....

C19. A água para as culturas provém da (Be atu rega ai horis husi): Chuva (udan bem)  Ribeira (be mota)  Nascente (be moris)  Canal (be kanu)  Outra (seluk)

C20. Se utiliza água de canal para rega, para que culturas ( be kanu, ba aihoris saída deit):

C21. Quais os familiares trabalham na agricultura (iha família uma laran ne se deit mak servisu) Marido (laen)  Mulher (fen)  Filhos ( Oan sira)  Outros familiares (seluk)  Outros (seluk)  Quais (saída).....

C22. Indique quais os factores que influenciam a sua produção (hatudu faktor nebe influi ba produsaun) Ordene (koloka tuir numeru nebe as liu) 1º, 2º, 3º,....Infestantes (hama ataka)[  Excesso de água (be resin liu)  Seca (rai maran)  Vento (anin) ([  Aves e animais (manu no animal seluk)  Doença das plantas (aihoris nia moras)  Outros (seluk)  Quais (saída).....

C23. Faz conservação dos produtos agrícolas (halo konservasaun ) Não  Sim

C24. Se sim, como (se nune,. oin nusa) Secagem (habai)  Outro (seluk)  Qual

C25. Faz armazenamento dos produtos agrícolas (halo armajementu ) Não  Sim

C26. Se sim, como (se nune karik) Bidões (bidon)  Árvore (iha ai leten)  Casa na árvore ( uma iha ai leten)  Dentro da casa (iha uma kakuluk)  Outro (seluk)  Qual

C27. Quais os factores de produção que compra (faktor produsaun nebe mak sosa) Sementes (fini)  Adubos (adubu)  Pesticidas (aimoruk)  Outros (seluk)

C28. Onde compra os factores de produção (faktor produsaun sosa iha nebe) Loja  Estado  ONG  Vizinhos  Cooperativa  Igreja  Mercado (Bazar)  Outros   
Quais.....

C29. Localização do mercado onde compra dos factores de produção (merkadu sosan faktor produsaun fatin iha) Suco  Sub-distrito  Distrito  Capital  Indonésia  Outros (seluk)   
Quais.....

C30. Onde vende os produtos agrícolas (produto agrocola faan iha) Loja  Estado  ONG  Vizinhos  Cooperativa  Mercado  Outros (seluk)  Quais .....

C31. Quem vende os produtos agrícolas no mercado (se mak ba faan produsutus)? Homem (laen)  Mulher (fen)  Filhos (oan sira)  Outros (seluk)  Quais .....

C32. Localização do mercado onde vende os produtos agrícolas (merkadu ba faan produto) Suco  Sub-distrito  Distrito  Capital  Indonésia  Outros (seluk)

C33. Indique que tipo de transporte normalmente usa para vender os seus produtos (tipu transporte nebe sempre uja ba faan produto): Transporte público  Transporte pessoal  Animal  A pé (lao ain deit)  Outros  Quais (Saída).....

C34. Que problemas enfrentam na produção e comercialização (problema nebe sempre hasoru iha produsaun no bainhira faan) Classifique do seguinte modo (klasifika hanesan tuir mai): 1= sem problemas (laiha problema) 2 = problema moderado (problema merkadu) 3 = grande problema (problema bot) 4 = muito grande problema (problema bot liu)

	Classificação
Preços dos factores são muito altos (faktor produsaun as liu)	
Custos de transporte muito altos (transporte karun liu)	
Preço de venda dos produtos muito baixo (Faan produto folin tun liu)	
Mercados muito distantes (merkadu dok liu)	
Outros (seluk)? Quais (saída)?	

**D – Pesca**

D1. Quantos dias por semana vai à pesca (semana ida ba kaer ikan leron hira).....dias

D2. Quando vai à pesca (ba kaer ikan iha) À noite (kalan)  Durante o dia (loron tomak)  Ao amanhecer (besik naroman)

D3. Quais são os 3 meses de maior captura de peixe (identifika fulan tolu nebe hetan ikan barak)

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Por que (tamba saída)? .....

D4. Quais são os 3 meses de menor captura de peixe (fulan tolu nebe ikan menus liu)?

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Por que (tamba saída)? .....

D5. Quais espécies mais capturadas (espesie nebe hetan barak liu)? Atum (tuna / cakalang) [ ] camarão (boek) [ ] sardinha (sardina) [ ] algas marinhas (duut tasi) [ ] Búzios [ ] milkfish (bandeng) [ ] pargo [ ] peixe voador (ikan manu) [ ] tubarões de garrafa (tuvaraun garafa) [ ] raias [ ] agulha (ikan daun) [ ] Cavala (makarel) garoupa (Karapu) [ ] caranguejo (kadiuk) [ ] Tartaruga (Lenuk) [ ] snaper (kakap) [ ] Outras [ ] Quais?.....

D6. Apanha recifes de coral (foti mos tasi ruin)? Não [ ] Sim [ ]

D7. Produz cinzas (calcário) halo produsaun ahu mama nian Não [ ] Sim [ ]

D8. Tipo de barco (tipu barku nebe uja?) Sem motor (la ho motor) [ ] Motor exterior (motor liur) [ ] Motor interior (motor laran)[ ]

D9. Tipo de artes de pesca (arte peska nian) Rede de arrasto (pukat harimau) [ ] Gill net [ ] Lança (tombak) [ ] Vara de pesca (gancho) [ ] Outros [ ] Quais (Saída).....

D10. Produz sal (halo produsaun masin) : Não [ ] Sim [ ]

D11. Faz conservação do peixe (halo konsersasaun ba ikan) Não [ ] Sim [ ]

D12. Se sim, quem faz a conservação (se nune, semak halo konsersasaun)? Homem (laen) [ ] Mulher (fen) [ ] Filhos (oan sira) [ ] Outros [ ] Quais.....

D13. Se sim, como faz conservação do peixe (se nune, hodi saída halo konsersasaun) Sal e secagem (masin no habai) [ ] gelo (gelu ka es) [ ] frigorifico (geleira) [ ] Outras [ ]

D14. Tipo de peixe conservado (tipu konsersasaun saída) Peixe seco (ikan maran).[ ] Peixe desfiado (Ikan pedasuk) [ ] Pasta de peixe (terasi ikan) [ ] Camarão (terasi boek) [ ] Outros [ ] Quais (Saída).....

D15. Existem proibições na ida à pesca (iha bandu ruma kuandu ba kaer ikan)? Não [ ] Sim [ ]

D16. Se existem proibições elas são determinadas pela (se nune, bandu ne husi)? Comunidade [ ] Estado [ ] Outros (seluk) [ ] Quais (saída).....

D17. Destino do produto da pesca (ikan nebe kaer ne hodi halo) Venda (faan) [ ] Auto consumo (han rasik deit) [ ] Outros (seluk) [ ] Quais (saída).....

D18. Qual a percentagem do produto da pesca que é autoconsumo (ikan han rasik ne persentagen hira) ..... %

D19. Quem vende os produtos da pesca ( se mak ba faan ikan)? Homem (laen)[ ] Mulher (fen) [ ] Filhos (oan sira) [ ] Outros [ ] Qual.....

D20. Onde vende os produtos da pesca (ikan faan iha)? Loja[ ] Estado[ ] ONG[ ] Vizinhos [ ] Cooperativa [ ] Mercado [ ] Outros (seluk) [ ] Quais (saída).....

D21. Localização do mercado onde vende os produtos da pesca (fatin faan ikan iha) Suco [ ] Sub-distrito [ ] Distrito [ ] Capital [ ] Indonésia [ ] Outros (seluk) [ ] Quais

D22. Qual o rendimento por ano da parte de pesca USD (rendimentu husi peska nian kada tinan ida hira)

D23. Os preços de venda do peixe são (ikan nia folin)? Altos (Saé) [ ] Baixos(tun) [ ] Justos [ ]

D24. Têm feito acções para recuperar os manguezais (iha aktividade ruma atu rekupera mangrove ou ai bakau) Não [ ] Sim [ ]

D25. Se sim, com a ajuda do (se nune hetan ajuda ruma husi parte ) Governo [ ]

ONG [ ] Outros (seluk) [ ] Qual.....

D26. Quando comparado com o passado os recifes de coral estão (se kompara ho uluk, ahu ruin agora oin nusa) Pior (at liu) [ ] Igual (hanesan deit) [ ] Melhor (diak liu) [ ]

### E. Questões socioculturais

E1. A quem pertence a terra que trabalha (rai nebe kuda ba ne pertense se nian)? Propriedade própria (propriadede rasik) [ ] Família (família iha uma Lulik nia) [ ] Comunidade (rai komunidade) [ ] Estado [ ] Outro [ ] Qual.....

E2. Se é propriedade própria, como obteve essa terra (se propriadade rasik karik, oin sa hetan rai ne)? Herança (husi antepassado mak husik hela) [ ] Comunidade (komunidade) [ ] Compra (sosa) [ ] Estado (husi governo) [ ] Outro [ ] Qual?.....

E3. Se é propriedade própria, de quem é a terra (se propriadade rasik karik, husi se los)? Homem (laen)[ ] Mulher (fen)[ ] Ambos (fen ho laen nian hotu) [ ] Outro [ ]

E4. Quem tem acesso à posse da terra, em futuras transmissões (se mak sei hetan asesu direito ba rai ne, bain hira atu entrega iha futuru mai) ? Filhos homens (oan mane) [ ] Filhas mulheres (oan feto) [ ] Ambos (oan feto ho mane hotu) [ ] Outros [ ] Quais

E5. Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra (se mak foti desijaun atu kuda ih arai ne)? Homem (laen) [ ] Mulher (fen) [ ] Ambos (fen ho laen hamutuk) [ ] Outros [ ] Quais?.....

E6. Pode vender a terra própria a pessoas da aldeia, suco ou sub-distrito (bele faan rai própria rasik ne ba ema ruma husi; aldeia, suco ka sub distrito) Não [ ] Sim [ ]

E7. Pode vender a terra própria a pessoas desconhecidas (bele faan rai propriedade rasik ne ba ema nebe la konhese) Não  Sim

E8. Concorda com a atribuição de títulos de propriedade da terra (Konkorda ka lae se rai ne hetan sertifikat rai nian)? Não  Sim

E9. Faz troca de trabalho com outros agricultores (halo troka servisu ho agrikultor ruma) Não  Sim

E10. Se sim, que tipo de troca (se nune karik, tipu troka ne oin nusa)? Trabalho em grupo e rotação (servisu iha grupo no halo rotasaun)  Ajuda mútua (ajuda malu)  Outras

E11. Faz trabalho comunitário para o chefe de suco e chefe de aldeia (halo servisu komunitariu ba sefe suco ho aldeia) Não  Sim

E12. Faz trabalho comunitário para líder o comunitário ou tradicional (halo servisu komunitariu ba líder komunitariu ka adat nain sira) Não  Sim

E13. Existe tara bando na sua comunidade (iha tara bandu ka lae) Não  Sim

E14. Quais são proibições que existem (bandu saída deit mak iha) Não cortar as árvores (la bele tesi ai)  Não queimar grama e floresta (la bele sunu dut ka ai floresta)  Não buscar ou colher frutas não maduras (la bele ku aifuan matak)  Não ocupar as propriedades de outros sem conhecimento (la bele okupa ema nian sasan ka rai ruma antes fo konhesimentu ba autoridade propriedade nain)  Não roubar (la bele nauk)  Outras  Quais.....  
.....

E15. Quais as sanções para aqueles que violam as regras de proibições (kastigu ka sansaun nebe hetan kuan viola bandu hirak ne) Prisão (kadeia)  Trabalhar para comunidade (halo servisu ba kamunidade)  Pagar multas (selu multa)  Outras

E16. Faz recolha de plantas na floresta e matas para tratamentos de saúde (ku buat ruma husi ai laran no oho buat ruma atu halo tratamentu saúde ka moras ruma) Não  Sim

E17. Se sim quais (se nune karik saída deit).....

E18. Para além de produzir alimentos a terra tem outras funções (alem de halo produsaun aihan rai ne sei iha funsaun seluk) Não  Sim

E19. Se sim diga quais (se nune karik dehan tok saída deit) Identidade cultural (halo parte kultura ka adat nian)  Ligação aos antepassados (ligasaun ba antepasadu ka matebean sira)  Informação das tradições aos mais novos (nudar informasaun ba tradisaun ba gerasaun foun sira)  Outras  Quais.....

E20. Quais são os bens materiais mais valiosos que possui (sasan ka merial nebe mak nebe folin liu saída deit).....

E21. Quais são os bens culturais e espirituais mais valiosos que possui (sasan husi parte kultura no espiritual nebe iha folin liu mak saída deit).....

E22. Que estilos são feitos todos os anos (estilo tinan-tinan sempre halo, saída deit) Construir e inaugurar casa sagrada (hari no inagura uma adat) [ ] Desluto (Core metan)[ ] Dia de finado (loron mate bean) [ ] Dia de santo (loron santo) [ ] Funerais (ema mate ka aifunan) [ ] Casamento (kajamentu) [ ] Outros [ ] Quais...

E23. Existem adorações antes ou depois de colheita (halo adorasauun ruma antes ka depois halo kolheta) Não [ ] Sim [ ]

E24. As adorações são (adorasauun ne pertense): Individuais (individu) [ ] Grupo de famílias (grupo ka família uma lulik laran ) [ ] Como cultura comum ( nudar kultura ba comunidade jeral) (Ex. Lagoa Bemale) [ ]

E25. Quais são as culturas e animais em que faz adoração (adorasauun ne ba aihoris saída deit) Milho (batar) [ ] Arroz (natar) [ ] Café [ ] Vaca (karau vaka) [ ] Búfalo (karau timor) [ ] Pesca (kaer ikan) [ ] Outras [ ] Quais.....

E26. As ofertas nas adorações são (iha adorasauun oferese saída deit): Galo/galinha (manu) [ ] Porco (fahi) [ ] Cabra (bibi) [ ] Ovos (manu tolun) [ ] Vaca (karau vaka) [ ] Búfalo (karau timor) [ ] Fruta de careca e folha betele e calcário (bua malus ho ahu) [ ] Dinheiro (osan)[ ] Ouro (osan mean) [ ] Outras [ ] Quais.....

E27. O lugar das ofertas é (fatin halo adorasauun no oferta): Altar da igreja católica (altar igreja) [ ] Altar sagrado da pedra (altar iha fatuk lulik) [ ] Altar sagrado de uma árvore (altara lulik iha ai hun) [ ] Caverna (fatuk ka rai kuak) [ ] Cimo da montanha (foho tutun) [ ] Lagoas (be lihun) [ ] Mar (tasi) [ ] Casa sagrada (Uma lulik) [ ] Outros [ ] Quais (Saida).....

## F. Questões ambientais

F1. Faz derrube e corte das matas e floresta para a agricultura (tesi ai ka ai laran atu halo toós) Não [ ] Sim [ ]

F2. Nas parcelas que faz corte e derrube faz queimada antes das sementeiras (ai laran nebe tesi tiha ne sunu ka lae antes atu kuda) Não [ ] Sim [ ]

F3. Quantos anos cultivam as parcelas que fazem derrube? (iha ailaran nebe tesi tiha ne kuda aihan durante tinan hira).....

F4. O terreno para a agricultura itinerante é (fatin kuda aihan ne) Terreno novo nunca cultivado (rai ka fatin foun nebe nunka kuda) [ ] Terreno já cultivado no passado (kuda ona antes) [ ]

F5. Depois de usar o terreno para a agricultura, o que faz com o terreno (rai nebe uja tiha hodi kuda ne, depois halo oinsa ba rai ne) Pousio (husik lai rai ne mamuk) [ ] Rearborização (kuda fali aihoris) [ ] Abandona o terreno (husik deit ona rai ne) [ ]

F6. Se faz rearborização, que árvores planta (se kuda ai karik, ai saída dei?) .....

F7. Quantos anos depois de abandonar uma parcela volta a utilizar o terreno para a agricultura (husik hela tiha raine, to tinan hira mak sei kuda fila fali)..... ..anos

F8. Como selecciona o terreno para a agricultura itinerante (oin sa hili rai atu kuda ne)

Melhores solos (rai nebe diak) [ ] Floresta densa (ai laran) [ ] Zona de matos (ai fuik laran) [ ]  
 Outro [ ] Qual.....

F9. Vai expandir a área de agricultura itinerante próximo ano (rai foun nebe kuda ne sei halo luan tan iha tinan oin) Não [ ] Sim [ ]

F10. As parcelas que possui ao pé de casa são cultivadas todos os anos (rai nebe kuda, nebe bele lao ain husi uma ne kuda tinan-tinan) Não [ ] Sim [ ]

F11. Retira produtos da floresta ( foti produsus ruma husi ai laran) Não [ ] Sim [ ]

F12. Se sim quais (se nune, saída deit) Mel e cera (bani bem) [ ] Madeira (ai) [ ] Lenha (ai sunu) [ ]  
 Materiais de construção (matéria atu halo konstrusaun ruma) [ ] Animais (animal fuik) [ ]  
 Plantas (ai horis) [ ] Frutos (ai fuan) [ ]

F13. Os produtos recolhidos na floresta é para (Produtos nebe hola ka foti iha ai laran ne uja ba): Venda (faan) [ ] Autoconsumo (konsume rasik) [ ] Outros [ ] Qual... ..

F14. Perde alguma coisa quando derruba a floresta para a agricultura itinerante (lakon buat ruma bain hira ta ailaran fuik ka floresta atu kuda ai horis) Não [ ] Sim [ ]

F15. Acha que o derrube da floresta afecta (Hanoin katak ta ailaran fuik afekta ba):

	Sim (los)	Não (lae)	Não Sabe (la hatene)	Efeito positivo (P) ou negativo (N)
Regime das chuvas ( udan bem)				
A água das nascentes (be matan)				
Perda da terra? (rai)				
Reduz animais selvagens (hamenus animal fuik)				
Reduz plantas selvagens (hamenus ai fuik)				

F16. Em comparação com o passado, nos últimos anos a água das chuvas tem sido (kompara uluk, udan bem agora) Menor (menus [ ] Igual (nafatin) [ ] Maior (aumenta) [ ]

F17. É apoiado pelo serviço de extensão rural (hetan apoiu husi maluk extencionista ka PPL) [ ]  
sim [ ] Não

F18. Se sim esta satisfeito com o serviço que recebe (se nune karik, kontente ho extencionista  
nia servisu nebe ita bot hetan ka simu) [ ] sim [ ] Não

F18. Já quantos anos recebe a extensão de extencionista (tinan hira simu estensaun )...

F19. Se compara com antes e depois de receber as extensões, tem mudança nas produções  
agrícolas (kompara ho antes no depois de simu asistencia husi estensionista, iha mudansa ba  
produsaun)

F20. Aprende as novas tecnologias da agricultura que vale a pena para elevar a produção  
agrícola (aprende teknologia foun ruma husi PPL no hasae produsaun) [ ] sim [ ] Não

F21. Se, sim quais são as novas tecnologias recebidas (se nune, teknologia saída deit) Tracção o  
terreno (prepara raia tu kuda) [ ] como plantar bem as plantas (kuda ai horis ho diak) [ ]  
manutenção de solo (manutensaun ba rai) [ ] adubação (tau adubu ba ai horis) [ ] outras [ ]  
quais?.....

**MUITO OBRIGADO - OBRIGADA BARAK**

**Tabela 2a - Distribuição dos respondentes por suco e grupo de parentesco**

Suco		Grupo de Parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear	
Tapo	Count	23	12	0	35
	% within Grupodeparentesco	63,9%	30,8%	0,0%	34,3%
	% of Total	22,5%	11,8%	0,0%	34,3%
Tapo-Memo	Count	9	23	0	32
	% within Grupodeparentesco	25,0%	59,0%	0,0%	31,4%
	% of Total	8,8%	22,5%	0,0%	31,4%
Aidabaleten	Count	4	4	27	35
	% within Grupodeparentesco	11,1%	10,3%	100,0%	34,3%
	% of Total	3,9%	3,9%	26,5%	34,3%
Total	Count	36	39	27	102
	% within Grupodeparentesco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	35,3%	38,2%	26,5%	100,0%

**Tabela 2b - Distribuição dos respondentes por regra de residência e suco**

Regra de residência		Suco			Total
		Tapo	Tapo-Memo	Aidabaleten	
Patrilocal	Count	0	0	13	13
	% within Suco	0,0%	0,0%	37,1%	12,7%
	% of Total	0,0%	0,0%	12,7%	12,7%
Matrilocal	Count	24	9	6	39
	% within Suco	68,6%	28,1%	17,1%	38,2%
	% of Total	23,5%	8,8%	5,9%	38,2%
Neolocal	Count	9	23	13	45
	% within Suco	25,7%	71,9%	37,1%	44,1%
	% of Total	8,8%	22,5%	12,7%	44,1%
Bilocal	Count	2	0	1	3
	% within Suco	5,7%	0,0%	2,9%	2,9%
	% of Total	2,0%	0,0%	1,0%	2,9%
Não Rígido	Count	0	0	1	1
	% within Suco	0,0%	0,0%	2,9%	1,0%
	% of Total	0,0%	0,0%	1,0%	1,0%
Matrilocal e Não Rígido	Count	0	0	1	1
	% within Suco	0,0%	0,0%	2,9%	1,0%
	% of Total	0,0%	0,0%	1,0%	1,0%
Total	Count	35	32	35	102
	% within Suco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	34,3%	31,4%	34,3%	100,0%

**ANEXO 3**

**Tabela 3a - Distribuição dos respondentes por regra de residência e grupo de parentesco**

<b>Regra de residência</b>		<b>Grupo de parentesco</b>			<b>Total</b>
		<b>Matrilinear harmónico</b>	<b>Matrilinear</b>	<b>Patrilinear</b>	
Patrilocal	Count	0	0	13	13
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	48,1%	12,7%
	% of Total	0,0%	0,0%	12,7%	12,7%
Matrilocal	Count	36	2	1	39
	% within GrupodeParentesco	100,0%	5,1%	3,7%	38,2%
	% of Total	35,3%	2,0%	1,0%	38,2%
Neolocal	Count	0	34	11	45
	% within GrupodeParentesco	0,0%	87,2%	40,7%	44,1%
	% of Total	0,0%	33,3%	10,8%	44,1%
Bilocal	Count	0	2	1	3
	% within GrupodeParentesco	0,0%	5,1%	3,7%	2,9%
	% of Total	0,0%	2,0%	1,0%	2,9%
Não Rígido	Count	0	0	1	1
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	3,7%	1,0%
	% of Total	0,0%	0,0%	1,0%	1,0%
Matrilocal e Não Rígido	Count	0	1	0	1
	% within GrupodeParentesco	0,0%	2,6%	0,0%	1,0%
	% of Total	0,0%	1,0%	0,0%	1,0%
Total	Count	36	39	27	102
	% within GrupodeParentesco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	35,3%	38,2%	26,5%	100,0%

**Tabela 3b - Distribuição dos respondentes por regra de herança e grupo de parentesco**

<b>Regra de herança</b>		<b>Grupos de parentesco</b>			<b>Total</b>
		<b>Matrilinear harmónico</b>	<b>Matrilinear</b>	<b>Patrilinear</b>	
Patrilinear	Count	3	1	24	28
	% within GrupodeParentesco	8,3%	2,6%	88,9%	27,5%
	% of Total	2,9%	1,0%	23,5%	27,5%
Matrilinear	Count	33	38	3	74
	% within GrupodeParentesco	91,7%	97,4%	11,1%	72,5%
	% of Total	32,4%	37,3%	2,9%	72,5%
Total	Count	36	39	27	102
	% within GrupodeParentesco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	35,3%	38,2%	26,5%	100,0%

**Tabela 3c – Distribuição dos respondentes por regra de filiação e grupo de parentesco**

Regra de filiação		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinea r	Patrilinear	
Patrilinear	Count	0	0	19	19
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	70,4%	18,6%
	% of Total	0,0%	0,0%	18,6%	18,6%
Matrilinear	Count	36	36	1	73
	% within GrupodeParentesco	100,0%	92,3%	3,7%	71,6%
	% of Total	35,3%	35,3%	1,0%	71,6%
Filiação dupla	Count	0	3	7	10
	% within GrupodeParentesco	0,0%	7,7%	25,9%	9,8%
	% of Total	0,0%	2,9%	6,9%	9,8%
Total	Count	36	39	27	102
	% within GrupodeParentesco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	35,3%	38,2%	26,5%	100,0%

**Tabela 4 - Respondentes que reconhecem a existência de prestação matrimonial por grupo de parentesco**

Prestação Matrimonial		Grupos de parentesco			Total
		Matrilinear Harmónico *	Matrilinear *	Patrilinear *	
Nao	Count	12	6	2	20
	% within GrupodeParentesco	33,3%	15,4%	7,4%	19,6%
	% of Total	11,8%	5,9%	2,0%	19,6%
Sim	Count	24	33	25	82
	% within GrupodeParentesco	66,7%	84,6%	92,6%	80,4%
	% of Total	23,5%	32,4%	24,5%	80,4%

\* The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests; significativamente diferentes entre si.

**Tabela 5a - Média do Número de Cabeças Normais (NCN) por grupo de parentesco**

Grupo de Parentesco	Média	N
Matrilinear Harmónico	4,9246	36
Matrilinear	6,8656	39
Patrilinear	8,7207	27
Total	6,6716	102

**Tabela 5b - Média do número de meses sem falta de alimentos por grupo de parentesco**

Grupo de Parentesco	Média	N
Matrilinear Harmónico	8,3889	36
Matrilinear	8,4872	39
Patrilinear	8,0000	27
Total	8,3235	102

**Tabela 6 - Género dos respondentes por grupo de parentesco**

Género dos respondentes		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico *	Matrilinear *	Patrilinear *	
Masculino	Count	17	28	26	71
	% within GrupodeParentesco	47,2%	71,8%	96,3%	69,6%
	% of Total	16,7%	27,5%	25,5%	69,6%
Feminino	Count	19	11	1	31
	% within GrupodeParentesco	52,8%	28,2%	3,7%	30,4%
	% of Total	18,6%	10,8%	1,0%	30,4%

\* The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests; significativamente diferentes entre si.

**Tabela 7a - Classes de idade dos respondentes por grupo de parentesco**

Classe de idades		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear Harmónico	Matrilinear *	Patrilinear	
<=30	Count	5	1	3	9
	% within GrupodeParentesco	13,9%	2,6%	11,1%	8,8%
	% of Total	4,9%	1,0%	2,9%	8,8%
30-60	Count	28	31	23	82
	% withinGrupodeParentesco	77,8%	79,5%	85,2%	80,4%
	% of Total	27,5%	30,4%	22,5%	80,4%
>=60	Count	3	7	1	11
	% withinGrupodeParentesco	8,3%	17,9%	3,7%	10,8%
	% of Total	2,9%	6,9%	1,0%	10,8%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 7b – Média das idades dos respondentes por género e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco		Média	N
Matrilinear harmónico	Masculino	44,65	17
	Feminino	44,05	19
	Total	44,33	36
Matrilinear	Masculino	51,29	28
	Feminino	46,09	11
	Total	49,82	39
Patrilinear	Masculino	42,27	26
	Feminino	45,00	1
	Total	42,37	27
Total	Masculino	46,39	71
	Feminino	44,81	31
	Total	45,91	102

**Tabela 8a - Estado civil dos respondentes por grupo de parentesco**

Estado civil		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear	
Casado/a	Count	27	35	24	86
	% within GrupodeParentesco	75,0%	89,7%	88,9%	84,3%
	% of Total	26,5%	34,3%	23,5%	84,3%
Divorciado/a	Count	2	0	0	2
	% within GrupodeParentesco	5,6%	0,0%	0,0%	2,0%
	% of Total	2,0%	0,0%	0,0%	2,0%
Viuvo/a	Count	7	4	3	14
	% within GrupodeParentesco	19,4%	10,3%	11,1%	13,7%
	% of Total	6,9%	3,9%	2,9%	13,7%

**Tabela 8b - Média da dimensão das famílias por grupo de parentesco**

Grupo de parentesco	Média	N
Matrilinear harmónico	5,33	36
Matrilinear	4,72	39
Patrilinear *	3,63	27
Total	4,65	102

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 9 - Grupo étnico dos respondentes por grupo de parentesco**

Grupo étnico		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
Búnaque	Count	32	35	0	67
	% within GrupodeParentesco	88,9%	89,7%	0,0%	65,7%
	% of Total	31,4%	34,3%	0,0%	65,7%
Quêmaque	Count	4	3	25	32
	% within GrupodeParentesco	11,1%	7,7%	92,6%	31,4%
	% of Total	3,9%	2,9%	24,5%	31,4%
Bècafs	Count	0	1	1	2
	% within GrupodeParentesco	0,0%	2,6%	3,7%	2,0%
	% of Total	0,0%	1,0%	1,0%	2,0%
Tétum Teterik	Count	0	0	1	1
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	3,7%	1,0%
	% of Total	0,0%	0,0%	1,0%	1,0%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 10a - Nível de escolaridade por grupo de parentesco**

<b>Nível de escolaridade</b>		<b>Grupo de parentesco</b>			<b>Total</b>
		<b>Matrilíneo harmônico</b>	<b>Matrilíneo</b>	<b>Patrilinear</b>	
Analfabeto	Count	17	22	7	46
	% within GrupodeParentesco	47,2%	56,4%	25,9%	45,1%
	% of Total	16,7%	21,6%	6,9%	45,1%
Primário	Count	9	5	12	26
	% within GrupodeParentesco	25,0%	12,8%	44,4%	25,5%
	% of Total	8,8%	4,9%	11,8%	25,5%
Secundário	Count	10	10	8	28
	% within GrupodeParentesco	27,8%	25,6%	29,6%	27,5%
	% of Total	9,8%	9,8%	7,8%	27,5%
Superior	Count	0	2	0	2
	% within GrupodeParentesco	0,0%	5,1%	0,0%	2,0%
	% of Total	0,0%	2,0%	0,0%	2,0%

**Tabela 10b - Nível de escolaridade por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco	Nível de escolaridade	Sexo		Total	
		Masculino	Feminino		
Matrilinear harmónico	Analfabeto	Count	6	11	17
		% within Sexo	35,3%	57,9%	47,2%
		% of Total	16,7%	30,6%	47,2%
	Primário	Count	5	4	9
		% within Sexo	29,4%	21,1%	25,0%
		% of Total	13,9%	11,1%	25,0%
	Secundário	Count	6	4	10
		% within Sexo	35,3%	21,1%	27,8%
		% of Total	16,7%	11,1%	27,8%
Matrilinear	Analfabeto	Count	13	9	22
		% within Sexo	46,4%	81,8%	56,4%
		% of Total	33,3%	23,1%	56,4%
	Primário	Count	5	0	5
		% within Sexo	17,9%	0,0%	12,8%
		% of Total	12,8%	0,0%	12,8%
	Secundário	Count	8	2	10
		% within Sexo	28,6%	18,2%	25,6%
		% of Total	20,5%	5,1%	25,6%
	Superior	Count	2	0	2
		% within Sexo	7,1%	0,0%	5,1%
		% of Total	5,1%	0,0%	5,1%
Patrilinear	Analfabeto	Count	6	1	7
		% within Sexo	23,1%	100,0%	25,9%
		% of Total	22,2%	3,7%	25,9%
	Primário	Count	12	0	12
		% within Sexo	46,2%	0,0%	44,4%
		% of Total	44,4%	0,0%	44,4%
	Secundário	Count	8	0	8
		% within Sexo	30,8%	0,0%	29,6%
		% of Total	29,6%	0,0%	29,6%
Total	Analfabeto	Count	25	21	46
		% within Sexo	35,2%	67,7%	45,1%
		% of Total	24,5%	20,6%	45,1%
	Primário	Count	22	4	26
		% within Sexo	31,0%	12,9%	25,5%
		% of Total	21,6%	3,9%	25,5%
	Secundário	Count	22	6	28
		% within Sexo	31,0%	19,4%	27,5%
		% of Total	21,6%	5,9%	27,5%
	Superior	Count	2	0	2
		% within Sexo	2,8%	0,0%	2,0%
		% of Total	2,0%	0,0%	2,0%
	Total	Count	71	31	102
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	69,6%	30,4%	100,0%

**Tabela 11a - Língua materna por grupo de parentesco**

Língua materna		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
Búnaque	Count	32	35	0	67
	% within GrupodeParentesco	88,9%	89,7%	0,0%	65,7%
	% of Total	31,4%	34,3%	0,0%	65,7%
Quêmaque	Count	4	4	26	34
	% within GrupodeParentesco	11,1%	10,3%	96,3%	33,3%
	% of Total	3,9%	3,9%	25,5%	33,3%
Bêcafs	Count	0	0	1	1
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	3,7%	1,0%
	% of Total	0,0%	0,0%	1,0%	1,0%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 11b - Conhecimentos de língua Portuguesa por grupo de parentesco**

Conhecimentos de Língua Portuguesa		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear	
Não	Count	26	27	21	74
	% within GrupodeParentesco	72,2%	69,2%	77,8%	72,5%
	% of Total	25,5%	26,5%	20,6%	72,5%
Incipiente	Count	7	9	5	21
	% within GrupodeParentesco	19,4%	23,1%	18,5%	20,6%
	% of Total	6,9%	8,8%	4,9%	20,6%
Razoável	Count	1	1	1	3
	% within GrupodeParentesco	2,8%	2,6%	3,7%	2,9%
	% of Total	1,0%	1,0%	1,0%	2,9%
Fala bem	Count	2	2	0	4
	% within GrupodeParentesco	5,6%	5,1%	0,0%	3,9%
	% of Total	2,0%	2,0%	0,0%	3,9%

**Tabela 11c – Conhecimentos de língua Portuguesa por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco	Língua Portuguesa		Sexo		Total	
			Masculino	Feminino		
Matrilinear harmónico	Não	Count	12	14	26	
		% within Sexo	70,6%	73,7%	72,2%	
		% of Total	33,3%	38,9%	72,2%	
	Incipiente	Count	2	5	7	
		% within Sexo	11,8%	26,3%	19,4%	
		% of Total	5,6%	13,9%	19,4%	
	Razoável	Count	1	0	1	
		% within Sexo	5,9%	0,0%	2,8%	
		% of Total	2,8%	0,0%	2,8%	
	Fala bem	Count	2	0	2	
		% within Sexo	11,8%	0,0%	5,6%	
		% of Total	5,6%	0,0%	5,6%	
Matrilinear	Não	Count	17	10	27	
		% within Sexo	60,7%	90,9%	69,2%	
		% of Total	43,6%	25,6%	69,2%	
	Incipiente	Count	8	1	9	
		% within Sexo	28,6%	9,1%	23,1%	
		% of Total	20,5%	2,6%	23,1%	
	Razoável	Count	1	0	1	
		% within Sexo	3,6%	0,0%	2,6%	
		% of Total	2,6%	0,0%	2,6%	
	Fala bem	Count	2	0	2	
		% within Sexo	7,1%	0,0%	5,1%	
		% of Total	5,1%	0,0%	5,1%	
Patrilinear	Não	Count	20	1	21	
		% within Sexo	76,9%	100,0%	77,8%	
		% of Total	74,1%	3,7%	77,8%	
	Incipiente	Count	5	0	5	
		% within Sexo	19,2%	0,0%	18,5%	
		% of Total	18,5%	0,0%	18,5%	
	Razoável	Count	1	0	1	
		% within Sexo	3,8%	0,0%	3,7%	
		% of Total	3,7%	0,0%	3,7%	
	Total	Não	Count	49	25	74
			% within Sexo	69,0%	80,6%	72,5%
			% of Total	48,0%	24,5%	72,5%
Incipiente		Count	15	6	21	
		% within Sexo	21,1%	19,4%	20,6%	
		% of Total	14,7%	5,9%	20,6%	
Razoável		Count	3	0	3	
		% within Sexo	4,2%	0,0%	2,9%	
		% of Total	2,9%	0,0%	2,9%	
Fala bem		Count	4	0	4	
		% within Sexo	5,6%	0,0%	3,9%	
		% of Total	3,9%	0,0%	3,9%	

**Tabela 12a - Área cultivada pelos respondentes por grupo de parentesco**

Área cultivada (ha)		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
,5000	Count	0	0	1	1
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	3,8%	1,0%
1,0000	Count	5	0	9	14
	% within GrupodeParentesco	13,9%	0,0%	34,6%	13,9%
1,5000	Count	8	2	4	14
	% within GrupodeParentesco	22,2%	5,1%	15,4%	13,9%
2,0000	Count	6	11	4	21
	% within GrupodeParentesco	16,7%	28,2%	15,4%	20,8%
2,5000	Count	3	0	5	8
	% within GrupodeParentesco	8,3%	0,0%	19,2%	7,9%
2,6000	Count	0	0	1	1
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	3,8%	1,0%
3,0000	Count	7	18	0	25
	% within GrupodeParentesco	19,4%	46,2%	0,0%	24,8%
3,4000	Count	0	1	0	1
	% within GrupodeParentesco	0,0%	2,6%	0,0%	1,0%
4,0000	Count	4	6	1	11
	% within GrupodeParentesco	11,1%	15,4%	3,8%	10,9%
4,5000	Count	0	1	1	2
	% within GrupodeParentesco	0,0%	2,6%	3,8%	2,0%
5,0000	Count	3	0	0	3
	% within GrupodeParentesco	8,3%	0,0%	0,0%	3,0%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 12 b - Média e moda da área cultivada (ha) por grupo de parentesco**

Grupo de parentesco	Média	Moda	N
Matrilinear harmónico	2,458333	2,000000	36
Matrilinear	2,843590	3,000000	39
Patrilinear	1,811538	1,500000	27
Total	2,440594	2,500000	102

**Tabela 13 - A quem pertence a terra por grupo de parentesco**

A quem pertence a terra		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico *	Matrilinear	Patrilinear *	
Própria (família nuclear)	Count	33	36	17	86
	% within GrupodeParentesco	91,7%	92,3%	63,0%	84,3%
	% of Total	32,4%	35,3%	16,7%	84,3%
Família alargada	Count	2	0	6	8
	% within GrupodeParentesco	5,6%	0,0%	22,2%	7,8%
	% of Total	2,0%	0,0%	5,9%	7,8%
Comunidade	Count	0	0	1	1
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	3,7%	1,0%
	% of Total	0,0%	0,0%	1,0%	1,0%
Própria e Família	Count	1	3	3	7
	% within GrupodeParentesco	2,8%	7,7%	11,1%	6,9%
	% of Total	1,0%	2,9%	2,9%	6,9%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests; significativamente diferentes entre si.

**Tabela 14a - Como obteve a terra por grupo de parentesco**

Como obteve a terra		Grupos de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear	
Herança	Count	32	32	18	82
	% within GrupodeParentesco	88,9%	82,1%	66,7%	80,4%
	% of Total	31,4%	31,4%	17,6%	80,4%
Comunidade	Count	2	0	0	2
	% within GrupodeParentesco	5,6%	0,0%	0,0%	2,0%
	% of Total	2,0%	0,0%	0,0%	2,0%
Compra	Count	0	0	5	5
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	18,5%	4,9%
	% of Total	0,0%	0,0%	4,9%	4,9%
Familia	Count	1	1	0	2
	% within GrupodeParentesco	2,8%	2,6%	0,0%	2,0%
	% of Total	1,0%	1,0%	0,0%	2,0%
Herança e Compra	Count	1	4	3	8
	% within GrupodeParentesco	2,8%	10,3%	11,1%	7,8%
	% of Total	1,0%	3,9%	2,9%	7,8%
Herança e Comunidade	Count	0	2	1	3
	% within GrupodeParentesco	0,0%	5,1%	3,7%	2,9%
	% of Total	0,0%	2,0%	1,0%	2,9%

**Tabela 14b - Como obteve a terra por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco	Como obteve	Sexo		Total	
		Masculino	Feminino		
Matrilinear harmónico	Herança	Count	14	18	32
		% within Sexo	82,4%	94,7%	88,9%
		% of Total	38,9%	50,0%	88,9%
	Comunidade	Count	2	0	2
		% within Sexo	11,8%	0,0%	5,6%
		% of Total	5,6%	0,0%	5,6%
	Familia	Count	1	0	1
		% within Sexo	5,9%	0,0%	2,8%
		% of Total	2,8%	0,0%	2,8%
	Herança e Compra	Count	0	1	1
		% within Sexo	0,0%	5,3%	2,8%
		% of Total	0,0%	2,8%	2,8%
Total	Count	17	19	36	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	47,2%	52,8%	100,0%	
Matrilinear	Herança	Count	24	8	32
		% within Sexo	85,7%	72,7%	82,1%
		% of Total	61,5%	20,5%	82,1%
	Familia	Count	0	1	1
		% within Sexo	0,0%	9,1%	2,6%
		% of Total	0,0%	2,6%	2,6%
	Herança e Compra	Count	3	1	4
		% within Sexo	10,7%	9,1%	10,3%
		% of Total	7,7%	2,6%	10,3%
	Herança e Comunidade	Count	1	1	2
		% within Sexo	3,6%	9,1%	5,1%
		% of Total	2,6%	2,6%	5,1%
	Total	Count	28	11	39
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Patrilinear	Herança	% of Total	71,8%	28,2%	100,0%	
		Count	17	1	18	
		% within Sexo	65,4%	100,0%	66,7%	
	Compra	% of Total	63,0%	3,7%	66,7%	
		Count	5	0	5	
		% within Sexo	19,2%	0,0%	18,5%	
	Herança e Compra	% of Total	18,5%	0,0%	18,5%	
		Count	3	0	3	
		% within Sexo	11,5%	0,0%	11,1%	
	Herança e Comunidade	% of Total	11,1%	0,0%	11,1%	
		Count	1	0	1	
		% within Sexo	3,8%	0,0%	3,7%	
	Total	% of Total	3,7%	0,0%	3,7%	
		Count	26	1	27	
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	Herança	% of Total	96,3%	3,7%	100,0%	
		Count	55	27	82	
		% within Sexo	77,5%	87,1%	80,4%	
	Comunidade	% of Total	53,9%	26,5%	80,4%	
		Count	2	0	2	
		% within Sexo	2,8%	0,0%	2,0%	
	Compra	% of Total	2,0%	0,0%	2,0%	
		Count	5	0	5	
		% within Sexo	7,0%	0,0%	4,9%	
	Familia	% of Total	4,9%	0,0%	4,9%	
		Count	1	1	2	
		% within Sexo	1,4%	3,2%	2,0%	
	Herança e Compra	% of Total	1,0%	1,0%	2,0%	
		Count	6	2	8	
		% within Sexo	8,5%	6,5%	7,8%	
	Herança e Comunidade	% of Total	5,9%	2,0%	7,8%	
		Count	2	1	3	
		% within Sexo	2,8%	3,2%	2,9%	
	Total	% of Total	2,0%	1,0%	2,9%	
		Count	71	31	102	
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	
			% of Total	69,6%	30,4%	100,0%

**Tabela 15a - De quem é a terra (posse) por grupo de parentesco**

Posse da terra		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
Homem	Count	1	0	10	11
	% within GrupodeParentesco	2,8%	0,0%	37,0%	10,8%
	% of Total	1,0%	0,0%	9,8%	10,8%
Ambos	Count	7	11	16	34
	% within GrupodeParentesco	19,4%	28,2%	59,3%	33,3%
	% of Total	6,9%	10,8%	15,7%	33,3%
Mulher	Count	28	28	1	57
	% within GrupodeParentesco	77,8%	71,8%	3,7%	55,9%
	% of Total	27,5%	27,5%	1,0%	55,9%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 15b - De quem é a terra (posse) por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de Parentesco			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Matrilinear harmónico	Homem	Count	1	0	1
		% within Sexo	5,9%	0,0%	2,8%
		% of Total	2,8%	0,0%	2,8%
	Ambos	Count	2	5	7
		% within Sexo	11,8%	26,3%	19,4%
		% of Total	5,6%	13,9%	19,4%
	Mulher	Count	14	14	28
		% within Sexo	82,4%	73,7%	77,8%
		% of Total	38,9%	38,9%	77,8%
	Total	Count	17	19	36
% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%	
% of Total		47,2%	52,8%	100,0%	
Matrilinear	Ambos	Count	7	4	11
		% within Sexo	25,0%	36,4%	28,2%
		% of Total	17,9%	10,3%	28,2%
	Mulher	Count	21	7	28
		% within Sexo	75,0%	63,6%	71,8%
		% of Total	53,8%	17,9%	71,8%
	Total	Count	28	11	39
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Homem	Count	10	0	10
		% within Sexo	38,5%	0,0%	37,0%
		% of Total	37,0%	0,0%	37,0%
	Ambos	Count	16	0	16
		% within Sexo	61,5%	0,0%	59,3%
		% of Total	59,3%	0,0%	59,3%
	Mulher	Count	0	1	1
		% within Sexo	0,0%	100,0%	3,7%
		% of Total	0,0%	3,7%	3,7%
	Total	Count	26	1	27
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%

**Tabela 16a - Transmissões futuras por grupo de parentesco**

Transmissões futuras		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
Filhos	Count	2	0	22	24
	% within GrupodeParentesco	5,6%	0,0%	81,5%	23,5%
	% of Total	2,0%	0,0%	21,6%	23,5%
Filhas	Count	26	33	1	60
	% within GrupodeParentesco	72,2%	84,6%	3,7%	58,8%
	% of Total	25,5%	32,4%	1,0%	58,8%
Filha e Filho	Count	7	6	4	17
	% within GrupodeParentesco	19,4%	15,4%	14,8%	16,7%
	% of Total	6,9%	5,9%	3,9%	16,7%
Familia do Marido	Count	1	0	0	1
	% within GrupodeParentesco	2,8%	0,0%	0,0%	1,0%
	% of Total	1,0%	0,0%	0,0%	1,0%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 16b - Transmissões futuras por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco	Quem	Sexo		Total	
		Masculino	Feminino		
Matrilinear harmónico	Filhos	Count	2	0	2
		% within Sexo	11,8%	0,0%	5,6%
		% of Total	5,6%	0,0%	5,6%
	Filhas	Count	11	15	26
		% within Sexo	64,7%	78,9%	72,2%
		% of Total	30,6%	41,7%	72,2%
	Filha e Filho	Count	3	4	7
		% within Sexo	17,6%	21,1%	19,4%
		% of Total	8,3%	11,1%	19,4%
	Familia do Marido	Count	1	0	1
		% within Sexo	5,9%	0,0%	2,8%
		% of Total	2,8%	0,0%	2,8%
Total	Count	17	19	36	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	47,2%	52,8%	100,0%	
Matrilinear	Filhas	Count	24	9	33
		% within Sexo	85,7%	81,8%	84,6%
		% of Total	61,5%	23,1%	84,6%
	Filha e Filho	Count	4	2	6
		% within Sexo	14,3%	18,2%	15,4%
		% of Total	10,3%	5,1%	15,4%
	Total	Count	28	11	39
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Filhos	Count	21	1	22
		% within Sexo	80,8%	100,0%	81,5%
		% of Total	77,8%	3,7%	81,5%
	Filhas	Count	1	0	1
		% within Sexo	3,8%	0,0%	3,7%
		% of Total	3,7%	0,0%	3,7%
	Filha e Filho	Count	4	0	4
		% within Sexo	15,4%	0,0%	14,8%
		% of Total	14,8%	0,0%	14,8%
	Total	Count	26	1	27
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%
% of Total		69,6%	30,4%	100,0%	

**Tabela 16c - Transmissões futuras por regra de herança**

Regra de herança			Futuras Transmissões				Total
			Filhos	Filhas	Filha e Filho	Família do Marido	
Regra de Herança	Patrilinear	Count	22	3	3	0	28
		% within RegraHerança	78,6%	10,7%	10,7%	0,0%	100,0%
		% of Total	21,6%	2,9%	2,9%	0,0%	27,5%
	Matrilinear	Count	2	57	14	1	74
		% within RegraHerança	2,7%	77,0%	18,9%	1,4%	100,0%
		% of Total	2,0%	55,9%	13,7%	1,0%	72,5%
Total		Count	24	60	17	1	102
		% within RegraHerança	23,5%	58,8%	16,7%	1,0%	100,0%
		% of Total	23,5%	58,8%	16,7%	1,0%	100,0%

**Tabela 17a - Possibilidade de vender terra a pessoas da mesma aldeia, suco ou subdistrito por grupo de parentesco**

Possibilidade de vender terra		Grupo de Parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
Nao	Count	34	36	9	79
	% within GrupodeParentesco	94,4%	92,3%	33,3%	77,5%
	% of Total	33,3%	35,3%	8,8%	77,5%
Sim	Count	2	3	18	23
	% within GrupodeParentesco	5,6%	7,7%	66,7%	22,5%
	% of Total	2,0%	2,9%	17,6%	22,5%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 17b - Possibilidade de vender terra a pessoas da mesma aldeia, suco ou subdistrito por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco	Possibilidade de vender terra		Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Matrilinear harmónico  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,216	Nao	Count	15	19	34
		% within Sexo	88,2%	100,0%	94,4%
		% of Total	41,7%	52,8%	94,4%
	Sim	Count	2	0	2
		% within Sexo	11,8%	0,0%	5,6%
		% of Total	5,6%	0,0%	5,6%
	Total	Count	17	19	36
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
Matrilinear  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,358	Nao	Count	25	11	36
		% within Sexo	89,3%	100,0%	92,3%
		% of Total	64,1%	28,2%	92,3%
	Sim	Count	3	0	3
		% within Sexo	10,7%	0,0%	7,7%
		% of Total	7,7%	0,0%	7,7%
	Total	Count	28	11	39
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Nao	Count	9	0	9
		% within Sexo	34,6%	0,0%	33,3%
		% of Total	33,3%	0,0%	33,3%
	Sim	Count	17	1	18
		% within Sexo	65,4%	100,0%	66,7%
		% of Total	63,0%	3,7%	66,7%
	Total	Count	26	1	27
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%
Total	Nao	Count	49	30	79
		% within Sexo	69,0%	96,8%	77,5%
		% of Total	48,0%	29,4%	77,5%
	Sim	Count	22	1	23
		% within Sexo	31,0%	3,2%	22,5%
		% of Total	21,6%	1,0%	22,5%
	Total	Count	71	31	102
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	69,6%	30,4%	100,0%

**Tabela 17c - Possibilidade de vender terra a pessoas desconhecidas por grupo de parentesco**

Possibilidade de vender terra		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
Nao	Count	35	37	10	82
	% within GrupodeParentesco	97,2%	94,9%	37,0%	80,4%
	% of Total	34,3%	36,3%	9,8%	80,4%
Sim	Count	1	2	17	20
	% within GrupodeParentesco	2,8%	5,1%	63,0%	19,6%
	% of Total	1,0%	2,0%	16,7%	19,6%
Total	Count	36	39	27	102
	% within GrupodeParentesco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	35,3%	38,2%	26,5%	100,0%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 17d - Possibilidade de vender terra a pessoas desconhecidas por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de Parentesco	Possibilidade de vender terra	Sexo		Total	
		Masculino	Feminino		
Matrilinear harmónico  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,472	Nao	Count	16	19	35
		% within Sexo	94,1%	100,0%	97,2%
		% of Total	44,4%	52,8%	97,2%
	Sim	Count	1	0	1
		% within Sexo	5,9%	0,0%	2,8%
		% of Total	2,8%	0,0%	2,8%
	Total	Count	17	19	36
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
Matrilinear  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,510	Nao	Count	26	11	37
		% within Sexo	92,9%	100,0%	94,9%
		% of Total	66,7%	28,2%	94,9%
	Sim	Count	2	0	2
		% within Sexo	7,1%	0,0%	5,1%
		% of Total	5,1%	0,0%	5,1%
	Total	Count	28	11	39
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Nao	Count	10	0	10
		% within Sexo	38,5%	0,0%	37,0%
		% of Total	37,0%	0,0%	37,0%
	Sim	Count	16	1	17
		% within Sexo	61,5%	100,0%	63,0%
		% of Total	59,3%	3,7%	63,0%
	Total	Count	26	1	27
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%
Total	Nao	Count	52	30	82
		% within Sexo	73,2%	96,8%	80,4%
		% of Total	51,0%	29,4%	80,4%
	Sim	Count	19	1	20
		% within Sexo	26,8%	3,2%	19,6%
		% of Total	18,6%	1,0%	19,6%
	Total	Count	71	31	102
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	69,6%	30,4%	100,0%

**Tabela 18 - Concorda com a atribuição de títulos da terra**

Titularização da terra		Grupos de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico *	Matrilinear *	Patrilinear	
Não	Count	3	0	0	3
	% within GrupodeParentesco	8,3%	0,0%	0,0%	2,9%
	% of Total	2,9%	0,0%	0,0%	2,9%
Sim	Count	33	39	27	99
	% within GrupodeParentesco	91,7%	100,0%	100,0%	97,1%
	% of Total	32,4%	38,2%	26,5%	97,1%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests; significativamente diferentes entre si.

**Tabela 19a - Tomada de decisão em relação à terra por grupo de parentesco**

Toma a decisão		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
Homem	Count	1	3	12	16
	% within GrupodeParentesco	2,8%	7,7%	44,4%	15,7%
	% of Total	1,0%	2,9%	11,8%	15,7%
Ambos	Count	28	34	14	76
	% within GrupodeParentesco	77,8%	87,2%	51,9%	74,5%
	% of Total	27,5%	33,3%	13,7%	74,5%
Mulher	Count	7	2	1	10
	% within GrupodeParentesco	19,4%	5,1%	3,7%	9,8%
	% of Total	6,9%	2,0%	1,0%	9,8%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 19b - Tomada de decisão em relação à terra por gênero dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de Parentesco			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Matrilinear harmónico	Homem	Count	1	0	1
		% within Sexo	5,9%	0,0%	2,8%
		% of Total	2,8%	0,0%	2,8%
	Ambos	Count	15	13	28
		% within Sexo	88,2%	68,4%	77,8%
		% of Total	41,7%	36,1%	77,8%
	Mulher	Count	1	6	7
		% within Sexo	5,9%	31,6%	19,4%
		% of Total	2,8%	16,7%	19,4%
	Total	Count	17	19	36
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
Matrilinear	Homem	Count	1	2	3
		% within Sexo	3,6%	18,2%	7,7%
		% of Total	2,6%	5,1%	7,7%
	Ambos	Count	26	8	34
		% within Sexo	92,9%	72,7%	87,2%
		% of Total	66,7%	20,5%	87,2%
	Mulher	Count	1	1	2
		% within Sexo	3,6%	9,1%	5,1%
		% of Total	2,6%	2,6%	5,1%
	Total	Count	28	11	39
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Homem	Count	12	0	12
		% within Sexo	46,2%	0,0%	44,4%
		% of Total	44,4%	0,0%	44,4%
	Ambos	Count	14	0	14
		% within Sexo	53,8%	0,0%	51,9%
		% of Total	51,9%	0,0%	51,9%
	Mulher	Count	0	1	1
		% within Sexo	0,0%	100,0%	3,7%
		% of Total	0,0%	3,7%	3,7%
	Total	Count	26	1	27
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%
Total	Homem	Count	14	2	16
		% within Sexo	19,7%	6,5%	15,7%
		% of Total	13,7%	2,0%	15,7%
	Ambos	Count	55	21	76
		% within Sexo	77,5%	67,7%	74,5%
		% of Total	53,9%	20,6%	74,5%
	Mulher	Count	2	8	10
		% within Sexo	2,8%	25,8%	9,8%
		% of Total	2,0%	7,8%	9,8%
	Total	Count	71	31	102
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	69,6%	30,4%	100,0%

**Tabela 20a - Tomada de decisão sobre como gastar o dinheiro por grupo de parentesco**

Toma a decisão		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico *	Matrilinear *	Patrilinear *	
Homem	Count	2	1	12	15
	% within GrupodeParentesco	5,6%	2,6%	44,4%	14,7%
	% of Total	2,0%	1,0%	11,8%	14,7%
Ambos	Count	18	33	12	63
	% within GrupodeParentesco	50,0%	84,6%	44,4%	61,8%
	% of Total	17,6%	32,4%	11,8%	61,8%
Mulher	Count	16	5	3	24
	% within GrupodeParentesco	44,4%	12,8%	11,1%	23,5%
	% of Total	15,7%	4,9%	2,9%	23,5%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests; significativamente diferentes entre si.

**Tabela 20b - Tomada de decisão sobre como gastar o dinheiro por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de Parentesco	Toma a decisão	Sexo		Total	
		Masculino	Feminino		
Matrilinear harmónico	Homens	Count	2	0	2
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Sexo	11,8%	0,0%	5,6%
		% of Total	5,6%	0,0%	5,6%
	Ambos	Count	10	8	18
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	55,6%	44,4%	100,0%
		% within Sexo	58,8%	42,1%	50,0%
		% of Total	27,8%	22,2%	50,0%
	Mulheres	Count	5	11	16
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	31,3%	68,8%	100,0%
		% within Sexo	29,4%	57,9%	44,4%
		% of Total	13,9%	30,6%	44,4%
	Total	Count	17	19	36
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	47,2%	52,8%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
Matrilinear	Homens	Count	1	0	1
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Sexo	3,6%	0,0%	2,6%
		% of Total	2,6%	0,0%	2,6%
	Ambos	Count	25	8	33
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	75,8%	24,2%	100,0%
		% within Sexo	89,3%	72,7%	84,6%
		% of Total	64,1%	20,5%	84,6%
	Mulheres	Count	2	3	5
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	40,0%	60,0%	100,0%
		% within Sexo	7,1%	27,3%	12,8%
		% of Total	5,1%	7,7%	12,8%
	Total	Count	28	11	39

		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	71,8%	28,2%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Homens	Count	12	0	12
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Sexo	46,2%	0,0%	44,4%
		% of Total	44,4%	0,0%	44,4%
	Ambos	Count	12	0	12
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Sexo	46,2%	0,0%	44,4%
		% of Total	44,4%	0,0%	44,4%
	Mulheres	Count	2	1	3
		% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	66,7%	33,3%	100,0%
		% within Sexo	7,7%	100,0%	11,1%
		% of Total	7,4%	3,7%	11,1%
Total	Count	26	1	27	
	% within QuemTomaDecisõesGastarDinheiro	96,3%	3,7%	100,0%	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	96,3%	3,7%	100,0%	

**Tabela 21a - Tomada de decisão sobre alimentar a família por grupo de parentesco**

Toma a decisão		Grupo de Parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
Homem	Count	3	3	13	19
	% within GrupodeParentesco	8,3%	7,7%	48,1%	18,6%
	% of Total	2,9%	2,9%	12,7%	18,6%
Ambos	Count	22	30	10	62
	% within GrupodeParentesco	61,1%	76,9%	37,0%	60,8%
	% of Total	21,6%	29,4%	9,8%	60,8%
Mulher	Count	11	6	4	21
	% within GrupodeParentesco	30,6%	15,4%	14,8%	20,6%
	% of Total	10,8%	5,9%	3,9%	20,6%
Total	Count	36	39	27	102
	% within GrupodeParentesco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% of Total	35,3%	38,2%	26,5%	100,0%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 21b - Tomada de decisão sobre alimentar a família por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de Parentesco	Toma a decisão		Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Matrilinear harmónico	Homem	Count	2	1	3
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	66,7%	33,3%	100,0%
		% within Sexo	11,8%	5,3%	8,3%
		% of Total	5,6%	2,8%	8,3%
	Ambos	Count	11	11	22
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Sexo	64,7%	57,9%	61,1%
		% of Total	30,6%	30,6%	61,1%
	Mulher	Count	4	7	11
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	36,4%	63,6%	100,0%
		% within Sexo	23,5%	36,8%	30,6%
		% of Total	11,1%	19,4%	30,6%
	Total	Count	17	19	36
% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia		47,2%	52,8%	100,0%	
% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%	
% of Total		47,2%	52,8%	100,0%	
Matrilinear	Homem	Count	2	1	3
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	66,7%	33,3%	100,0%
		% within Sexo	7,1%	9,1%	7,7%
		% of Total	5,1%	2,6%	7,7%
	Ambos	Count	23	7	30
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	76,7%	23,3%	100,0%
		% within Sexo	82,1%	63,6%	76,9%
		% of Total	59,0%	17,9%	76,9%
	Mulher	Count	3	3	6
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Sexo	10,7%	27,3%	15,4%
		% of Total	7,7%	7,7%	15,4%
	Total	Count	28	11	39
% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia		71,8%	28,2%	100,0%	
% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%	
% of Total		71,8%	28,2%	100,0%	
Patrilinear	Homem	Count	13	0	13
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Sexo	50,0%	0,0%	48,1%
		% of Total	48,1%	0,0%	48,1%
	Ambos	Count	9	1	10
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	90,0%	10,0%	100,0%
		% within Sexo	34,6%	100,0%	37,0%
		% of Total	33,3%	3,7%	37,0%
	Mulher	Count	4	0	4
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Sexo	15,4%	0,0%	14,8%

		% of Total	14,8%	0,0%	14,8%
	Total	Count	26	1	27
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	96,3%	3,7%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%
Total	Homem	Count	17	2	19
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	89,5%	10,5%	100,0%
		% within Sexo	23,9%	6,5%	18,6%
		% of Total	16,7%	2,0%	18,6%
	Ambos	Count	43	19	62
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	69,4%	30,6%	100,0%
		% within Sexo	60,6%	61,3%	60,8%
		% of Total	42,2%	18,6%	60,8%
	Mulher	Count	11	10	21
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	52,4%	47,6%	100,0%
		% within Sexo	15,5%	32,3%	20,6%
		% of Total	10,8%	9,8%	20,6%
	Total	Count	71	31	102
		% within QuemÉResponsávelAlimentarFamilia	69,6%	30,4%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	69,6%	30,4%	100,0%

**Tabela 22a - Número de decisões que as mulheres tomam sozinhas por grupo de parentesco**

Número de decisões sozinhas		Grupo de Parentesco			Total
		Matrilinear harmónico *	Matrilinear	Patrilinear	
0decisões	Count	17	30	21	68
	% within GrupodeParentesco	47,2%	76,9%	77,8%	66,7%
	% of Total	16,7%	29,4%	20,6%	66,7%
1decisão	Count	10	5	4	19
	% within GrupodeParentesco	27,8%	12,8%	14,8%	18,6%
	% of Total	9,8%	4,9%	3,9%	18,6%
2decisões	Count	3	3	2	8
	% within GrupodeParentesco	8,3%	7,7%	7,4%	7,8%
	% of Total	2,9%	2,9%	2,0%	7,8%
3decisões	Count	6	1	0	7
	% within GrupodeParentesco	16,7%	2,6%	0,0%	6,9%
	% of Total	5,9%	1,0%	0,0%	6,9%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 22b - Número de codecisões das mulheres por grupo de parentesco**

Número de codecisões		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear *	Patrilinear	
0 decisões	Count	7	1	8	16
	% within GrupodeParentesco	19,4%	2,6%	29,6%	15,7%
	% of Total	6,9%	1,0%	7,8%	15,7%
1 decisão	Count	5	3	8	16
	% within GrupodeParentesco	13,9%	7,7%	29,6%	15,7%
	% of Total	4,9%	2,9%	7,8%	15,7%
2 decisões	Count	9	11	4	24
	% within GrupodeParentesco	25,0%	28,2%	14,8%	23,5%
	% of Total	8,8%	10,8%	3,9%	23,5%
3 decisões	Count	15	24	7	46
	% within GrupodeParentesco	41,7%	61,5%	25,9%	45,1%
	% of Total	14,7%	23,5%	6,9%	45,1%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 22c - Número de decisões em que as mulheres participam, sozinhas e/ou em codecisão, por grupo de parentesco**

Número de decisões em que participam		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
0decisões	Count	0	0	6	6
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	22,2%	5,9%
	% of Total	0,0%	0,0%	5,9%	5,9%
1decisão	Count	1	0	7	8
	% within GrupodeParentesco	2,8%	0,0%	25,9%	7,8%
	% of Total	1,0%	0,0%	6,9%	7,8%
2decisões	Count	4	7	5	16
	% within GrupodeParentesco	11,1%	17,9%	18,5%	15,7%
	% of Total	3,9%	6,9%	4,9%	15,7%
3decisões	Count	31	32	9	72
	% within GrupodeParentesco	86,1%	82,1%	33,3%	70,6%
	% of Total	30,4%	31,4%	8,8%	70,6%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Anexo 22d - Escala ponderada da participação das mulheres na tomada de decisões**

Escala ponderada		Grupo de Parentesco			Total
		Matrilinear harmónico *	Matrilinear *	Patrilinear *	
3pontos	Count	0	0	6	6
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	22,2%	5,9%
	% of Total	0,0%	0,0%	5,9%	5,9%
4pontos	Count	0	0	4	4
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	14,8%	3,9%
	% of Total	0,0%	0,0%	3,9%	3,9%
5pontos	Count	3	7	6	16
	% within GrupodeParentesco	8,3%	17,9%	22,2%	15,7%
	% of Total	2,9%	6,9%	5,9%	15,7%
6pontos	Count	17	24	9	50
	% within GrupodeParentesco	47,2%	61,5%	33,3%	49,0%
	% of Total	16,7%	23,5%	8,8%	49,0%
7pontos	Count	7	4	0	11
	% within GrupodeParentesco	19,4%	10,3%	0,0%	10,8%
	% of Total	6,9%	3,9%	0,0%	10,8%
8pontos	Count	3	3	2	8
	% within GrupodeParentesco	8,3%	7,7%	7,4%	7,8%
	% of Total	2,9%	2,9%	2,0%	7,8%
9pontos	Count	6	1	0	7
	% within GrupodeParentesco	16,7%	2,6%	0,0%	6,9%
	% of Total	5,9%	1,0%	0,0%	6,9%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests; significativamente diferentes entre si.

**Tabela 22e - Média ponderada da participação das mulheres na tomada de decisões**

Grupo de Parentesco	Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear	Total
<b>Média</b>	6,7778	6,1538	4,9630	6,0588

**Tabela 23 - Quem vende nos mercados por grupo de parentesco**

Vende		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear	
Homem sim	Count	8 *	22 *	23 *	53
	% within GrupodeParentesco	22,2%	56,4%	85,2%	52,0%
Mulher sim	Count	31	32	13 *	76
	% within GrupodeParentesco	86,1%	82,1%	48,1%	74,5%
Filhos sim	Count	4	10	6	20
	% within GrupodeParentesco	11,1%	25,6%	22,2%	19,6%
Outros sim	Count	5	7	4	17
	% within GrupodeParentesco	13,9%	20,5%	14,8%	16,7%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests; significativamente diferentes entre si.

**Tabela 24a - Quem trabalha nas atividades agrícolas por grupo de parentesco**

Quem trabalha		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear	
Marido	Count	2	2	2	6
	% within GrupodeParentesco	5,6%	5,1%	7,4%	5,9%
	% of Total	2,0%	2,0%	2,0%	5,9%
Mulher	Count	4	2	1	7
	% within GrupodeParentesco	11,1%	5,1%	3,7%	6,9%
	% of Total	3,9%	2,0%	1,0%	6,9%
Outros Familiares	Count	4	7	1	12
	% within GrupodeParentesco	11,1%	17,9%	3,7%	11,8%
	% of Total	3,9%	6,9%	1,0%	11,8%
Marido e Mulher	Count	16	22	9	47
	% within GrupodeParentesco	44,4%	56,4%	33,3%	46,1%
	% of Total	15,7%	21,6%	8,8%	46,1%
Marido, Mulher e Filhos	Count	4	3	9	16
	% within GrupodeParentesco	11,1%	7,7%	33,3%	15,7%
	% of Total	3,9%	2,9%	8,8%	15,7%
Marido, Mulher e Outros Familiares	Count	3	2	3	8
	% within GrupodeParentesco	8,3%	5,1%	11,1%	7,8%
	% of Total	2,9%	2,0%	2,9%	7,8%
Mulher e Filhos	Count	2	1	1	4
	% within GrupodeParentesco	5,6%	2,6%	3,7%	3,9%
	% of Total	2,0%	1,0%	1,0%	3,9%
Marido, Mulher e contratar pessoas	Count	1	0	0	1
	% within GrupodeParentesco	2,8%	0,0%	0,0%	1,0%
	% of Total	1,0%	0,0%	0,0%	1,0%
Marido e Filho	Count	0	0	1	1
	% within GrupodeParentesco	0,0%	0,0%	3,7%	1,0%
	% of Total	0,0%	0,0%	1,0%	1,0%

**Tabela 24b - Quem trabalha nas atividades agrícolas por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco	Quem trabalha		Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Matrilinear Harmónico	Marido	Count	2	0	2
		% within Sexo	11,8%	0,0%	5,6%
		% of Total	5,6%	0,0%	5,6%
	Mulher	Count	0	4	4
		% within Sexo	0,0%	21,1%	11,1%
		% of Total	0,0%	11,1%	11,1%
	Outros Familiares	Count	3	1	4
		% within Sexo	17,6%	5,3%	11,1%
		% of Total	8,3%	2,8%	11,1%
	Marido e Mulher	Count	8	8	16
		% within Sexo	47,1%	42,1%	44,4%
		% of Total	22,2%	22,2%	44,4%
	Marido, Mulher e Filhos	Count	2	2	4
		% within Sexo	11,8%	10,5%	11,1%
		% of Total	5,6%	5,6%	11,1%
	Marido, Mulher e Outros Familiares	Count	2	1	3
		% within Sexo	11,8%	5,3%	8,3%
		% of Total	5,6%	2,8%	8,3%
Mulher e Filhos	Count	0	2	2	
	% within Sexo	0,0%	10,5%	5,6%	

		% of Total	0,0%	5,6%	5,6%
	Marido, Mulher e contractar pessoas	Count	0	1	1
		% within Sexo	0,0%	5,3%	2,8%
		% of Total	0,0%	2,8%	2,8%
		Total	Count	17	19
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
Matrilinear	Marido	Count	1	1	2
		% within Sexo	3,6%	9,1%	5,1%
		% of Total	2,6%	2,6%	5,1%
	Mulher	Count	0	2	2
		% within Sexo	0,0%	18,2%	5,1%
		% of Total	0,0%	5,1%	5,1%
	Outros Familiares	Count	5	2	7
		% within Sexo	17,9%	18,2%	17,9%
		% of Total	12,8%	5,1%	17,9%
	Marido e Mulher	Count	19	3	22
		% within Sexo	67,9%	27,3%	56,4%
		% of Total	48,7%	7,7%	56,4%
	Marido, Mulher e Filhos	Count	2	1	3
		% within Sexo	7,1%	9,1%	7,7%
		% of Total	5,1%	2,6%	7,7%
	Marido, Mulher e Outros Familiares	Count	1	1	2
		% within Sexo	3,6%	9,1%	5,1%
		% of Total	2,6%	2,6%	5,1%
	Mulher e Filhos	Count	0	1	1
		% within Sexo	0,0%	9,1%	2,6%
		% of Total	0,0%	2,6%	2,6%
	Total	Count	28	11	39
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Marido	Count	2	0	2
		% within Sexo	7,7%	0,0%	7,4%
		% of Total	7,4%	0,0%	7,4%
	Mulher	Count	1	0	1
		% within Sexo	3,8%	0,0%	3,7%
		% of Total	3,7%	0,0%	3,7%
	Outros Familiares	Count	1	0	1
		% within Sexo	3,8%	0,0%	3,7%
		% of Total	3,7%	0,0%	3,7%
	Marido e Mulher	Count	9	0	9
		% within Sexo	34,6%	0,0%	33,3%
		% of Total	33,3%	0,0%	33,3%
	Marido, Mulher e Filhos	Count	9	0	9
		% within Sexo	34,6%	0,0%	33,3%
		% of Total	33,3%	0,0%	33,3%
	Marido, Mulher e Outros Familiares	Count	3	0	3
		% within Sexo	11,5%	0,0%	11,1%
		% of Total	11,1%	0,0%	11,1%
	Mulher e Filhos	Count	0	1	1
		% within Sexo	0,0%	100,0%	3,7%
		% of Total	0,0%	3,7%	3,7%
	Marido e Filho	Count	1	0	1
		% within Sexo	3,8%	0,0%	3,7%
		% of Total	3,7%	0,0%	3,7%
Total	Count	26	1	27	
	% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	96,3%	3,7%	100,0%	

**Tabela 24c - Troca de trabalho com outros agricultores por grupo de parentesco**

Troca de trabalho		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear	
Nao	Count	0	2	2	4
	% within GrupodeParentesco	0,0%	5,1%	7,4%	3,9%
	% of Total	0,0%	2,0%	2,0%	3,9%
Sim	Count	36	37	25	98
	% within GrupodeParentesco	100,0%	94,9%	92,6%	96,1%
	% of Total	35,3%	36,3%	24,5%	96,1%

**Tabela 24d – Troca de trabalho com outros agricultores por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Matrilinear harmónico	Sim	Count	17	19	36
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
	Total	Count	17	19	36
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
Matrilinear	Nao	Count	2	0	2
		% within Sexo	7,1%	0,0%	5,1%
		% of Total	5,1%	0,0%	5,1%
	Sim	Count	26	11	37
		% within Sexo	92,9%	100,0%	94,9%
		% of Total	66,7%	28,2%	94,9%
	Total	Count	28	11	39
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Nao	Count	2	0	2
		% within Sexo	7,7%	0,0%	7,4%
		% of Total	7,4%	0,0%	7,4%
	Sim	Count	24	1	25
		% within Sexo	92,3%	100,0%	92,6%
		% of Total	88,9%	3,7%	92,6%
	Total	Count	26	1	27
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%
Total	Nao	Count	4	0	4
		% within Sexo	5,6%	0,0%	3,9%
		% of Total	3,9%	0,0%	3,9%
	Sim	Count	67	31	98
		% within Sexo	94,4%	100,0%	96,1%
		% of Total	65,7%	30,4%	96,1%
	Total	Count	71	31	102
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	69,6%	30,4%	100,0%

**Anexo 24e - Tipo de troca de trabalho por grupo de parentesco**

Tipo de troca		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear	
Trabalho em grupo e rotação	Count	28	29	18	75
	% within GrupodeParentesco	77,8%	76,3%	72,0%	75,8%
	% of Total	28,3%	29,3%	18,2%	75,8%
Ajuda Mútua	Count	0	1	4	5
	% within GrupodeParentesco	0,0%	2,6%	16,0%	5,1%
	% of Total	0,0%	1,0%	4,0%	5,1%
Ambos	Count	8	8	3	19
	% within GrupodeParentesco	22,2%	21,1%	12,0%	19,2%
	% of Total	8,1%	8,1%	3,0%	19,2%

**Tabela 24f - Tipo de troca de trabalho por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco	Tipo de Troca de trabalho	Sexo		Total	
		Masculino	Feminino		
Matrilinear harmónico	Trabalho em grupo e rotação	Count	12	16	28
		% within Sexo	70,6%	84,2%	77,8%
		% of Total	33,3%	44,4%	77,8%
	Ambos	Count	5	3	8
		% within Sexo	29,4%	15,8%	22,2%
		% of Total	13,9%	8,3%	22,2%
	Total	Count	17	19	36
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
Matrilinear	Trabalho em grupo e rotação	Count	23	6	29
		% within Sexo	85,2%	54,5%	76,3%
		% of Total	60,5%	15,8%	76,3%
	Ajuda Mútua	Count	0	1	1
		% within Sexo	0,0%	9,1%	2,6%
		% of Total	0,0%	2,6%	2,6%
	Ambos	Count	4	4	8
		% within Sexo	14,8%	36,4%	21,1%
		% of Total	10,5%	10,5%	21,1%
	Total	Count	27	11	38
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,1%	28,9%	100,0%
Patrilinear	Trabalho em grupo e rotação	Count	17	1	18
		% within Sexo	70,8%	100,0%	72,0%
		% of Total	68,0%	4,0%	72,0%
	Ajuda Mútua	Count	4	0	4
		% within Sexo	16,7%	0,0%	16,0%
		% of Total	16,0%	0,0%	16,0%
	Ambos	Count	3	0	3
		% within Sexo	12,5%	0,0%	12,0%
		% of Total	12,0%	0,0%	12,0%
	Total	Count	24	1	25
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,0%	4,0%	100,0%
Total	Trabalho em grupo e rotação	Count	52	23	75
		% within Sexo	76,5%	74,2%	75,8%
		% of Total	52,5%	23,2%	75,8%
	Ajuda Mútua	Count	4	1	5
		% within Sexo	5,9%	3,2%	5,1%

		% of Total	4,0%	1,0%	5,1%
	Ambos	Count	12	7	19
		% within Sexo	17,6%	22,6%	19,2%
		% of Total	12,1%	7,1%	19,2%
	Total	Count	68	31	99
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	68,7%	31,3%	100,0%

**Tabela 25a - Apoio pelos serviços de extensão rural (ER) por grupo de parentesco**

Apoio pelos serviços de ER		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico	Matrilinear	Patrilinear *	
Nao	Count	16	11	1	28
	% within GrupodeParentesco	44,4%	28,2%	3,7%	27,5%
	% of Total	15,7%	10,8%	1,0%	27,5%
Sim	Count	20	28	26	74
	% within GrupodeParentesco	55,6%	71,8%	96,3%	72,5%
	% of Total	19,6%	27,5%	25,5%	72,5%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests.

**Tabela 25 b - Apoio pelos serviços de extensão rural (ER) por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de parentesco			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Matrilinear harmónico  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,485	Nao	Count	7	9	16
		% within ApoiadoPeloServiçoExtensãoRural	43,8%	56,3%	100,0%
		% within Sexo	41,2%	47,4%	44,4%
		% of Total	19,4%	25,0%	44,4%
	Sim	Count	10	10	20
		% within ApoiadoPeloServiçoExtensãoRural	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Sexo	58,8%	52,6%	55,6%
		% of Total	27,8%	27,8%	55,6%
	Total	Count	17	19	36
		% within ApoiadoPeloServiçoExtensãoRural	47,2%	52,8%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
Matrilinear  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,632	Nao	Count	8	3	11
		% within ApoiadoPeloServiçoExtensãoRural	72,7%	27,3%	100,0%
		% within Sexo	28,6%	27,3%	28,2%
		% of Total	20,5%	7,7%	28,2%
	Sim	Count	20	8	28
		% within ApoiadoPeloServiçoExtensãoRural	71,4%	28,6%	100,0%
		% within Sexo	71,4%	72,7%	71,8%
		% of Total	51,3%	20,5%	71,8%
	Total	Count	28	11	39
		% within ApoiadoPeloServiçoExtensãoRural	71,8%	28,2%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Nao	Count	1	0	1
		% within ApoiadoPeloServiçoExtensãoRural	100,0%	0,0%	100,0%
		% within Sexo	3,8%	0,0%	3,7%
		% of Total	3,7%	0,0%	3,7%
	Sim	Count	25	1	26
		% within ApoiadoPeloServiçoExtensãoRural	96,2%	3,8%	100,0%
		% within Sexo	96,2%	100,0%	96,3%
		% of Total	92,6%	3,7%	96,3%
	Total	Count	26	1	27
		% within ApoiadoPeloServiçoExtensãoRural	96,3%	3,7%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%

**Tabela 25c - Satisfação com os serviços de extensão rural (ER) por grupo de parentesco**

Satisfação com os serviços de ER		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico *	Matrilinear *	Patrilinear *	
Nao	Count	19	12	0	31
	% within GrupodeParentesco	52,8%	30,8%	0,0%	30,4%
	% of Total	18,6%	11,8%	0,0%	30,4%
Sim	Count	17	27	27	71
	% within GrupodeParentesco	47,2%	69,2%	100,0%	69,6%
	% of Total	16,7%	26,5%	26,5%	69,6%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests; significativamente diferentes entre si.

**Tabela 25d - Satisfação com os serviços de extensão rural (ER) por género dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de Parentesco	Satisfação com os serviços de ER		Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Matrilinear harmónico  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,376	Nao	Count	8	11	19
		% within EstáSatisfeitoComServiçoQueRecebe	42,1%	57,9%	100,0%
		% within Sexo	47,1%	57,9%	52,8%
		% of Total	22,2%	30,6%	52,8%
	Sim	Count	9	8	17
		% within EstáSatisfeitoComServiçoQueRecebe	52,9%	47,1%	100,0%
		% within Sexo	52,9%	42,1%	47,2%
		% of Total	25,0%	22,2%	47,2%
	Total	Count	17	19	36
		% within EstáSatisfeitoComServiçoQueRecebe	47,2%	52,8%	100,0%
% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%	
% of Total		47,2%	52,8%	100,0%	
Matrilinear  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,456	Nao	Count	8	4	12
		% within EstáSatisfeitoComServiçoQueRecebe	66,7%	33,3%	100,0%
		% within Sexo	28,6%	36,4%	30,8%
		% of Total	20,5%	10,3%	30,8%
	Sim	Count	20	7	27
		% within EstáSatisfeitoComServiçoQueRecebe	74,1%	25,9%	100,0%
		% within Sexo	71,4%	63,6%	69,2%
		% of Total	51,3%	17,9%	69,2%
	Total	Count	28	11	39
		% within EstáSatisfeitoComServiçoQueRecebe	71,8%	28,2%	100,0%
% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%	
% of Total		71,8%	28,2%	100,0%	
Patrilinear	Sim	Count	26	1	27
		% within EstáSatisfeitoComServiçoQueRecebe	96,3%	3,7%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%
	Total	Count	26	1	27
		% within EstáSatisfeitoComServiçoQueRecebe	96,3%	3,7%	100,0%

**Tabela 25e - Existência de mudanças antes e depois do apoio dos serviços de extensão rural (ER) por grupo de parentesco**

Existência de mudanças		Grupo de parentesco			Total
		Matrilinear harmónico *	Matrilinear *	Patrilinear *	
Nao	Count	18	11	0	29
	% within GrupodeParentesco	50,0%	28,2%	0,0%	28,4%
	% of Total	17,6%	10,8%	0,0%	28,4%
Sim	Count	18	28	27	73
	% within GrupodeParentesco	50,0%	71,8%	100,0%	71,6%
	% of Total	17,6%	27,5%	26,5%	71,6%

\*The mean difference is significant at the 0.05 level, Post Hoc Tests; significativamente diferentes entre si.

**Tabela 25f - Existência de mudanças antes e depois do apoio dos serviços de extensão rural (ER) por gênero dos respondentes e grupo de parentesco**

Grupo de Parentesco	Existência de mudanças		Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Matrilinear harmónico  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,500	Nao	Count	8	10	18
		% within ComparaAntes&DepoisReceberERMudanças	44,4%	55,6%	100,0%
		% within Sexo	47,1%	52,6%	50,0%
		% of Total	22,2%	27,8%	50,0%
	Sim	Count	9	9	18
		% within ComparaAntes&DepoisReceberERMudanças	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Sexo	52,9%	47,4%	50,0%
		% of Total	25,0%	25,0%	50,0%
	Total	Count	17	19	36
		% within ComparaAntes&DepoisReceberERMudanças	47,2%	52,8%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	47,2%	52,8%	100,0%
Matrilinear  Fisher's Exact Test Exact Sig. (1-sided) 0,632	Nao	Count	8	3	11
		% within ComparaAntes&DepoisReceberERMudanças	72,7%	27,3%	100,0%
		% within Sexo	28,6%	27,3%	28,2%
		% of Total	20,5%	7,7%	28,2%
	Sim	Count	20	8	28
		% within ComparaAntes&DepoisReceberERMudanças	71,4%	28,6%	100,0%
		% within Sexo	71,4%	72,7%	71,8%
		% of Total	51,3%	20,5%	71,8%
	Total	Count	28	11	39
		% within ComparaAntes&DepoisReceberERMudanças	71,8%	28,2%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	71,8%	28,2%	100,0%
Patrilinear	Sim	Count	26	1	27
		% within ComparaAntes&DepoisReceberERMudanças	96,3%	3,7%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%
	Total	Count	26	1	27
		% within ComparaAntes&DepoisReceberERMudanças	96,3%	3,7%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	96,3%	3,7%	100,0%